



UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – CURSO DE MESTRADO

JOICE RODRIGUES MODOLON

**DIVERSIDADE SÓCIOECONÔMICA E EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UM ESTUDO
DE CASO NA FACULDADE DE TECNOLOGIA SENAC TUBARÃO – SANTA
CATARINA**

Tubarão
2015

JOICE RODRIGUES MODOLON

**DIVERSIDADE SÓCIOECONÔMICA E EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UM ESTUDO
DE CASO NA FACULDADE DE TECNOLOGIA SENAC TUBARÃO – SANTA
CATARINA**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade do Sul de Santa Catarina, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof^a. Letícia Carneiro Aguiar, Dr^a.

Tubarão
2015

Modolon, Joice Rodrigues, 1975-
M69 Diversidade sócioeconômica e educação inclusiva: um
estudo de caso na Faculdade de Tecnologia Senac Tubarão –
Santa Catarina / Joice Rodrigues Modolon; -- 2015.
136 f. il. ; 30 cm

Orientadora : Leticia Carneiro Aguiar
Dissertação (mestrado)–Universidade do Sul de Santa
Catarina, Tubarão, 2015.
Inclui bibliografias.

1. Ensino inclusivo. 2. Inclusão escolar. 3. Ensino superior.
4. Estudantes – condições sociais. I. Aguiar, Leticia Carneiro.
II. Universidade do Sul de Santa Catarina - Mestrado em
Educação. III. Título.

CDD (21. ed.) 371.9046

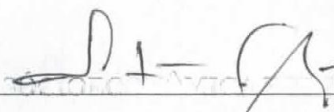
Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Universitária da Unisul

JOICE RODRIGUES MODOLON

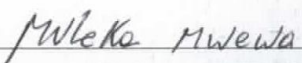
**DIVERSIDADE SÓCIOECONÔMICA E EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UM ESTUDO
DE CASO NA FACULDADE DE TECNOLOGIA SENAC TUBARÃO – SANTA
CATARINA**

Esta Dissertação foi julgada adequada à obtenção do título de Mestre em Educação e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Educação - Mestrado, da Universidade do Sul de Santa Catarina.

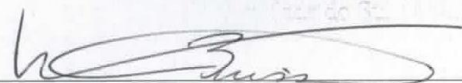
Tubarão, 25 de fevereiro de 2015.



DE Professora e Presidenta da Banca Examinadora Leticia Carneiro Aguiar, Dra.
Universidade do Sul de Santa Catarina



Professor Christian Muleka Mwewa, Dr
Examinador Externo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



Professora Doutora Márcia Buss Simão, Dra.
Examinadora Interna – Universidade do Sul de Santa Catarina

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pelo dom da vida e, por se fazer presente em minha vida.

Agradeço à Minha Família, bem mais precioso que tenho e que sempre esteve ao meu lado, independentemente dos momentos.

Agradeço aos amigos pelas palavras de carinho e incentivo.

Agradeço à Direção, Sr.^a Marisa Martini, ao Coordenador de Núcleo de Educação Superior, Sr. Renato Justino Borges, à Ex-Coordenadora do Núcleo de Educação Básica, Sr.^a Samira Cipriano, à Coordenadora do Núcleo de Relações com o Mercado, Sr.^a Gabriela Salib, à Coordenadora do Núcleo de Educação Básica, Srta. Leonor Medeiros Mendes, ao Coordenador do Curso de Processos Gerenciais, Sr. Luís Henrique Dal Molin, às Pedagogas Srta. Renata de Pieri Pereira, à Analista Pedagógica Sr.^a Marinalda Frandelind Rocha Botega, à Secretária Acadêmica Srta. Fernanda Tomé de Moraes, à Secretária Escolar, Srta. Kelli Xavier Pacheco, aos Colaboradores e Discentes da Faculdade de Tecnologia SENAC Tubarão por aceitaram participar desta pesquisa, por estarem sempre dispostos a esclarecer minhas dúvidas e pela paciência e compreensão que tiveram comigo pelos momentos de ausência na Instituição, que foram dedicados a este estudo.

Agradeço à Professora Letícia Carneiro Aguiar, ao Professor Christian Muleka Mwewa e à Professora Márcia Buss Simão pela dedicação, paciência, empenho, comprometimento e, principalmente, por suas leituras e questionamentos criteriosos acerca do meu trabalho, os quais contribuíram para o crescimento do meu intelecto.

Enfim, a todos aqueles que torceram por mim por mais esta conquista... muito obrigada!

RESUMO

A presente pesquisa em nível de mestrado teve como objetivo geral analisar os significados da educação inclusiva à luz da diversidade e como se configura no Ensino Superior da Faculdade de Tecnologia SENAC Tubarão, Região da AMUREL - Associação dos Municípios da Região de Laguna, sul do Estado de Santa Catarina, Brasil, com relação às questões socioeconômicas que sofrem interferências das categorias de gênero e das questões de cor ou raça. A pesquisa foi realizada com alunos matriculados no ano de 2014, nos cursos superiores de Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos e Processos Gerenciais. Os dados foram coletados através de questionário misto, aplicado no mês de novembro de 2014. A educação inclusiva foi abordada no contexto da Constituição Federal do Brasil de 1988 e na Declaração de Salamanca à luz da diversidade. Salienta-se que a questão da inclusão vai para além das pessoas com algum tipo de deficiência, se os locais possuem acessibilidade e os meios de transportes são adaptáveis dentre outros. Mas, sim, incluir também, as pessoas identificadas por suas diferenças étnico-raciais, sexo, classe social e econômica entre outros. O termo educação inclusiva é abrangente e é preciso (re)pensar seus conceitos, pois ao mesmo tempo o indivíduo pode sentir-se incluído em um determinado grupo social e ser excluído de outro. Os estudos bibliográficos indicam que a Constituição Federal e a Declaração de Salamanca abordam a inclusão de pessoas com deficiências, tratando com menos ênfase as categorias pertencentes à diversidade étnico-racial, gênero, opção sexual, social, econômica, linguística entre outras. Vale ressaltar que os resultados obtidos sobre a Instituição estudada, abrangem a questão da educação inclusiva para pessoas com e sem deficiências, conseqüentemente, a Instituição apresenta indícios de práticas e políticas que contemplam a educação inclusiva à luz da diversidade.

Palavras-chave: Educação Inclusiva. Diversidade. SENAC Santa Catarina. Perfil socioeconômico.

ABSTRACT

The main purpose of this Master's thesis was to analyze the meaning of inclusive education in the light of diversity. It also sought to examine how higher education deals with socioeconomic differences, gender categories, and ethnic/race issues at the Faculty of Technology of the National Service of Commerce (SENAC), located in the city of Tubarão, which is part of the Association of Municipalities of the Laguna Region (AMUREL), state of Santa Catarina, Brazil. The survey was conducted on students enrolled in technology programs in Human-Resource Management and Business Processes, in 2014. The data collection process used a mixed questionnaire, administered in November 2014. Inclusive education was addressed within the context of Brazil's 1988 Federal Constitution and the Declaration of Salamanca in the light of diversity. Inclusion goes beyond the concept of people with disability, if the locations have accessibility, and if transport systems are adaptable. It encompasses people of different ethnicity/race, gender, social-economic class, among others. Inclusive education has a broad comprehensive meaning, and we need to (re)think its concept. That is why we used a diverse theoretical framework, because the individual may feel included in a particular social group and excluded from the other. The literature review has indicated that the Federal Constitution and the Declaration of Salamanca addressed primarily the inclusion of people with disabilities, and put less emphasis on categories such as ethnicity/race, gender, sexual orientation, and social, economic and linguistic differences. It should be noted that the results of this study refer to data on inclusive education of people with and without disabilities. The surveyed institution presented a slight indication of practices and policies related to inclusive education in cultural diversity settings.

Keywords: Inclusive education. Diversity. SENAC Santa Catarina. Socioeconomic profile.

LISTA DE QUADROS

| | |
|---|----|
| QUADRO 1 – Setores da economia predominantes nos municípios da Região da AMUREL - 2010. | 45 |
| QUADRO 2 - SENAC Nacional: números de atendimentos em 2012. | 56 |
| QUADRO 3 - Perfil dos alunos beneficiados com o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) – 2013. | 59 |
| QUADRO 4 - Perfil dos alunos beneficiados com o Programa SENAC de Gratuidade (PSG) – 2013. | 61 |

LISTA DE GRÁFICOS

| | |
|---|-----|
| GRÁFICO 1- Evolução dos investimentos em Bolsas de Estudos e Pesquisas nos cursos de Graduação no Estado de Santa Catarina – 2009 a 2013..... | 80 |
| GRÁFICO 2 – Faixa etária dos alunos dos cursos Superiores de Tecnologia em Processos Gerenciais (TPG) e em Gestão de Recursos Humanos (TGRH) da Faculdade de Tecnologia SENAC Tubarão/SC, 2014..... | 93 |
| GRÁFICO 3 – Sexo dos alunos dos cursos Superiores de Tecnologia em Processos Gerenciais (TPG) e em Gestão de Recursos Humanos (TGRH) da Faculdade de Tecnologia SENAC Tubarão/SC, 2014..... | 94 |
| GRÁFICO 4 – Cor ou raça dos alunos dos cursos Superiores de Tecnologia em Processos Gerenciais (TPG) e em Gestão de Recursos Humanos (TGRH) da Faculdade de Tecnologia SENAC Tubarão/SC, 2014..... | 96 |
| GRÁFICO 5 – Os alunos dos cursos Superiores de Tecnologia em Processos Gerenciais (TPG) e em Gestão de Recursos Humanos (TGRH) sofreram preconceitos? - Faculdade de Tecnologia SENAC Tubarão/SC, 2014..... | 97 |
| GRÁFICO 6 – Estado civil dos alunos dos cursos Superiores de Tecnologia em Processos Gerenciais (TPG) e em Gestão de Recursos Humanos (TGRH) da Faculdade de Tecnologia SENAC Tubarão/SC, 2014..... | 99 |
| GRÁFICO 7 – Quantidade de alunos dos cursos Superiores de Tecnologia em Processos Gerenciais (TPG) e em Gestão de Recursos Humanos (TGRH) que possuem graduação na Faculdade de Tecnologia SENAC Tubarão/SC, 2014..... | 100 |
| GRÁFICO 8 – Quantidade de alunos dos cursos Superiores de Tecnologia em Processos Gerenciais (TPG) e em Gestão de Recursos Humanos (TGRH) que ficam fora da escola antes de ingressarem no curso superior da Faculdade de Tecnologia SENAC Tubarão/SC, 2014. | 101 |
| GRÁFICO 9 – Quantidade de alunos dos cursos Superiores de Tecnologia em Processos Gerenciais (TPG) e em Gestão de Recursos Humanos (TGRH) que estudaram em escolas públicas e privadas antes de ingressarem em um curso superior da Faculdade de Tecnologia SENAC Tubarão/SC, 2014..... | 101 |
| GRÁFICO 10 – Principal(is) objetivo(s) e interesse(s) dos alunos dos cursos Superiores de Tecnologia em Processos Gerenciais (TPG) e em Gestão de Recursos Humanos (TGRH) pela Faculdade de Tecnologia SENAC Tubarão/SC, 2014..... | 103 |

| | |
|--|-----|
| GRÁFICO 11 – Veículo de conhecimento dos cursos Superiores de Tecnologia em Processos Gerenciais (TPG) e em Gestão de Recursos Humanos (TGRH) pela Faculdade de Tecnologia SENAC Tubarão/SC, 2014..... | 104 |
| GRÁFICO 12 – Porte da empresa onde os alunos trabalham dos cursos Superiores de Tecnologia em Processos Gerenciais (TPG) e em Gestão de Recursos Humanos (TGRH) pela Faculdade de Tecnologia SENAC Tubarão/SC, 2014..... | 105 |
| GRÁFICO 13 – Ramo de atividade da empresa onde os alunos trabalham - dos cursos Superiores de Tecnologia em Processos Gerenciais (TPG) e em Gestão de Recursos Humanos (TGRH) pela Faculdade de Tecnologia SENAC Tubarão/SC, 2014. | 106 |
| GRÁFICO 14 – Faixa salarial dos alunos dos cursos Superiores de Tecnologia em Processos Gerenciais (TPG) e em Gestão de Recursos Humanos (TGRH) pela Faculdade de Tecnologia SENAC Tubarão/SC, 2014..... | 107 |
| GRÁFICO 15 – Cargo que os alunos dos cursos Superiores de Tecnologia em Processos Gerenciais (TPG) e em Gestão de Recursos Humanos (TGRH) ocupam nas empresas - Faculdade de Tecnologia SENAC Tubarão/SC, 2014..... | 108 |
| GRÁFICO 16 – Moradia dos alunos dos cursos Superiores de Tecnologia em Processos Gerenciais (TPG) e em Gestão de Recursos Humanos (TGRH) pela Faculdade de Tecnologia SENAC Tubarão/SC, 2014..... | 109 |
| GRÁFICO 17 – Tipo de moradia dos alunos dos cursos Superiores de Tecnologia em Processos Gerenciais (TPG) e em Gestão de Recursos Humanos (TGRH) pela Faculdade de Tecnologia SENAC Tubarão/SC, 2014..... | 109 |
| GRÁFICO 18 – Moradia urbana ou rural dos alunos dos cursos Superiores de Tecnologia em Processos Gerenciais (TPG) e em Gestão de Recursos Humanos (TGRH) pela Faculdade de Tecnologia SENAC Tubarão/SC, 2014..... | 109 |
| GRÁFICO 19 – Meio de transporte usado diariamente pelos alunos dos cursos Superiores de Tecnologia em Processos Gerenciais (TPG) e em Gestão de Recursos Humanos (TGRH) pela Faculdade de Tecnologia SENAC Tubarão/SC, 2014..... | 110 |
| GRÁFICO 20 – Quantidade de pessoas que moram na mesma casa dos alunos dos cursos Superiores de Tecnologia em Processos Gerenciais (TPG) e em Gestão de Recursos Humanos (TGRH) pela Faculdade de Tecnologia SENAC Tubarão/SC, 2014. | 111 |
| GRÁFICO 21 – As pessoas que moram com você contribuem na renda familiar - Alunos dos cursos Superiores de Tecnologia em Processos Gerenciais (TPG) e em Gestão de Recursos Humanos (TGRH) pela Faculdade de Tecnologia SENAC Tubarão/SC, 2014..... | 112 |

| | |
|--|-----|
| GRÁFICO 22 – Média salarial das famílias dos alunos dos cursos Superiores de Tecnologia em Processos Gerenciais (TPG) e em Gestão de Recursos Humanos (TGRH) pela Faculdade de Tecnologia SENAC Tubarão/SC, 2014. | 112 |
| GRÁFICO 23 – Contribuição dos alunos dos cursos Superiores de Tecnologia em Processos Gerenciais (TPG) e em Gestão de Recursos Humanos (TGRH) nas despesas domésticas pela Faculdade de Tecnologia SENAC Tubarão/SC, 2014..... | 112 |
| GRÁFICO 24 – Percentual de contribuição dos alunos dos cursos Superiores de Tecnologia em Processos Gerenciais (TPG) e em Gestão de Recursos Humanos (TGRH) nas despesas domésticas pela Faculdade de Tecnologia SENAC Tubarão/SC, 2014. | 113 |
| GRÁFICO 25 – Valor salarial recebido, permite desfrutar de atividades de lazer e cultura dos alunos dos cursos Superiores de Tecnologia em Processos Gerenciais (TPG) e em Gestão de Recursos Humanos (TGRH) pela Faculdade de Tecnologia SENAC Tubarão/SC, 2014. | 115 |
| GRÁFICO 26 – Atividades de lazer e cultura dos alunos dos cursos Superiores de Tecnologia em Processos Gerenciais (TPG) e em Gestão de Recursos Humanos (TGRH) pela Faculdade de Tecnologia SENAC Tubarão/SC, 2014. | 115 |
| GRÁFICO 27 – Meio de transporte utilizado pelos alunos dos cursos Superiores de Tecnologia em Processos Gerenciais (TPG) e em Gestão de Recursos Humanos (TGRH) para realizar as atividades de lazer e cultura pela Faculdade de Tecnologia SENAC Tubarão/SC, 2014. | 116 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|---|----|
| TABELA 1 - População residente, população urbana e rural, o gênero e a nupcialidade dos municípios que compõem a Região da AMUREL - 2010..... | 42 |
| TABELA 2 - Valor do rendimento nominal médio mensal dos domicílios particulares permanentes com rendimento domiciliar, por situação do domicílio – Rural e Urbano e a média do percentual de contribuição do rendimento das mulheres no rendimento familiar dos municípios que compõem a Região da AMUREL - 2010..... | 44 |
| TABELA 3 – Composição dos domicílios da Região da AMUREL - 2010..... | 48 |
| TABELA 4 - Quantidade de alunos por cor ou raça dos ensinos fundamental, médio e superior por município da Região da AMUREL - 2010. | 49 |
| TABELA 5 - Quantidades de escolas públicas e privadas por modalidade de ensino (fundamental, médio e superior) e suas respectivas quantidades de alunos dos municípios da Região da AMUREL - 2010..... | 51 |
| TABELA 6 – Quantidade e os tipos de meio de transportes dos municípios da Região da AMUREL - 2010..... | 52 |
| TABELA 7 - Quantidade de alunos matriculados na graduação - Faculdade de Tecnologia SENAC Tubarão/SC - 2009/2014. | 70 |
| TABELA 8 - Total de alunos matriculados PRONATEC e Programa SENAC de Gratuidade (PSG) - Formação Inicial e Continuada (FIC) - 2013. | 76 |
| TABELA 9 - Total de alunos matriculados PRONATEC e Programa SENAC de Gratuidade (PSG) – Técnico - 2013. | 77 |
| TABELA 10 - Perfil dos alunos dos Cursos Superiores de TGRH e TPG - Faculdade de Tecnologia SENAC Tubarão/SC - 2013. | 84 |

LISTA DE SIGLAS

AMUREL – Associação dos Municípios da Região de Laguna
BDTD - Banco de Teses e Dissertações
CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CDL – Câmara de Dirigentes Lojistas
CEE – Conselho Estadual de Educação
CNC - Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo
CRAS – Centro de Referência de Assistência Social
CSPA – Comissão Permanente de Supervisão e Acompanhamento
DC – Diário Catarinense
DN – Departamento Nacional
EaD – Educação a Distância
FCEE – Fundação Catarinense de Educação Especial
FIC – Formação Inicial e Continuada
FIES – Fundo de Financiamento Estudantil
FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento de Educação
GERED – Gerência Regional de Educação
GT - Grupos de Trabalhos
IBCTI - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC – Ministério da Educação
NES – Núcleo de Educação Superior
PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional
PICSENAC – Bolsa de Pesquisa de Iniciação Científica
PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PROUNI – Programa Universidade para Todos
PSG – Programa SENAC de Gratuidade
SC – Santa Catarina

SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SENAC-DN - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – Departamento Nacional

SENAC-SC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – Santa Catarina

SENAC-TB - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – Tubarão/Região AMUREL

SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SESC - Serviço Social do Comércio

SESC - Serviço Social do Comércio

SESI - Serviço Social da Indústria

TGRH – Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos

TPG – Tecnologia em Processos Gerenciais

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNIEDU – Programa de Bolsas Universitárias de Santa Catarina

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| 1 INTRODUÇÃO..... | 17 |
| 2 PERSPECTIVAS SOBRE A EDUCAÇÃO INCLUSIVA..... | 24 |
| 2.1 (RE) PENSANDO A EDUCAÇÃO INCLUSIVA: ALGUNS APONTAMENTOS..... | 25 |
| 2.2 A CONSTITUIÇÃO FEDERATIVA DO BRASIL E A EDUCAÇÃO INCLUSIVA À LUZ DA DIVERSIDADE: ALGUMAS INCURSÕES..... | 34 |
| 2.3 DECLARAÇÃO DE SALAMANCA (1994) E A EDUCAÇÃO INCLUSIVA À LUZ DA DIVERSIDADE..... | 37 |
| 3 O SENAC NO BRASIL, EM SANTA CATARINA E NA REGIÃO DA AMUREL.... | 41 |
| 3.1 CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA DA ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DA REGIÃO DE LAGUNA - AMUREL..... | 41 |
| 3.2 O SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL (SENAC): HISTÓRICO E ATIVIDADES..... | 53 |
| 3.2.1 O SENAC no Brasil..... | 53 |
| 3.2.2 O SENAC em Santa Catarina e na Região da AMUREL..... | 66 |
| 3.2.3 Perfil socioeconômico dos(as) alunos(as) da Faculdade de Tecnologia SENAC Tubarão – Região da AMUREL..... | 84 |
| 4.REFLEXÃO SOBRE A EDUCAÇÃO INCLUSIVA DO(A)S ALUNOS(A) DO ENSINO SUPERIOR DA FACULDADE DE TECNOLOGIA SENAC TUBARÃO – REGIÃO AMUREL..... | 92 |
| 4.1 CARACTERÍSTICAS GERAIS DOS ALUNOS DA FACULDADE DE TECNOLOGIA SENAC - TUBARÃO/SC..... | 92 |
| 4.2 CARACTERÍSTICAS SOBRE A FORMAÇÃO ESCOLAR..... | 100 |
| 4.3 INTERESSE PELA FACULDADE SENAC..... | 103 |
| 4.4 CARACTERÍSTICAS ECONÔMICAS E SOCIAIS..... | 105 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 119 |
| REFERÊNCIAS..... | 122 |

| | |
|---|-----|
| APÊNDICE(S) | 127 |
| APÊNDICE A – Formulário para os alunos..... | 128 |
| ANEXO(S) | 132 |
| ANEXO A: Relação dos Cursos de Formação Inicial e Continuada – Faculdade SENAC Tubarão, 2013..... | 133 |
| ANEXO B: Relação de Cursos Técnicos – Faculdade SENAC – 2013..... | 134 |
| ANEXO C: Relação de Cursos Superiores de Tecnologia – Faculdade SENAC – 2013. | 135 |
| ANEXO D: Relação de Cursos de Pós-Graduação – Faculdade SENAC – 2013..... | 136 |

1 INTRODUÇÃO¹

No ano de 2012, ao realizar uma Pós-Graduação em Didática da Educação Superior na Faculdade de Tecnologia SENAC em Florianópolis/SC, tive a oportunidade de cursar e assistir à aula da disciplina Educação Inclusiva com o Prof.º Dr.º Roque Strieder. Fiquei fascinada. As leituras, os debates e reflexões propostas pelo professor aos alunos eram desafiadores. A educação inclusiva serve para abrir nossa mente e mostrar que incluir não é simplesmente aceitar uma pessoa com deficiência em nosso meio. A questão da inclusão vai muito além das pessoas com algum tipo de deficiência, se os locais possuem acessibilidade e se os meios de transportes são adaptáveis, dentre outros focos similares. Mas, sim, se incorporamos, também, as pessoas identificadas por suas diferenças étnico-raciais, sexo, classe social e econômica dentre outras questões. O termo educação inclusiva é abrangente e é preciso (re)pensar seus conceitos e leis para que abarquem as diferentes diversidades existentes, pois ao mesmo tempo o indivíduo poderá sentir-se incluído por algum tipo de deficiência e/ou incluído nos grupos sociais e profissionais, em outro poderá sentir-se excluído por razões socioeconômicas, pela cor ou raça, por exemplo. Pensar em inclusão vai além. A diversidade acontece em todo momento, seja na sala de aula, em casa, no trabalho em qualquer lugar.

Sendo assim, decidi fazer o Mestrado em Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade do Sul de Santa Catarina. Mas, para ter certeza de minha decisão, em 2012 cursei a disciplina de Educação e Sociedade como aluna especial. As aulas eram ministradas pelo Prof.º Dr.º Christian Muleka Mwewa, que instigava os alunos o tempo todo. Cada aula era um desafio. Mas, o desafio maior aconteceu no final do semestre, com a elaboração de um artigo. Este artigo deveria ter relação com a disciplina. Os conteúdos eram densos e intrigantes e eu precisava agregar algo que gostasse. Logo veio à mente a questão de porque não estudar sobre a educação inclusiva. E assim o fiz. Na sequência, fui novamente desafiada pelo professor, reescrever o artigo e enviá-lo para submissão no VII *Congreso Nacional de la Asociación Latinoamericana de Estudios del Discurso* em Bogotá, evento que ocorreu em setembro de 2012. O artigo foi aprovado e fiquei empolgadíssima com a novidade, afinal era meu primeiro artigo e tratava “educação inclusiva à luz da diversidade”. Com o auxílio do professor, transformei o artigo em projeto para submissão de bolsa de estudos no Programa do Fundo de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação

¹ Essa pesquisa é financiada pelo Programa do Fundo de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior – FUMDES/SC.

Superior – FUMDES/SC, no qual fui contemplada. No final do ano de 2013, o Prof. Christian foi aprovado no processo seletivo docente e, desde então, atua na Universidade Federal do Mato Grosso do Sul – UFMS.

Esta dissertação se debruça sobre uma das problemáticas educacionais, a educação inclusiva à luz da diversidade e como se apresenta no Ensino Superior da Faculdade de Tecnologia SENAC Tubarão – Região da AMUREL – Associação dos Municípios da Região de Laguna, sul do Estado de Santa Catarina, no que tange às questões socioeconômicas que sofrem interferências das categorias de gênero e das questões de cor ou raça, dentre outras. Para compreender essas categorias e por questões do tempo disponível, foi abordada a questão socioeconômica.

Além do tema desafiador, a pesquisa foi realizada na Instituição de ensino onde leciono, nos Cursos Superiores de Tecnologia da Faculdade de Tecnologia SENAC, localizada na cidade de Tubarão/SC.

O objetivo geral desta dissertação foi analisar os significados sobre a educação inclusiva à luz da diversidade e como se configura no Ensino Superior da Faculdade de Tecnologia SENAC Tubarão – Região da AMUREL – Associação dos Municípios da Região de Laguna, sul do Estado de Santa Catarina, referentes às questões socioeconômicas que sofrem interferências das categorias de gênero e das questões de cor ou raça.

Os objetivos específicos foram delineados conforme descritos a seguir.

- Mapear a realidade socioeconômica dos municípios que compõem a Região da AMUREL.
- Identificar o perfil socioeconômico dos alunos da educação superior da Faculdade de Tecnologia SENAC Tubarão.
- Analisar a diversidade inclusiva nos cursos superiores da Faculdade de Tecnologia SENAC Tubarão.

Para atender à proposta deste estudo, foi realizado levantamento bibliográfico (teses e dissertações) na CAPES, IBICIT e nos GTs da ANPED. Ressalto que serão citados apenas os autores que disponibilizaram as obras na íntegra e às quais tive acesso. Nesse levantamento foram pesquisadas informações do SENAC no Brasil e em Santa Catarina, bem como dados relativos ao perfil socioeconômico, de gênero e de cor e/ou raça dos alunos que compõem a educação superior nesta Instituição.

Além dos autores citados no desenvolvimento dos capítulos, foram pesquisados dados nos Grupos de Trabalhos (GT15 - Educação Especial e GT23 – Gênero, Sexualidade e

Educação) da ANPED Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, nos dias 25/08/13, 30/11/13 e 12/12/13, sendo que as informações estavam inacessíveis.

Nos dias 15/11/14 e 02/12/14 foram realizadas buscas no site de pesquisa do Banco de Teses e Dissertações (BDTD) da CAPES (<http://bancodeteses.capes.gov.br/>) e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBCTI), disponível através do site (<http://bdtd.ibict.br/>). Para realização das pesquisas na CAPES (banco de teses e dissertações) foram utilizadas as seguintes palavras-chave: “perfil do aluno SENAC”, que levaram aos escritos de Ledir Júnior de Almeida: *A evasão escolar no Programa SENAC de Gratuidade (PSG): um estudo de caso no Distrito Federal*, dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Católica de Brasília, 2012. A referida dissertação priorizava o PSG e as informações contidas no estudo sobre o SENAC já haviam sido registradas nesta pesquisa e, por isso, não serão utilizadas neste estudo.

Quando solicitado sobre o “perfil do aluno SENAC em Santa Catarina”; “histórico do SENAC em Santa Catarina”, “história do SENAC” ou, ainda, “Educação inclusiva na diversidade”, não foi obtido nenhum resultado.

As obras apresentadas no site de pesquisa do IBCTI auxiliaram no desenvolvimento desta dissertação. Ao indexar as palavras-chave “educação inclusiva e diversidade socioeconômica”, foram alcançados como resultados a tese da autora Rosalir Viebrantz, *A qualidade da graduação na educação superior tecnológica no Brasil: impactos e desafios*, tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação/PUCRS, 2010 e o trabalho de Antônia Maria Nakayama, *Educação inclusiva: princípios e representação*, tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação/USP, 2007. Em nova pesquisa, as palavras “educação inclusiva no SENAC”, “Sistema S” e “perfil dos alunos SENAC em Santa Catarina” não tiveram êxito. No entanto, a expressão “perfil do aluno SENAC” mostrou uma pesquisa que focava o Programa de Gratuidade SENAC no Distrito Federal, do Mestre em Educação Ledir Júnior de Almeida, que também foi mencionado na pesquisa CAPES. A opção por “SENAC no Brasil” e “Alunos SENAC” trouxe sucesso nos resultados, mas as pesquisas direcionavam para o Estado de São Paulo, não atendendo à pesquisa. Ao inserir “educação profissional no SENAC e profissionalização”, optei pelas obras das autoras Maria Simara Torres Barbosa, *A profissionalização do adolescente aprendiz no limiar do século XXI*, dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Maranhão, 2006 e Thaís Cristina Figueiredo Rego, *A educação profissional e a reestruturação produtiva no mundo do trabalho: os impactos na formação da força de trabalho do SENAC (Serviço Nacional de*

Aprendizagem Comercial), da cidade de Montes Claros/MG. 2011, dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Uberlândia, 2011.

O instrumento de pesquisa utilizado para coleta de dados foi um questionário com 4 blocos de perguntas, assim qualificadas: características gerais da população; características sobre a formação escolar; interesse pela Faculdade SENAC e as características econômicas e sociais. Foram 27 perguntas abertas e 1 fechada que permitiam ao aluno responder livremente, inclusive emitir sua opinião a respeito da questão, de modo que foi possível obter um levantamento de opiniões. A Faculdade de Tecnologia SENAC Tubarão, em 2014, disponibilizava dois cursos de graduação aos discentes: os cursos de Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos e de Processos Gerenciais. A escolha de aplicar o questionário para os alunos da educação superior deu-se pelo fato de eu lecionar em ambos os cursos, facilitando a aplicação do formulário. O questionário foi aplicado no mês de novembro de 2014 em ambos os cursos superiores. Inicialmente, expliquei aos alunos os reais motivos da pesquisa e sua finalidade. Posteriormente, entreguei-os solicitando que não se identificassem. Após a aplicação do questionário, efetuei a tabulação dos dados, que foram representados em gráficos (quando necessário) para facilitar a interpretação das respostas, identificando o perfil do aluno.

O curso de TGRH era composto por 25 (vinte e cinco) alunos, sendo 13 deles do 2º semestre e 12 alunos do 4º semestre. Deste total, 23 (vinte e três) alunos responderam ao questionário. Em relação ao curso de TPG, são 54 (cinquenta e quatro) alunos. Destes, 24 (vinte e quatro) estudavam no 2º semestre e os demais, no 4º semestre. Deste montante, 34 (trinta e quatro) alunos responderam ao questionário. Ressalto que, no dia em que foi aplicada a pesquisa sobre o perfil do aluno, alguns deles não estavam presentes, simplesmente porque faltaram à aula ou por serem alunos remanescentes² ou porque chegaram atrasados, totalizando 22 alunos que não responderam ao questionário.

Esta dissertação se estrutura em 3 Capítulos e o processo de pesquisa para a construção dos capítulos aconteceu da forma descrita a seguir. A proposta do primeiro Capítulo, intitulado *Perspectivas sobre a Educação Inclusiva*, será compreender e explicitar a importância da educação inclusiva à luz da diversidade enquanto desafio na forma de pensar e agir com os sujeitos. A educação inclusiva não diz respeito somente à inclusão de pessoas

² De acordo com a normativa 001/14 de 20/02/2014, os alunos remanescentes são os discentes que não cursam todas as disciplinas no semestre e também não estão vinculados a nenhum curso superior, por não terem participado do processo seletivo da Instituição.

com deficiências, mas sim a todas as formas de inclusão dos sujeitos na sociedade, sejam elas sociais e econômicas, de gênero, de cor ou raça, linguísticas, culturais, dentre outras.

Para contextualizar a educação inclusiva, fazem parte do aporte bibliográfico, os seguintes autores e textos ou documentos: Maria Odete Emygdio da Silva (2009); Maria Cardoso Garcia (2014); a Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013 - Diretrizes e bases da Educação Nacional; Ana Canen e Giseli Pereli de Moura Xavier (2011); Juliana Santana Cavallari (2009); Sadão Omote (2006); Enicéia Gonçalves Mendes (2006); Christian Muleka Mwewa e Nayara Graciele Schmitz (2012); Antônia Maria Nakayama (2007); Maria Pinto de carvalho (2011); Luiz Augusto F. F. Maluf, Lauro Mattei e Hoyêdo Nunes Lins (2006); Jorge Alberto Lago Pimenta e Renata Waleska Pimenta (2012); Nilma Lino Gomes (2012), Viviane Araújo (2013); Aurélio Buarque de Holanda Ferreira (2008); IBGE/Censo Demográfico (2010); Elizângela Samara da Silva (2011); Pablo Gentili (2009) e, por fim, a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), permeando o capítulo. A Constituição Federal do Brasil será analisada na perspectiva das autoras Flaviane Pelloso Molina Freitas e Marisa Schneckenberg (2013), dentre outros. Por conseguinte, algumas reflexões acerca da Constituição Federal do Brasil e a própria Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994) com contribuições de Maria Odete Emygdio da Silva (2009) e Sadão Omote (2006), serão incluídas para apreciação da educação inclusiva à luz da diversidade.

O Capítulo 2³, intitulado *O SENAC no Brasil, em Santa Catarina e na Região da AMUREL*, tem por objetivo apresentar uma breve caracterização socioeconômica da AMUREL – Associação dos Municípios da Região de Laguna, localizada na região sul do Estado de Santa Catarina, que fornece o contexto no qual se situa o SENAC de Tubarão. As características socioeconômicas da Região da AMUREL foram extraídas dos sites da associação da Região AMUREL, no IBGE/Censo Demográfico 2010 e em sites relacionados a transportes (ver nota de rodapé nesta página), contribuindo para a composição dos seguintes

³ As informações e dados foram obtidas através do site da Região da AMUREL (<http://www.AMUREL.org.br/municipios/index.php>), do site do IBGE, Censo Demográfico 2010 (<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/uf.php?lang=&coduf=42&search=santa-catarina>). Para composição dos dados que constam na tabela 6 – quantidade e os tipos de meio de transportes dos municípios da Região da AMUREL – 2010, realizei pesquisa no site da ANTT - Agência Nacional de Transportes Terrestres (<http://www.antt.gov.br/index.php>), o mesmo apresenta sites de entidades relacionados ao transporte. Dentre eles, consultei o site das entidades: CONUT - Confederação Nacional dos Usuários dos Transportes Coletivos Rodoviários, Ferroviários e Aeroviários (<http://conut.org.br/>); ANTF - Associação Nacional dos Transportes Ferroviários (www.antf.org.br), no qual, o endereço do site e as planilhas não abrem, respectivamente. O acesso ocorreu em 21 e 26 de novembro de 2014. Também foram pesquisados, a Associação Brasileira de Transportes Urbanos (www.ntu.org.br); o Ministério de Transportes (www.transportes.gov.br) e a Secretária de Transporte do Estado de Santa Catarina (www.sie.sc.gov.br), nos quais, não constam informações/dados para atender essa proposta de pesquisa. O DENATRAN/SC (www.detran.sc.gov.br) apresenta dados estatísticos dos veículos até 2003.

dados: população residente; população urbana e rural; gênero; nupcialidade; valor do rendimento nominal médio mensal dos domicílios particulares permanentes, com rendimento domiciliar, por situação do domicílio rural e urbano; média do percentual de contribuição do rendimento das mulheres no rendimento familiar; composição dos domicílios; quantidade de alunos por cor ou raça dos ensinos Fundamental, Médio e Superior; quantidade de escolas públicas ou privadas por modalidade de ensino (Fundamental, Médio e Superior) e suas respectivas quantidades de alunos, meios de transportes e os setores da economia dos 18 municípios abrangidos. Saliento que o município de Pescaria Brava pertence à Região da AMUREL, mas não apresenta dados no IBGE, Censo Demográfico 2010, uma vez que não era emancipado na época. A primeira eleição municipal ocorreu em 2012.

Ainda nesse Capítulo, será mencionado o histórico e as atividades realizadas pelo SENAC⁴ em esfera nacional, estadual e da região da AMUREL⁵, os cursos, os programas e incentivos financeiros e perfil dos alunos do ano de 2013, que compunham a Faculdade de Tecnologia SENAC Tubarão, na Região AMUREL.

Observei que algumas informações foram disponibilizadas em material físico, por meio de pesquisa documental, como *SENAC. DN. SC: Nossa história é sua história*, SENAC em Santa Catarina (2014), obra organizada por Janice da Silva Gonçalves; o Relatório *Perfil do aluno SENAC 2013*; SENAC-SC, *Lista de beneficiados do art. 170 dos anos 2013 e 2014*; SENAC-SC, *Manual de orientação PICSENAC (2011)*; SENAC-SC, *Regulamento do Programa de Pesquisa e Extensão do SENAC/SC (2011)*; SENAC-SC, *Instrução Normativa n.º 001/14*; SENAC-TB, *Plano de Desenvolvimento Institucional 2010/2014*; SENAC-TB, Relatório: cursos ofertados, alunos matriculados e evasão geral, 2013; SENAC-TB, Sistema

⁴ As informações e dados foram extraídos das seguintes fontes de pesquisa disponibilizadas nos sites das instituições: SENAC-DN Institucional (<http://www.SENAC.br/institucional/SENAC/historia.aspx>); SENAC-DN Ações sociais de 2013: relatório (http://www.SENAC.br/media/55056/social_2013_bx.pdf); SENAC-DN Programa SENAC de Gratuidade: diretrizes (<http://portal.sc.SENAC.br/portal/conteudo/DiretrizesPSGv5.pdf>); SENAC-SC Institucional (http://portal.sc.SENAC.br/SENAC/WebForms/default.aspx?secao_id=9); SENAC-TB Institucional no endereço (http://portal.sc.SENAC.br/SENAC/WebForms/unicidade.aspx?secao_id=81&unicidade=Tubar%C3%A3o); no site do SESI - Serviço Social da Indústria, Conselho Nacional, Avaliação de impacto econômico financeiro e social do projeto ViraVida. (http://www.viravida.org.br/pub/up/arquivo/Avaliacao_de_%20Impacto%20_29-10-2013.pdf); AMPESC, Associação de Mantenedoras Particulares de Educação Superior de Santa Catarina. Artigo 170 (http://www.ampesc.org.br/inst_habil.php); Uniedu, Programa de bolsas universitárias de Santa Catarina - Artigo 171 (<http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/uniedu/>). Os sites do Ministério da Educação FIES - Fundo de Financiamento Estudantil (<http://sisfiesportal.mec.gov.br/index.html>) e do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Centro de Referência da Assistência Social – CRAS (<http://www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/assistencia-social/psb-protacao-especial-basica/cras-centro-de-referencias-de-assistencia-social/cras-institucional>).

⁵ As citações diretas e indiretas, bem como as referências serão especificadas por abrangência territorial, como SENAC-DN, para informações das instituições a nível nacional; Departamento Nacional; SENAC-SC para informações das instituições em nível estadual – Santa Catarina; SENAC-TB para informações das instituições em nível da Região da AMUREL.

Advance 2009/2013 e Sistema de Educação Integrada 2014; Uniedu (2014); Relatório: *perfil do(a)s aluno(a)s dos cursos superiores de TGRH e TPG*, 2013; Rosalir Viebrantz (2010) e outros.

Outras informações foram obtidas através de conversa informal⁶ realizada nas dependências da Faculdade de Tecnologia SENAC-Tubarão/SC com a Coordenadora do Núcleo de Educação Básica, a Sr^a Samira Cipriano. Ainda em relação às conversas informais, é importante mencionar o Coordenador do Núcleo de Educação Superior, Sr. Renato Justino Borges, e a Coordenadora do Núcleo de Relações com o Mercado, Sr^a Gabriela Salib.

Ressalta-se que no decorrer da fundamentação teórica desta pesquisa, são citados diversos autores de diferentes linhas de pesquisa. A proposta, neste sentido, foi expressar os anseios e desejos de cada autor em prol de um objetivo comum: “educação de qualidade para todos”. Defender somente as ideias de um autor implicaria excluir as ideias dos outros autores, ou seja, ao fazer isto eu estaria infringindo no próprio discurso aqui proposto, no que tange à inclusão dos diversos pensamentos e posicionamentos.

O último Capítulo expõe uma reflexão sobre a educação inclusiva do(a)s alunos(a) do Ensino Superior da Faculdade de Tecnologia SENAC Tubarão – Região AMUREL. Com os dados tabulados, é feita uma analogia, um comparativo com os estudos bibliográficos.

E, por fim, são apresentadas algumas considerações finais acerca desta pesquisa, referentes à Instituição de Ensino Superior em pauta apresentar indícios através das práticas e políticas sobre a educação inclusiva à luz da diversidade. Com este estudo espero contribuir de alguma forma, ainda que modestamente, para uma reflexão sobre a Constituição Federal do Brasil e a Declaração de Salamanca no que se refere à educação inclusiva à luz da diversidade, propondo estudos e discussões no campo da educação para o desenvolvimento científico e tecnológico, pois sua abrangência ainda é muito limitada.

⁶ As Informações foram obtidas através de conversas informais realizadas nas dependências da Faculdade SENAC-Tubarão/SC. A conversa informal foi transcrita e enviada para os respectivos e-mails dos citados, os quais conferiram e fizeram correções no texto e o devolveram por e-mail para publicação nesta dissertação.

2 PERSPECTIVAS SOBRE A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

O objetivo deste Capítulo é compreender e explicitar a importância da educação inclusiva à luz da diversidade, enquanto desafio na forma de pensar e agir com os sujeitos. A educação inclusiva não diz respeito somente à inclusão das pessoas com deficiências, mas sim a todas as formas de inclusão dos sujeitos na sociedade, sejam elas sociais e econômicas, de gênero, de cor ou raça, linguísticas, culturais, dentre outras. Não significa, portanto, demérito dos direitos de inclusão adquiridos pelas pessoas com deficiências, mas refere-se a projetar, destacar, discutir, as demais formas de inclusão das pessoas com e sem deficiências na sociedade, que, muitas vezes, estão “presas” pela dicotomia inclusão/exclusão. Dessa forma, a dicotomia exclusão-inclusão apresenta-se como uma “correlação de forças” estabelecida dentro da dinâmica da sociedade capitalista e, mais profundamente, na sua fase madura (NETTO, 2011) inserida no contexto da flexibilização proposta pela lógica neoliberal. (FALEIROS 2006 apud SILVA, 2011, p. 5).

Os discursos da sociedade atual propõem uma educação inclusiva para todos os sujeitos, “Educação para Todos”, independentemente da classe social, de gênero ou, ainda, sem considerar se este indivíduo é do campo, se é dos grandes centros urbanos ou da favela, isso para mencionar apenas algumas características diferenciadoras. Neste discurso, o importante é ter acesso ao ambiente escolar, estar na sala de aula e não o seu aprendizado e sua permanência na escola. De forma sedutora, os discursos inclusivos nos ludibriam, quando temos falácias de uma educação baseada na exclusão. A prova disso é que “durante muito tempo a escola possuía o papel de selecionar os melhores, nesta seleção ficavam fora as mulheres, os negros, os indígenas, as pessoas com deficiências, aqueles que eram considerados incapazes para suprir as necessidades do mercado de trabalho.” (FONSECA; PIMENTA, 2012, p. 3).

No seio da concepção da diversidade, busca-se o reconhecimento de tais sujeitos considerados diferentes, desiguais, pertencentes à sociedade, com potencialidades do gozo pleno dos seus direitos e deveres. A partir deste espectro, pretendo fazer uma analogia entre a Constituição Federal Brasileira e a Declaração de Salamanca na perspectiva da educação inclusiva por meio da diversidade.

2.1 (RE) PENSANDO A EDUCAÇÃO INCLUSIVA: ALGUNS APONTAMENTOS

De acordo com a Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996⁷, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências, através do Art. 58:

Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação (BRASIL, 2013).

No entanto, anterior à aprovação da LDB/1996, a Constituição Federal de 1988 apresentava uma visão mais ampla da inclusão, abrangendo não apenas pessoas com deficiência, mas também a questão da cor ou raça, classe social e sexo quando afirmava que “todos têm direitos”⁸.

No entendimento da Declaração de Salamanca, o termo “pessoas com deficiências”

[...] refere-se a todas aquelas crianças ou jovens cujas necessidades educacionais especiais se originam em função de deficiências ou dificuldades de aprendizagem. Muitas crianças experimentam dificuldades de aprendizagem e, portanto, possuem necessidades educacionais especiais em algum ponto durante a sua escolarização. Escolas devem buscar formas de educar tais crianças bem-sucedidamente, incluindo aquelas que possuam desvantagens severas. (UNESCO, 1994, p. 3).

Quando me refiro à inclusão, o primeiro pensamento ou reação é vincular as pessoas com algum tipo de deficiência, é pensar se os locais possuem acessibilidade e se os meios de transportes são adaptados, dentre outras questões similares. Na maioria das vezes, referimo-nos às pessoas com deficiências que precisam ser incluídas e aceitas na família, na escola e na sociedade atual. Elas precisam ser inseridas no contexto escolar e social com respeito, dignidade e terem cumpridos os seus direitos constitucionalmente assegurados. Mas, como ficam as pessoas identificadas por sua diferença étnico-racial, diferença de gênero, social e econômica, que também precisam ser incluídas nesta mesma sociedade?

Para início das discussões, é necessário analisar os significados de incluir, inclusão, educação inclusiva e exclusão.

⁷ Lei que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

⁸ Será relatado no próximo item.

Para Ferreira (2008, p. 469) o termo *incluir* refere-se a “[...] abranger. Fazer tomar parte; inserir; introduzir. Fazer constar de lista, de série, relacionar [...]. Fazer parte. Inserir-se.”.

Entretanto, Gentili (2009, p. 1062, [grifo do autor]) diz que a “*inclusão é um processo democrático integral, que envolve a superação efetiva das condições políticas, econômicas, sociais e culturais que historicamente produzem a exclusão*” e, continua o autor, “é um processo que se constrói em oposição às forças e tendências que produziram e historicamente produzem a negação do direito à educação dos mais pobres e excluídos.” (GENTILI, 2009, p, 1063).

Para os autores referidos acima, os termos incluir e inclusão têm o mesmo sentido e fazem parte do processo de aceitar, de viver e conviver uns com os outros na sociedade, independentemente da cor da pele, das condições econômicas e sociais, políticas, culturais, enfim, respeitando as diferenças. “O termo ‘inclusão’ ao ser recuperado nos discursos políticos pelos organismos internacionais no final do século vinte tem também acolhida nos discursos acadêmicos, nas explicações sobre a realidade social e educacional.” (GARCIA, 2014, p. 126).

Garcia (2014) alerta sobre os discursos políticos em prol de uma inclusão social onde os sujeitos têm direitos de uma vida social e econômica na qual possam desfrutar os prazeres de bem-estar. Isso ocorre pela ineficiência da distribuição de renda reafirmando a necessidade de planejamento da vida pública para uma melhor definição dos papéis do Estado e da sociedade. Neste caso, “inclusão significa inserir as pessoas na corrente econômica.” (GARCIA, 2014, p. 110).

Para a UNESCO (1999, p. 7 apud GARCIA, 2014, p. 113) a educação inclusiva é “uma proposta para solucionar a exclusão educacional e social”. Afirma a autora que a educação inclusiva é “[...] uma abordagem que visa a atender às necessidades de aprendizagem de todas as crianças, jovens e adultos com um foco específico sobre aqueles que são vulneráveis à marginalização e à exclusão.” (UNESCO, 2003, p. 4 apud GARCIA, 2014, p. 113).

Garcia (2014) diz, ainda, que a educação inclusiva está amparada na “Conferência Mundial de Educação para Todos (UNESCO, 1990), de Jomtien, na Conferência Mundial sobre necessidades educacionais especiais (UNESCO, 1994) de Salamanca e no Fórum Mundial de Educação de Dakar (UNESCO, 1999b)”.

Independentemente da terminologia inclusão ou educação inclusiva, ambas tornaram-se vocábulos corriqueiros e de fácil manipulação para pensar a questão da inserção

dos sujeitos na sociedade contemporânea, tornando-se uma ação fantasiosa, pois ao mesmo tempo em que o sujeito acredita que está incluído no meio social e educacional, surge a exclusão

[...] definida, neste contexto, como negação da cidadania, da garantia e efetividade de direitos civis, políticos e sociais, ambientais e da equidade de gênero, raça, etnia e território. A exclusão é um processo dialético e histórico, decorrente da exploração e da dominação, com vantagens para uns e desvantagens para outros, estruturante da vida das pessoas e coletividades, [...]. (FALEIROS, 2006 apud SILVA, 2011, p. 5).

Essas reflexões provocam algumas inquietações acerca da educação inclusiva, pois a legislação descrita na Constituição Federal de 1988 prevê a educação para todos, de qualidade e sem discriminação, livres das desigualdades sociais, econômicas, étnico-raciais, dentre outras. Existe uma sobrecarga intrínseca na educação, como o único meio para promover a igualdade, a inclusão de todos os sujeitos no meio educacional e, conseqüentemente, na sociedade.

Na reportagem exibida pelo Diário Catarinense, intitulada *DC na Sala de Aula*, Viviane Araújo retrata o que dizem as leis no Brasil em que a “inclusão escolar é acolher todas as crianças, sem exceção, no sistema de ensino, independente de cor, raça, classe social e condições físicas e psicológicas. O termo é associado mais comumente pessoas com deficiência física e mental.” (ARAÚJO, 2013, p. 2).

De acordo com a Constituição Federal de 1988 e com o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069, de 13 de julho de 1990) é dever do Estado garantir atendimento a todas as pessoas com deficiências em escolas regulares, caso contrário, será considerado crime. O termo educação inclusiva é abrangente e é preciso (re)pensá-lo, pois

[...] as diferenças se distribuem na população de um modo complexo. Além daquelas que podem ser identificadas no plano de cada indivíduo específico, não há como negar que há diferenças grupais devidas à raça, gênero, idade, cultura e até mesmo condições físico-geográficas do ambiente imediato. Então, cada pessoa se apresenta como uma combinação de uma miríade de traços individuais e de diferentes grupos aos quais pertence. (OMOTE, 2006, p. 253-254).

Os seres humanos são diferentes uns dos outros, portanto, cada ser humano é único. Como não reconhecer e respeitar as diferenças que existem em cada um de nós? Pressupõem que a escola é um dos espaços onde seja possível promover o reconhecimento e o respeito entre os sujeitos considerando o contexto escolar, capacitando os professores através da formação continuada.

Para tanto, Canen e Xavier (2011) consideram a formação continuada de professores como o meio mais apropriado para a discussão. As autoras mencionam que o multiculturalismo⁹ é um campo propício para discussão da diversidade. Nessa perspectiva, surgem trabalhos que “têm apontado a relevância da educação para o desafio a preconceitos raciais, de gênero, de orientação sexual, de religião e outros, rumo a uma visão democrática e plural que permita o diálogo entre culturas e avance no desempenho positivo de alunos de universos culturais plurais.” (CANEN; XAVIER, 2011, p. 642), constatando a existência da diversidade.

Ao mesmo tempo em que surgem novas necessidades de inclusão na escola, os profissionais da educação precisam estar abertos, atentos a esse novo contexto para incluir as pessoas com e sem deficiências, das mais variadas diversidades étnico-raciais existentes, bem como diversidade de gênero, cultural, linguística, social e econômica, dentre outras. Para Fonseca e Pimenta (2012, p. 4),

[...] estes direitos só serão garantidos quando todas as crianças, jovens e adultos forem contemplados, sem distinção de etnia, idade ou gênero. É importante considerar que nem sempre as legislações são pensadas de acordo com a realidade da escola, muitas vezes estão em caminhos opostos.

Estabelecer essa relação entre a lei e a realidade ainda é utópico. A maioria dos profissionais da educação está preparada para essa realidade? Qual seja, de pensar educação inclusiva de uma forma mais abrangente, contemplando a diversidade? Que abranja as pessoas com e sem deficiências e as categorias nas quais os indivíduos estão inseridos, vivenciando as questões étnico-raciais, de gênero, culturais, sociais, econômicas, de religião, trabalhadores do campo e das favelas, dentre outras questões. Estas são algumas categorias que interferem diretamente na inclusão ou exclusão do sujeito na sociedade contemporânea.

A inclusão, em contrapartida, estabelecia que as diferenças humanas eram normais, mas ao mesmo tempo reconhecia que a escola estava provocando ou acentuando desigualdades associadas à existência das diferenças de origem pessoal, social, cultural e política, e por isso pregava a necessidade de reforma educacional para prover uma educação de qualidade para todas as crianças. (MENDES, 2006, p. 395).

É preciso ter um olhar mais aguçado sobre a terminologia educação inclusiva.

Para Maria Odete Emygdio da Silva,

⁹ O multiculturalismo tem sido compreendido como um campo teórico, prático e político que busca respostas para a diversidade cultural e desafio aos preconceitos, com ênfase na identidade como categoria central para se pensar em uma educação valorizadora da pluralidade no contexto escolar (CANDAU, 2008a, b, c; CANEN, 2008; CANEN; SANTOS, 2009; MOREIRA; CÂMARA, 2008 *APUD* CANEN; XAVIER, 2011, p. 642).

[...] a educação inclusiva parte do pressuposto de que todos os alunos estão na escola para aprender e, por isso, participam e interagem uns com os outros, independente das dificuldades mais ou menos complexas que alguns possam evidenciar e às quais cabe à escola adaptar-se, nomeadamente porque essa atitude constitui um desafio que cria novas situações de aprendizagem. (SILVA, 2009, p. 148).

Praticar a educação inclusiva na escola é prover as mais diferentes aprendizagens, como evidenciado por Silva (2009). É colocar-se no lugar do outro, é criar atividades dinâmicas que despertem o interesse desse aluno em prol da sua aprendizagem e, principalmente, respeitando-o. É incluir os excluídos considerando a diversidade, a individualidade e respeitando as diferenças de cada sujeito.

Para Omote (2006, p. 257) “a grande dificuldade reside na transformação dessa intenção em realidade”, pois as pessoas acreditam no discurso sedutor dos políticos e da própria mídia de uma maneira geral. Por isso, é necessário o engajamento e uma conscientização transformadora que ultrapassem os muros da escola, o ambiente familiar e o da própria sociedade civil, para que ocorram mudanças no discurso e na prática cotidiana, de modo a aceitar o outro diferente na sua totalidade.

Daí a importância de observarmos e problematizarmos a presença do discurso da inclusão e de práticas inclusivas no contexto escolar, atentando para o seu funcionamento e para o modo como provocam efeitos de verdade na prática discursivo-pedagógica, que, por sua vez, incide e afeta o desempenho do sujeito-aluno, bem como seus modos de subjetivação. (CAVALLARI, 2009, p. 57).

Em favor de uma educação inclusiva e da aprendizagem significativa, Omote (2006, p. 262) destaca que “na defesa da proposta da inclusão uma das questões persistentemente apontadas é a aprendizagem na diversidade, sugerindo que todas as pessoas que participam desse empreendimento saem ganhando”, isto é, que o ensino seja individualizado, respeitando a realidade de cada aluno, o meio em que vive e, principalmente, o seu estilo e ritmo de aprendizagem através de atividades, recursos pedagógicos e avaliações que proporcionem a aprendizagem deste aluno. Silva (2009, p. 148) referencia que “neste sentido, a diferença é um valor (AINSCOW, 1998) e a escola é um lugar que proporciona interação [sic] de aprendizagens significativas a todos os seus alunos, baseadas na cooperação e na diferenciação inclusiva”. Portanto, “essa individualização tem sido relativamente valorizada nas discussões sobre a implementação da educação inclusiva.” (OMOTE, 2006, p. 262).

Ainda para Omote (2006, p. 257), existem duas ordens distintas: a primeira diz respeito às diferenças resultantes de “experiências pré-escolares - culturais, lingüísticas [sic] e psicossociais - e outras diferenças individuais em termos de história e projeto de vida, interesses e motivações, habilidades sociais e competências em geral”. Neste caso, para o professor ensinar em uma classe com diferentes sujeitos, parece-nos, à primeira vista, não ser tão complicado. Mas este profissional precisa estar disposto e ter vontade para aprender a ministrar aulas para sujeitos diversos no ambiente escolar. Omote (2006, p. 258) diz que essa situação é mais evidente e que são “variações da normalidade estatística”, pertencendo a um ambiente de sala de aula comum, e “ocorre mais acentuadamente em regiões do país onde predominam grandes diferenças de classes sociais”. Os professores, juntamente com a equipe de profissionais da educação, precisarão adequar-se a essa nova situação adaptando métodos, recursos e estratégias para que todos os alunos sintam-se incluídos na escola, com ensino de qualidade e por meio, da equipe escolar qualificada. (OMOTE, 2006).

Entretanto, a segunda situação trata daquelas pessoas “resultantes de alterações constitucionais devidas a anomalias genéticas, outras patologias congênitas e aquelas adquiridas em conseqüência [sic] de alguma enfermidade, acidente ou trauma.” (OMOTE, 2006, p. 257). O autor ainda argumenta que essas diferenças não podem ser tratadas como algo normal. São pessoas acometidas que requerem atenção e cuidados diferenciados, pois esta condição apresenta limitações em função da extensão, do grau e da natureza. Estes sujeitos não estão com frequência na escola, contudo, existem crianças, jovens e adultos em idade escolar. (OMOTE, 2006). É evidente que estes indivíduos podem e devem viver e conviver no mesmo ambiente que os demais alunos “a menos que existem fortes razões para agir de outra forma”, como citado na Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994, p. 2).

Entre os portadores de diferenças do segundo tipo, há uma parcela, certamente bem menor, de crianças e jovens com limitações e alterações tão acentuadas que não têm possibilidade de conviver com outras crianças em ambientes de ensino comum nem de tirar proveito dessa oportunidade. Além disso, apresentam necessidades especiais de outra ordem que a escola certamente não tem possibilidade de atender, seja por estar fora do escopo da instituição escolar, seja por requererem recursos e pessoal especializados, só disponíveis em instituições que prestam serviços de outra natureza. (OMOTE, 2006, p.258).

O desafio não está em atender somente seres humanos com algum tipo de deficiência, mas, sim, de incluir as mais variadas formas e características de diversidade. Gomes (2012) destaca que, tratar a diversidade é estarmos atentos aos contextos sociais que se interligam através da participação dos sujeitos no que tange a “imigração, gênero,

sexualidade, raça, etnia, religião, língua, espaços/territórios são os principais fatores e temáticas que desencadearam um processo de mobilização e discussão sobre a diversidade [...]” para que possamos retratar a inclusão dos diversos.

Para Mwewa e Schmitt (2012, p. 90) “os que estão excluídos do direito à educação não estão excluídos somente por permanecerem fora da escola, mas também por formarem parte de um conjunto de relações e circunstâncias que os afastam deste direito”. São crianças, jovens, adultos que têm direito à educação de qualidade, e que tais direitos promovam o acesso à escola com dignidade.

Embora estejam evidenciadas as inúmeras diversidades existentes, como mencionado anteriormente, esta dissertação aborda a educação inclusiva à luz da diversidade na categoria socioeconômica, oriunda dos impactos e interferências das categorias de gênero e étnico-raciais, categorias estas cujo entendimento será explicitado a seguir.

A categoria **social e econômica** é observada como uma categoria social, relativa às questões ligadas à saúde, educação, trabalho, moradia, saneamento básico e, no indicador econômico, a exemplo, a renda *per capita* deste sujeito inserido meio. Maluf, Mattei e Lins (2006, p. 93) explicitam que “o conceito de desenvolvimento socioeconômico está relacionado ao nível de crescimento econômico, somado às características da distribuição de renda, das condições de saúde, de educação, de trabalho e de moradia da população”. Ambas as condições, social e econômica, caminham de mãos dadas, influenciando consideravelmente a formação desse sujeito no que tange à formação pessoal e profissional e às questões de moradia e saúde, impactando no desenvolvimento humano.

Reconhecer que todo ser humano é diferente um do outro é respeitar os espaços das potencialidades e fragilidades para aceitar a diversidade no contexto escolar e social. É (re)pensar as políticas públicas para que atendam às diferenças e desigualdades socioeconômicas existentes, não somente para ter em vista as demandas neoliberais, ou citar nos discursos, ditos por muitos políticos, que *a educação é para todos*, mas para a percepção de que incluímos alguns sujeitos e excluímos outros por não terem condições sociais e econômicas adequadas para ingresso na escola e no ambiente social, além da formação deste sujeito enquanto ser humano. Nakayama (2007, p. 6) afirma que “ao mesmo tempo percebe-se que a pessoa, enquanto incluída em um grupo social, pode estar excluída de outro e vice-versa, pois estar excluído de uma situação pode significar pertencer a outro grupo social, mesmo que marginal.” (NAKAYAMA, 2007, p 6).

Quanto à categoria **étnico-racial**, compreendemos que o Brasil é um país imenso e “[...] com 8.515.692,27 km², distribuídos em um território heterogêneo, com

determinadas áreas de difícil acesso, composto por 27 Unidades da Federação e 5.565 municípios¹⁰, abrangendo cerca de 67,5 milhões de domicílios” (IBGE/CENSO DEMOGRÁFICO, 2010, p. 13) e que abriga diversas etnias. “Essa questão se torna evidente em países com populações crescentemente diversificadas na sua composição, fruto de processos variados não só de imigração como de interrelações étnico-raciais.” (IBGE/CENSO DEMOGRÁFICO, 2010, p. 75). Diante deste contexto e para melhor mensuração dessas etnias, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE classifica a cor ou raça da seguinte forma: branca, preta, parda, amarela e indígena.

De acordo com os dados coletados pelo IBGE/Censo Demográfico 2010, constatamos que a população brasileira é composta por 190.755.799 habitantes. Destes, o Censo destaca que 160.925.792 são habitantes urbanos e 29.830.007 habitantes vivem na zona rural. Uma comparação entre os censos realizados nos anos 2000 e 2010 (IBGE/CENSO DEMOGRÁFICO, 2010) evidencia uma miscigenação de raças que vivem principalmente, na zona urbana. Retrata a redução da raça branca de 53,7% para 47,7% e, conseqüentemente, o aumento da raça preta, parda e amarela, sendo 6,2% para 7,6%; 38,5% para 43,1% e 0,5% para 1,1%, respectivamente. A raça indígena permanece inalterada com 0,4% e desaparece o percentual de pessoas indecisas ou sem declaração, comprovando a diversidade existente neste país.

Os dados extraídos do relatório do IBGE/Censo Demográfico, 2010, demonstram que na Região Sul do Brasil (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) há predomínio da cor ou raça branca. Ou seja, o Paraná é composto por 70,3% de brancos, 25,1% da cor ou raça parda e 3,2% da cor ou raça preta; o Estado de Santa Catarina apresenta o maior percentual da cor ou raça branca com 84,0%, 12,4% de pardos e 2,9% de pretos; Rio Grande do Sul com 83,2% de brancos, 10,6% de pardos e 5,6% pretos. A soma destes totaliza 98,6%, 99,3% e 99,4%, respectivamente. A cor ou raça amarela e indígena não apresentaram percentuais¹¹. (IBGE/CENSO DEMOGRÁFICO, 2010).

Embora esteja evidente o predomínio da cor ou raça branca nos Estados do sul do Brasil, cujo predomínio da colonização foi de europeus, que aqui fincaram suas raízes, a cor ou raça parda aparece em 2º lugar, demonstrando uma miscigenação de raças, de tal modo que – como disse Nelson Mandela, o grande líder mundial que lutava pela igualdade de raças – “existe apenas uma raça, a raça humana”. Somente a educação poderá transformar essa

¹⁰ Inclusive o Distrito Estadual de Fernando de Noronha e o Distrito Federal.

¹¹ De acordo com o relatório IBGE, no gráfico proporção de pessoas por unidades federativas não aparece “cor ou raça amarela e indígena”.

percepção ou ideal em realidade e, ainda segundo Mandela, “a educação é a arma mais poderosa que se pode usar para mudar o mundo”.

Com base nos dados expostos, cabe refletir sobre a classificação utilizada pelo IBGE. Não é uma afronta aos direitos humanos? Aos direitos de igualdade? Aos direitos e deveres que cada indivíduo precisa exercer na vida cotidiana? Para evitar discursos contraditórios, pois este não é o objetivo desta dissertação, seguirei as definições estabelecidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE para caracterização de Cor/Etnia.

Sobre a categoria **gênero**, destaco que a proposta desta pesquisa não foi estudar gênero na sua essência, mas, sim, enquanto categoria de relação social, ou seja, a pesquisa privilegiou a participação dos sujeitos do sexo feminino e masculino na Faculdade de Tecnologia SENAC Tubarão/SC.

Portanto, o gênero não é um conceito que descreva as relações entre homens e mulheres, mas uma categoria teórica referida a um conjunto de significados e símbolos construídos sobre a base da percepção da diferença sexual, significados estes que são utilizados na compreensão de todo o universo observado, incluindo as relações sociais e, mais particularmente, as relações entre homens e mulheres (SCOTT, 1995 apud CARVALHO, 2011, p. 104).

Mesmo estando em pleno século XXI, percebe-se que boa parte da população ainda tem preconceitos nas relações sociais entre homens e mulheres. Tal indício é consolidado através de cursos destinados a eles e a elas, formando sujeitos para o mercado de trabalho. Tal contradição vem se rompendo aos poucos, pois hoje homens e mulheres estudam e trabalham no mesmo ambiente. Vale ressaltar que dependendo do segmento de atuação há certo predomínio de homens em comparação às mulheres, sendo menores os ganhos salariais destas, como ecos de um passado arraigado de submissão em que as mulheres eram objeto de exploração. Nakayama (2007, p. 63) destaca que apesar do ingresso das mulheres no mercado de trabalho em diversos setores da economia, ainda percebe-se a forte presença das mulheres em atividades não tão privilegiadas e com baixa remuneração, como “trabalhadoras rurais, empregadas domésticas e professoras primárias, serviços”. Carvalho (2011, p. 108) aponta que “as mulheres teriam uma posição social universalmente inferior porque nas trocas simbólicas não participam como sujeitos, mas como ‘objetos de troca definidos conforme os interesses masculinos’, como símbolos, sendo excluídas da acumulação de capital simbólico.” Homens e mulheres exercem o mesmo papel da sociedade? Frequentam os mesmos cursos? Como se dá essa relação na Faculdade de Tecnologia SENAC na Região da AMUREL?

O que proponho é uma reflexão para outras categorias que estão excluídas da modernidade tardia. Devemos questionar a educação inclusiva para além das pessoas com deficiências. Estes sujeitos possuem algum tipo de deficiência, mas toda pessoa, independentemente do grau de deficiência, possui uma carga genética intrínseca, como as questões étnico-raciais, de gênero e interferências do meio social e econômico. É possível desvincular essas características dos sujeitos? São questões do mundo globalizado, que impactam psicologicamente e socialmente na formação do indivíduo e que necessitam de uma reflexão aguçada para a educação inclusiva à luz da diversidade.

2.2 A CONSTITUIÇÃO FEDERATIVA DO BRASIL E A EDUCAÇÃO INCLUSIVA À LUZ DA DIVERSIDADE: ALGUMAS INCURSÕES

Um dos objetivos desta dissertação é analisar a Declaração de Salamanca com abrangência mundial alicerçada pela UNESCO, porém é necessária, antes, uma breve incursão nas constituições brasileiras. Tal incursão será feita na perspectiva das autoras Flaviane Pelloso Molina Freitas¹² e Marisa Schneckenberg¹³ para apreciação da educação inclusiva à luz da diversidade. Escolhi estas autoras por serem as que melhor trataram este tema no ano de 2013, através do artigo *A gestão constitucional da educação inclusiva no Brasil*, reforçando as argumentações defendidas nesta pesquisa.

Ao analisarem a primeira Constituição do Brasil, datada de 1824, Freitas e Schneckenberg (2013) destacam que a Constituição não foi implantada de fato, pois na época não havia discussão ou interesse em proporcionar escolarização às massas. Havia, sim, grande domínio e interesse para a qualificação da força de trabalho, ou seja, força de trabalho de homens e mulheres escravizados, resultado dos (re)fluxos do período imperial. Desta forma, o padrão elitizado da burguesia era mantido, de maneira que poucos estudavam e outros operacionalizavam as tarefas cotidianas. Quando os desfavorecidos reivindicavam seus direitos, estes eram tratados como “casos de polícia”.

A educação em pleno século XIX não era prioritária. Essa preocupação teve início a partir do século XX, com a consolidação do capitalismo e do Estado oligárquico como República. A partir deste fato, a educação passou a ser tratada como uma questão nacional. Surgiram as primeiras instituições de ensino no século XIX. Os indivíduos pertencentes às

¹² Mestranda do PPGE/Unicentro-PR. Agência Financiadora CAPES.

¹³ Prof^ª Dr^ª do PPGE/Unicentro-PR.

classes abastadas tinham acesso, enquanto para os menos favorecidos havia escassez de vagas. (FREITAS; SCHNECKENBERG, 2013).

Os anos de 1914 a 1918 foram marcados pela Primeira Guerra Mundial que, apesar dos sofrimentos causados pelas perdas de várias vidas e das sequelas irremediáveis, no Brasil, somado-se aos movimentos nacionalistas, produziu “transformações sociais que vinculam a educação, com a modernização da sociedade e a consolidação do capitalismo, refletindo com a busca da escolarização universal de acordo com as demandas capitais e trabalhistas.” (AZEVEDO, 2008 apud FREITAS; SCHNECKENBERG, 2013, p. 5). A educação passou a ser vista com outro olhar, um olhar que podia transformar a mão de obra não qualificada em qualificada no processo de inclusão, em especial, em cursos técnicos. A preocupação passou a ser no sentido de formar consumidores que atendessem a essa nova demanda de mercado em prol da industrialização e atendem-se os interesses políticos. Vale ressaltar que as políticas não acompanharam a evolução desse período, ou seja, “[...] essa realidade de industrialização não significou mudança, pois os processos políticos originários nessa fase tiveram por base a conservação de ‘velhas práticas’.” (AZEVEDO, 2008 apud FREITAS; SCHNECKENBERG, 2013, p. 5).

No entanto, Freitas e Schneckenberg (2013) esclarecem que a Constituição Federal de 1934 trazia descrita que o Estado tinha a obrigatoriedade de promover a educação gratuita e escola primária a todos os cidadãos brasileiros. Mas, será que todos tinham direito a essa escola?

O que se vê é uma prática da sua violação, e conservacionismo de um sistema de ensino dual, confirmado por políticas e reformas como a de Francisco Campos que fortalece o ensino técnico e profissional voltado às massas e o ensino primário e secundário com características propedêuticas às classes médias e elitizadas. (FREITAS; SCHNECKENBERG, 2013, p. 6).

A partir daí, o que é possível entender é que naquele momento a escola primária e secundária não era para os sujeitos pobres, ou melhor, para os que vendiam sua força de trabalho. O indivíduo não detentor de riquezas foi incluído na escola técnica e profissional, destinada a qualificar mão de obra, mas excluído da escola primária e secundária destinada às classes abastadas.

Na Constituição Federal de 1946, ocorreu “a ratificação do direito a educação através da explicitação do direito à escola básica e de instrumentos legais e financeiros para a sua efetiva viabilização, incumbindo ainda a União legislar sobre as diretrizes e bases

educacionais” (FREITAS; SCHNECKENBERG, 2013, p. 6), fazendo com que a inexistência de ações por parte do Estado tornassem a lei impotente. E, por fim, as autoras afirmam que:

Paralelamente a esta conjuntura histórica ao analisar o documento constitucional de 1824 (BRASIL, 1824), sendo a primeira constituição conhecida como a Constituição do Império, verificamos a inexistência de artigo que mencionasse qualquer direito ou proteção a pessoa portadora de deficiência. O mesmo ocorreu com as constituições que as sucedeu, datadas de 1891-Constituição da Primeira República ou República Velha, de 1934 – Constituição da Segunda República, 1937 – Constituição do Estado Novo ou Era Vargas, e por fim também a de 1946 – Constituição do período da redemocratização. (FREITAS; SCHNECKENBERG, 2013, p. 6)

Após um século de Constituição, desde a sua primeira, a Constituição Federal de 1967 deu os primeiros passos, passando a existir um artigo de lei que menciona a assistência educacional aos alunos necessitados. Porém, leva-nos a pensar: quem são os alunos necessitados? Necessitados de permanência na escola? Necessitados de educação com qualidade? De professores formados? Essa Constituição não deixa claro quem são os necessitados e nem, tampouco, como irá auxiliá-los, de modo que se pode concluir (FREITAS; SCHNECKENBERG, 2013) que a gestão educacional na forma Constitucional sobre a aplicação da educação especial e/ou inclusiva, até 1967, permaneceu ineficaz diante daqueles que precisavam se utilizar dela para salvar seus direitos enquanto seres humanos.

Contudo, na Constituição Federal de 1988 aparecem vários artigos que abordam a educação especial/inclusiva. Podemos constatar,

[...] em seu artigo 6º, a educação pela primeira vez como um direito social, bem como em seu artigo 208, III, expresso pela primeira vez também o dispositivo de educação especial na forma de atendimento educacional especializado e de forma preferencial na rede regular de ensino. [...] em seu artigo 206, o princípio do ensino, sendo a igualdade de condições de acesso e permanência na escola, que, portanto, complementa o artigo 208, uma vez que ministrando o atendimento educacional aos portadores de deficiência, o seu acesso e a sua permanência deve ser garantida. Além do que, o mesmo artigo se refere também à garantia do padrão de qualidade, outro princípio que não pode ser esquecido ao se pensar a inclusão. [...] Destacamos ainda que nessa última constituição (BRASIL, 1988) presenciamos contemplados vários outros direitos amparados aos portadores de deficiência, além dos educacionais, como trabalho (artigo 7º), saúde (artigo 23), assistência social (artigo 23) e acessibilidade (artigo 227). (FREITAS; SCHNECKENBERG, 2013, p. 7-8).

Na Constituição Federal de 1988, o direito e acesso à educação foram lembrados e adquiridos, embora a realidade se mostre um tanto quanto diferente. Com a releitura da Carta Magna, defrontamo-nos com o termo *inclusão* referindo-se somente às pessoas com deficiências. Repito que, por certo, não estou desmerecendo o direito adquirido das pessoas

com deficiências, estou, sim, questionando o termo *inclusão* descrito na Carta Magna por referir-se somente às pessoas com deficiências, pois há inúmeros tipos de inclusão. A terminologia *inclusão* é abrangente e, para quem busca especificamente *educação inclusiva*, essa análise da Constituição se revela frustrante, pois o documento praticamente nada menciona a respeito.

2.3 DECLARAÇÃO DE SALAMANCA (1994) E A EDUCAÇÃO INCLUSIVA À LUZ DA DIVERSIDADE

Em 1994, de 7 a 10 de junho, a Conferência Mundial de Educação Especial contou com a representação de 88 governos e 25 organizações internacionais, na cidade de Salamanca, Espanha. O governo da Espanha e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) elaboraram o mais importante documento relacionado à educação inclusiva, uma vez que este se tornou uma referência em escala mundial. A Declaração de Salamanca aborda os Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais, cujo objetivo é a reafirmação do compromisso “Educação para Todos”, firmado no ano de 1990, na Conferência Mundial sobre Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem, realizada em Jomtien, Tailândia, promovida pelo Banco Mundial. A partir da Declaração de Salamanca, crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais¹⁴ têm o direito de ingressar nas escolas regulares de ensino, pois todo indivíduo possui características, habilidades e necessidades de aprendizagens diferentes uns dos outros, “a menos que existam fortes razões para agir de outra forma.” (UNESCO, 1994, p. 2).

Será objeto de análise o item três da Declaração de Salamanca, *Estrutura de Ação em Educação Especial*, que aborda com ênfase a educação inclusiva, analisada nesta dissertação no sentido de tratar a educação inclusiva com maior amplitude e abrangência de seu significado, conforme a educação inclusiva à luz da diversidade em articulação com a Constituição Federal, apresentada brevemente no início deste Capítulo.

A proposta deste subitem será apresentar e analisar o item três da Declaração de Salamanca referente à Estrutura de Ação em Educação Especial, sendo que

¹⁴ Termo utilizado na conferência a época.

O princípio que orienta esta Estrutura é o de que escolas deveriam acomodar todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, lingüísticas [sic] ou outras. Aquelas deveriam incluir crianças deficientes e superdotadas, crianças de rua e que trabalham, crianças de origem remota ou de população nômade, crianças pertencentes a minorias lingüísticas [sic], étnicas ou culturais, e crianças de outros grupos desvantajados ou marginalizados. Tais condições geram uma variedade de diferentes desafios aos sistemas escolares. No contexto desta Estrutura, o termo "necessidades educacionais especiais" refere-se a todas aquelas crianças ou jovens cujas necessidades educacionais especiais se originam em função de deficiências ou dificuldades de aprendizagem. Muitas crianças experimentam dificuldades de aprendizagem e, portanto possuem necessidades educacionais especiais em algum ponto durante a sua escolarização. Escolas devem buscar formas de educar tais crianças bem-sucedidamente, incluindo aquelas que possuam desvantagens severas. Existe um consenso emergente de que crianças e jovens com necessidades educacionais especiais devam ser incluídas em arranjos educacionais feitos para a maioria das crianças. Isto levou ao conceito de escola inclusiva. O desafio que confronta a escola inclusiva é no que diz respeito ao desenvolvimento de uma pedagogia centrada na criança e capaz de bem-sucedidamente educar todas as crianças, incluindo aquelas que possuam desvantagens severa [sic]. O mérito de tais escolas não reside somente no fato de que elas sejam capazes de prover uma educação de alta qualidade a todas as crianças: o estabelecimento de tais escolas é um passo crucial no sentido de modificar atitudes discriminatórias, de criar comunidades acolhedoras e de desenvolver uma sociedade inclusiva. (UNESCO, 1994, p. 3-4).

Observa-se que a própria Declaração de Salamanca apresenta inicialmente a inserção dos diversos, sejam eles possuidores de diferenças físicas, intelectuais, emocionais, sociais, lingüísticas, dificuldades de aprendizagem, dentre outras. O referido documento menciona a inclusão e ao mesmo tempo retrata que as escolas regulares deveriam promover princípios e práticas inclusivas para evitar as atitudes discriminatórias que acontecem no meio escolar e social. (UNESCO, 1994).

Mas, nos parágrafos seguintes, a Declaração de Salamanca ao referenciar “Educação para Todos” em uma escola inclusiva, diverge do próprio discurso, pois faz um recorte, destinando o próprio documento às pessoas com necessidades educacionais especiais¹⁵ e dificuldades de aprendizagem. É importante lembrar que “[...] o termo ‘necessidades educacionais especiais’ refere-se a todas aquelas crianças ou jovens cujas necessidades educacionais especiais se originam em função de deficiências ou dificuldades de aprendizagem.” (UNESCO, 1994, p. 3-4).

Para Silva (2009, p. 145), a Declaração de Salamanca contribui para incentivar que

[...] todos os alunos em termos das suas potencialidades e capacidades, para o que, currículos, estratégias pedagógicas e recursos a utilizar adequados, organização escolar facilitadora destas medidas e da cooperação entre docentes e comunidade, são condições fundamentais a ter em conta.

¹⁵ Termo utilizado na época. Atualmente, são chamadas de pessoas com deficiência. (SASSAKI, 2002).

A diversidade é a soma dos diversos e não um estado em si. Desta forma, independentemente da classe econômica e social, a pessoa com deficiência poderá sofrer preconceitos e/ou consequências, além da deficiência, por pertencer a este ou àquele grupo social.

Convido à reflexão: uma pessoa com deficiência e de cor negra, sofrerá ou não um duplo preconceito? Como falarmos de educação inclusiva e ao mesmo tempo excluir o sujeito da escola e sociedade? Quais os impactos psicológicos desta ação repudiante para o sujeito? Um indivíduo branco, que anda em uma cadeira de rodas não motorizada, mora em áreas de riscos e não tem veículo próprio é visto de maneira diferente de um indivíduo branco, que mora em área privilegiada, com veículo próprio, adaptado, e dono de uma cadeira de rodas motorizada. Neste exemplo fictício, podemos observar as situações: ambos brancos, com deficiências, porém o que os difere é o ambiente onde moram, as condições sociais e econômicas, tornando-se fatores geradores da exclusão no contexto das diversidades.

Outra situação, também fictícia: um homem negro, trabalhador, morador do centro da cidade e que tem uma boa situação social e financeira. Apesar da situação social e econômica favorável, o que pesa sobre seus ombros é a discriminação da cor da pele, pois, mesmo sentindo-se incluído em alguns momentos de sua vida social e econômica, em outros momentos este mesmo homem negro se sentirá excluído por sua cor/raça.

Agora, se apresentarmos uma mulher branca e outra mulher negra, ambas trabalhadoras, temos as seguintes indagações: as mulheres receberam o mesmo salário que os homens quando exercerem a mesma função? A mulher branca é vista da mesma maneira que a mulher negra? A empresa que disponibilizar uma vaga de emprego contratará a mulher negra ou a mulher branca? E se esta vaga de emprego for concorrida por homens e mulheres, quem será o beneficiado com a oportunidade de emprego? São situações imaginárias, mas questões que nos fazem pensar, refletir e indagar sobre que tipo de inclusão estamos discursando e proporcionando aos sujeitos?

As diferenças se distribuem na população de um modo complexo, pois, além daquelas que podem ser identificadas no plano de cada indivíduo específico, não há como negar que há diferenças grupais devidas a gênero, idade, cultura, étnico-racial e até mesmo condições físico-geográficas do ambiente imediato. (OMOTE, 2006, p. 253).

Novamente, convido a refletir: como pensar em inclusão sem contextualizá-la em relação às diversidades existentes? Como incluir a pessoa com deficiência no ambiente escolar e social e, ao mesmo tempo, excluí-la devido às condições sociais e econômicas?

Porque desvincular educação inclusiva de diversidade? O que se questiona é uma educação para todos com o intuito de promover a educação inclusiva na tentativa de erradicar a exclusão na sociedade como um todo.

3 O SENAC NO BRASIL, EM SANTA CATARINA E NA REGIÃO DA AMUREL

Este Capítulo tem por objetivo apresentar uma breve caracterização socioeconômica da AMUREL – Associação dos Municípios da Região de Laguna, localizada na região sul do Estado de Santa Catarina, que constitui o contexto no qual se situa o SENAC de Tubarão/SC. Posteriormente, será apresentado um histórico do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC em nível nacional, estadual e na região da AMUREL¹⁶ e o perfil dos alunos dos Cursos Superiores de TGRH e TPG da Faculdade de Tecnologia SENAC Tubarão, no ano de 2013.

3.1 CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA DA ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DA REGIÃO DE LAGUNA - AMUREL

O Estado de Santa Catarina está dividido em microrregiões, denominadas de “associação de municípios” que são registradas como personalidades jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos. Possuem estatuto próprio e são públicas. (AMUREL,[2013]). A Associação de Municípios da Região de Laguna – AMUREL, também chamada de Região da AMUREL, está sediada na cidade de Tubarão/SC. A Associação é composta por dezoito municípios, sendo eles: Armazém, Braço do Norte, Capivari de Baixo, Grão Pará, Gravatal, Imaruí, Imbituba, Jaguaruna, Laguna, Pedras Grandes, Pescaria Brava¹⁷, Rio Fortuna, Sangão, Santa Rosa de Lima, São Ludgero, São Martinho, Treze de Maio e Tubarão. (AMUREL,[2013?]).

Na sequência, são apresentados alguns dados que permitem caracterizar socioeconomicamente essa região, quanto aos seguintes indicadores: população residente, população urbana e rural, gênero, nupcialidade, valor do rendimento nominal médio mensal dos domicílios particulares permanentes com rendimento domiciliar, por situação do domicílio rural e urbano, média do percentual de contribuição do rendimento das mulheres no rendimento familiar, composição dos domicílios, quantidade de alunos por cor ou raça dos ensinos Fundamental, Médio e Superior, quantidade de escolas públicas ou privadas por

¹⁶ As citações diretas e indiretas, bem como as referências serão especificadas por abrangência territorial, como sendo SENAC-DN, para informações das instituições em nível nacional – Departamento Nacional; SENAC-SC, para informações das instituições em nível estadual – Santa Catarina; SENAC-TB para informações das instituições em nível da Região da AMUREL.

¹⁷ O município de Pescaria Brava não apresenta dados no IBGE, Censo Demográfico 2010, pois não era emancipado na época. A primeira eleição municipal ocorreu em 2012.

modalidade de ensino (Fundamental, Médio e Superior) e suas respectivas quantidades de alunos, meios de transportes e os setores da economia dos municípios que compõem a Região da AMUREL.

Tabela 1 - População residente, população urbana e rural, o gênero e a nupcialidade dos municípios que compõem a Região da AMUREL - 2010.

| Municípios | População | | | Gênero | | Nupcialidade | | | | |
|--------------------|-------------------------------|----------------|---------------|----------------|----------------|----------------|--|---------------|----------------|---------------|
| | População residente (pessoas) | Urbana | Rural | Masculino | Feminino | Casado(a) | Desquitado(a) ou separado(a) judicialmente | Divorciado(a) | Solteiro(a) | Viúvo(a) |
| Armazém | 7.753 | 4.884 | 2.869 | 3.924 | 3.829 | 3.099 | 125 | 146 | 2.984 | 384 |
| Braço do Norte | 29.018 | 23.383 | 5.635 | 14.533 | 14.485 | 10.459 | 550 | 681 | 12.228 | 980 |
| Capivari de Baixo | 21.674 | 19.816 | 1.858 | 10.499 | 11.175 | 7.404 | 409 | 786 | 9.022 | 1.088 |
| Grão Pará | 6.223 | 3.019 | 3.204 | 3.235 | 2.988 | 2.603 | 62 | 111 | 2.409 | 243 |
| Gravatal | 10.635 | 4.443 | 6.192 | 5.286 | 5.349 | 3.830 | 230 | 322 | 4.465 | 488 |
| Imaruí | 11.672 | 4.005 | 7.667 | 5.865 | 5.807 | 4.505 | 157 | 221 | 4.630 | 762 |
| Imbituba | 40.170 | 40.170 | 0 | 19.805 | 20.365 | 14.348 | 1.118 | 1.125 | 16.384 | 2.103 |
| Jaguaruna | 17.290 | 13.198 | 4.092 | 8.625 | 8.665 | 6.550 | 237 | 515 | 6.865 | 905 |
| Laguna | 51.562 | 40.655 | 10.907 | 25.305 | 26.257 | 16.899 | 800 | 1.894 | 22.085 | 3.328 |
| Pedras Grandes | 4.107 | 1.261 | 2.846 | 2.098 | 2.009 | 1.845 | 45 | 65 | 1.472 | 221 |
| Pescaria Brava | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Rio Fortuna | 4.446 | 1.523 | 2.923 | 2.294 | 2.152 | 2.314 | 23 | 24 | 1.376 | 229 |
| Sangão | 10.400 | 4.856 | 5.544 | 5.322 | 5.078 | 3.242 | 112 | 242 | 4.609 | 338 |
| Santa Rosa de Lima | 2.065 | 518 | 1.547 | 1.092 | 973 | 935 | 12 | 24 | 802 | 82 |
| São Ludgero | 10.993 | 9.863 | 1.130 | 5.625 | 5.368 | 3.966 | 192 | 289 | 4.567 | 385 |
| São Martinho | 3.209 | 1.231 | 1.978 | 1.660 | 1.549 | 1.510 | 37 | 62 | 1.067 | 185 |
| Treze de Maio | 6.876 | 3.401 | 3.475 | 3.451 | 3.425 | 3.055 | 64 | 204 | 2.425 | 304 |
| Tubarão | 97.235 | 88.094 | 9.141 | 47.114 | 50.121 | 37.044 | 1.793 | 3.845 | 38.324 | 5.013 |
| Total | 335.328 | 264.320 | 71.008 | 165.733 | 169.595 | 123.608 | 5.966 | 10.556 | 135.714 | 17.038 |

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2010.

Os 18 municípios que compõem a Região da AMUREL têm 335.328 habitantes. Destes, 264.320 pertencem à população urbana e 71.008 vivem em zona rural. Os municípios que mais se destacam na população urbana são: Armazém, Braço do Norte, Capivari de

Baixo, Jaguaruna, Laguna, São Ludgero, Tubarão e Imbituba. Neste último, de acordo com o Censo Demográfico, não há registro de habitantes em zona rural.

Nos demais municípios como Gravatal, Imaruí, Pedras Grandes, Rio Fortuna, Sangão, Santa Rosa de Lima e São Martinho predominam a população rural. Um dado interessante, que chama a atenção, refere-se aos municípios de Grão Pará e Treze de Maio cuja população está distribuída, praticamente, em 50% na zona urbana e zona rural. Ressalto que o município de Pescaria Brava não apresenta dados no IBGE, Censo Demográfico 2010, pois ainda não era emancipado na época. A primeira eleição municipal ocorreu no ano de 2012.

Em relação ao gênero, na Região da AMUREL, o sexo feminino predomina com 169.595 habitantes contra 165.733 do sexo masculino, uma variação de 2,28%. Os dados de nupcialidade apresentam 123.608 casados contra 135.714 solteiros. Viúvos somam 17.038, 5.966 desquitados ou separados judicialmente e 10.556 divorciados.

A Tabela 2 demonstra o valor do rendimento mensal dos domicílios, Rural e Urbano, bem como o percentual de contribuição do rendimento das mulheres na renda familiar.

Tabela 2 - Valor do rendimento nominal médio mensal dos domicílios particulares permanentes com rendimento domiciliar, por situação do domicílio, Rural e Urbano, e a média do percentual de contribuição do rendimento das mulheres no rendimento familiar dos municípios que compõem a Região da AMUREL - 2010.

| Rendimentos (R\$ e %) | | | |
|------------------------------|--|---|--|
| Municípios | Valor do rendimento nominal médio mensal dos domicílios particulares permanentes com rendimento domiciliar, por situação do domicílio – Rural | Valor do rendimento nominal médio mensal dos domicílios particulares permanentes com rendimento domiciliar, por situação do domicílio – Urbano | Média do percentual de contribuição do rendimento das mulheres no rendimento familiar |
| Armazém | R\$ 2.720,46 | R\$ 2.486,80 | 42,40% |
| Braço do Norte | R\$ 3.235,00 | R\$ 2.589,62 | 38,80% |
| Capivari de Baixo | R\$ 1.902,33 | R\$ 2.301,20 | 36,10% |
| Grão Pará | R\$ 2.918,34 | R\$ 2.575,35 | 40,50% |
| Gravatal | R\$ 1.783,48 | R\$ 2.746,15 | 38,50% |
| Imaruí | R\$ 1.312,86 | R\$ 2.074,39 | 42,10% |
| Imbituba | R\$ 0,00 | R\$ 2.329,79 | 34,20% |
| Jaguaruna | R\$ 1.852,72 | R\$ 2.187,92 | 35,50% |
| Laguna | R\$ 1.694,56 | R\$ 2.166,39 | 38,60% |
| Pedras Grandes | R\$ 2.039,53 | R\$ 2.196,85 | 38,20% |
| Pescaria Brava | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | 0,00% |
| Rio Fortuna | R\$ 6.477,51 | R\$ 3.306,19 | 37,50% |
| Sangão | R\$ 2.279,23 | R\$ 2.733,56 | 32,80% |
| Santa Rosa de Lima | R\$ 2.386,99 | R\$ 2.806,63 | 37,50% |
| São Ludgero | R\$ 2.343,84 | R\$ 2.938,02 | 35,20% |
| São Martinho | R\$ 2.438,14 | R\$ 3.483,02 | 42,20% |
| Treze de Maio | R\$ 2.533,04 | R\$ 2.329,04 | 38,90% |
| Tubarão | R\$ 1.952,43 | R\$ 3.380,48 | 38,20% |
| Média total | R\$ 2.345,32 | R\$ 2.625,38 | 38,06% |

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2010.

No Quadro 1, constam os setores da economia: primário¹⁸, secundário¹⁹ e terciário²⁰ com suas atividades econômicas predominantes nos 18 municípios que compõem a Região da AMUREL.

Quadro 1 – Setores da economia predominantes nos municípios da Região da AMUREL - 2010.

(Continua)

| Municípios | Setores da Economia | Atividades econômicas |
|-------------------|----------------------|---|
| Armazém | Primário | As principais atividades econômicas são: o fumo, o milho e a mandioca. Além da criação de suínos e de gado leiteiro. |
| Braço do Norte | Primário | A economia rural constitui uma dimensão significativa e se destaca pela qualidade e quantidade da produção. São três fontes que alavancam a economia rural do município: agricultura, suinocultura e bovinocultura. |
| Capivari de Baixo | Secundário | Parque termoeletrico. |
| Grão Pará | Primário | A economia básica do município está firmada principalmente na suinocultura e na agricultura, tendo como cultura básica o fumo, seguida pelo milho e feijão. Destaca-se, também, pela fruticultura, piscicultura, apicultura, na pecuária com a criação de bovinos e produção de leite, além da avicultura com a criação de aves para o abate. |
| Gravatal | Primário e Terciário | Esse município destaca-se na agricultura e no turismo das águas termais. |
| Imaruí | Primário | A pesca continua sendo uma das principais atividades econômicas de Imaruí, perdendo apenas para a agricultura que predomina a de subsistência. |
| Imbituba | Terciário | Imbituba destaca-se pelo turismo e pelo complexo portuário |
| Jaguaruna | Primário | A atividade predominante é a agricultura com a produção de mandioca e melancias. |

¹⁸ **Setor Primário:** trata-se da “produção através da exploração de recursos da natureza. São exemplos: agricultura, mineração, pesca, pecuária, extrativismo vegetal e caça. É o setor primário que fornece a matéria-prima para a indústria de transformação. É um setor muito vulnerável, pois depende muito dos fenômenos da natureza como, por exemplo, do clima”. (MONTICILLE, 2014, p. 1).

¹⁹ **Setor Secundário:** este setor recebe a matéria-prima do setor primário e as transforma em produtos industrializados (roupas, máquinas, automóveis, alimentos industrializados, eletrônicos, casas, etc.). (MONTICILLE, 2014).

²⁰ **Setor Terciário:** está relacionado aos serviços. “Como atividades econômicas deste setor econômico, podemos citar: comércio, educação, saúde, telecomunicações, serviços de informática, seguros, transporte, serviços de limpeza, serviços de alimentação, turismo, serviços bancários e administrativos, transportes, etc.” (MONTICILLE, 2014, p. 1).

(Continuação)

| Municípios | Setores da Economia | Atividades econômicas |
|--------------------|---------------------|--|
| Laguna | Primário | Com uma economia voltada principalmente para a pesca com a produção de camarão e siri nas lagoas e de pescados na costa do Atlântico Sul. |
| Pedras Grandes | Primário | Os principais produtos agrícolas do município são: batata inglesa, feijão, fumo, milho e mandioca. Também são cultivados produtos da fruticultura, como: pêssego, uva, ameixa, banana, goiaba, caqui e outras de menor produção agrícola. |
| Pescaria Brava | Primário | Pescaria Brava tem como base da sua economia, a agricultura familiar, pecuária e pesca. O município se destaca pela produção de camarão, considerado um dos melhores do Estado. Há ainda engenhos de farinha, pequenas fábricas de malhas e móveis, além de um setor agrícola muito forte (com o cultivo de mandioca, feijão, milho e arroz) e pesca (com destaque para a tainha, corvina e anchova). Dedicam-se ainda à bovinocultura de corte e de leite, suinocultura e avicultura. |
| Rio Fortuna | Primário | A agropecuária é a principal atividade, com destaque para a bovinocultura de leite e a suinocultura. A piscicultura também cresce na cidade. O cultivo do fumo ainda sustenta muitas famílias riofortunenses, que também produzem milho e pastagem para alimentar os animais. O plantio de florestas é outra atividade que se expande no município, resultado do investimento dos agricultores no reflorestamento comercial. |
| Sangão | Secundário | O principal filão econômico do município de Sangão é a indústria de cerâmica vermelha, que tem suas principais unidades instaladas ao longo da BR-101. A produção anual chega a 100.000.000 de unidades, que são exportadas para outros Estados brasileiros e para os países do Mercosul. |
| Santa Rosa de Lima | Primário | Sua economia está baseada na agricultura e na pecuária praticada em pequenas propriedades, nas quais predomina o modelo familiar de produção. |
| São Ludgero | Primário | Sua base econômica está na cultura de fumo, feijão, milho, frutas e legumes, além da produção agrícola e de gado leiteiro. |
| São Martinho | Primário | As principais atividades econômicas do município são: agricultura, com destaque no plantio de milho, fumo e feijão e pecuária, com a criação de bovinos, suínos e aves. |

(Concluído)

| Municípios | Setores da Economia | Atividades econômicas |
|---------------|---------------------|---|
| Treze de Maio | Primário | O setor primário caracteriza-se como principal fator de desenvolvimento econômico do Município, não só pela ocupação de uma expressiva parcela da população, como também pela geração de excedentes que são absorvidos pelo setor industrial e comercial. |
| Tubarão | Terciário | Foi às margens do rio que Tubarão se originou e cresceu como cidade focada no comércio, sendo que as mercadorias eram transportadas, inicialmente, em barcos. Conta também com instituições de ensino e serviços relacionados à saúde. |

Fonte: AMUREL. Municípios associados, 2014.

Analisando a Tabela 2, o valor do rendimento nominal médio mensal dos domicílios particulares permanentes com rendimento domiciliar dos municípios da Região da AMUREL é de R\$ 2.345,32 para os domicílios da zona rural e para os domicílios da zona urbana têm-se o valor médio de R\$ 2.625,38, uma diferença total de R\$ 280,06.

A média do percentual de contribuição do rendimento das mulheres no rendimento familiar é de 38,06%. As mulheres estão cada vez mais presentes no mercado de trabalho. As mulheres são a maioria na Região da AMUREL, com 169.595 habitantes. Esse elevado número favorece o ingresso da presença feminina nas instituições de ensino, através das qualificações para o mercado de trabalho.

O município de Imaruí tem o menor valor nominal por domicílio na área rural e o maior valor está presente na cidade de Rio Fortuna com R\$ 6.477,51, cuja principal atividade econômica é a agropecuária, com proeminência para a bovinocultura de leite e a suinocultura.

O município de Tubarão tem predomínio do setor terciário. O comércio é a principal atividade econômica e tem renda domiciliar de R\$ 3.380,48. Por outro lado, o município de Imaruí tem o menor valor nominal pago, com R\$ 2.074,39 por domicílio, cujo setor da economia é o primário com ênfase para a pesca.

No contexto geral, os municípios da Região da AMUREL têm preponderância no setor primário, ou seja, mais de 50% dos municípios dedicam-se, principalmente, à produção agrícola, pecuária e pesca, explorando os recursos naturais, no qual, serão transformados pela indústria. O setor secundário está presente em Capivari de Baixo e Sangão, conforme Quadro 1. O setor terciário no município de Gravatal está presente através do turismo das águas termais, em Imbituba pela presença de belas praias, a prática de esportes, como o surf e os

serviços do Porto de Imbituba; e a cidade de Tubarão pelo forte comércio, a presença de instituições de ensino e serviços relacionados à saúde. A Tabela 3 revela alguns dados sobre a composição dos domicílios analisados nessa pesquisa.

Tabela 3 – Composição dos domicílios da Região da AMUREL - 2010.

| Domicílios | | | | | |
|--|---|-----------------|---|-----------------------------|-----------------------------|
| Municípios | Média de moradores em domicílios particulares ocupados | Alugado | Outros: cedido, cedido pelo empregador e outras formas | Próprio e já quitado | Próprio em aquisição |
| Armazém | 3,15 | 280 | 247 | 4.041 | 53 |
| Braço do Norte | 3,26 | 1.600 | 913 | 5.903 | 281 |
| Capivari de Baixo | 3,13 | 5.903 | 698 | 13.371 | 301 |
| Grão Pará | 3,24 | 216 | 299 | 3.002 | 86 |
| Gravatal | 2,98 | 335 | 232 | 6.102 | 110 |
| Imaruí | 2,99 | 161 | 226 | 7.171 | 71 |
| Imbituba | 3,02 | 1.354 | 1.139 | 22.143 | 319 |
| Jaguaruna | 2,99 | 566 | 781 | 9.317 | 295 |
| Laguna | 2,99 | 1.709 | 2.461 | 27.946 | 608 |
| Pedras Grandes | 3,04 | 78 | 133 | 2.387 | 13 |
| Pescaria Brava | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Rio Fortuna | 3,38 | 48 | 80 | 2.421 | 27 |
| Sangão | 3,4 | 383 | 607 | 4.635 | 83 |
| Santa Rosa de Lima | 3,42 | 26 | 51 | 1.047 | 51 |
| São Ludgero | 3,26 | 693 | 434 | 4.636 | 262 |
| São Martinho | 3,27 | 52 | 58 | 1.766 | 28 |
| Treze de Maio | 3,24 | 121 | 150 | 3.780 | 62 |
| Tubarão | 2,98 | 4.788 | 2.691 | 51.104 | 1.492 |
| Média total* Soma total** | 3,16* | 18.313** | 11.200** | 170.772** | 4.142** |

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Os domicílios dos municípios analisados são compostos por 3,16 pessoas por família/casa. Isso significa que as famílias estão ficando menores, tendo menos filhos. Dos

335.328 habitantes da Região da AMUREL, 170.772 têm sua residência própria e quitada, que equivale a 50,93%. Se somadas a estes, as residências em processo de aquisição, o percentual se eleva para 52,16%. Esse fator é decorrente da renda domiciliar, tanto urbana quanto rural, que contribui para a aquisição da casa própria. A Tabela 4 demonstra a quantidade de alunos por cor ou raça versus o nível de ensino, de acordo com o município.

Tabela 4 - Quantidade de alunos por cor ou raça dos ensinos Fundamental, Médio e Superior por município da Região da AMUREL - 2010.

| Municípios | Ensino Fundamental Completo: Quantidade de Alunos e por Cor ou Raça | | | | | Ensino Médio Completo: Quantidade de Alunos e por Cor ou Raça | | | | | Ensino Superior Completo: Quantidade de Alunos e por Cor ou Raça | | | | |
|--------------------|---|--------------|--------------|------------|-----------|---|--------------|--------------|------------|-----------|--|------------|------------|-----------|-----------|
| | Branca | Parda | Preta | Amarela | Indígena | Branca | Parda | Preta | Amarela | Indígena | Branca | Parda | Preta | Amarela | Indígena |
| Armazém | 1.293 | 71 | 8 | 0 | 0 | 1.424 | 15 | 34 | 0 | 0 | 354 | 6 | 0 | 0 | 0 |
| Braço do Norte | 4.545 | 319 | 39 | 0 | 0 | 6.112 | 201 | 146 | 0 | 0 | 1.818 | 41 | 38 | 0 | 0 |
| Capivari de Baixo | 3.415 | 357 | 424 | 16 | 0 | 4.425 | 377 | 316 | 0 | 0 | 1.004 | 89 | 61 | 0 | 0 |
| Grão Pará | 939 | 17 | 30 | 0 | 0 | 971 | 20 | 6 | 0 | 0 | 290 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Gravatal | 1.618 | 73 | 112 | 0 | 0 | 1.929 | 68 | 69 | 0 | 0 | 671 | 0 | 5 | 0 | 0 |
| Imaruí | 1.299 | 53 | 10 | 0 | 5 | 1.168 | 35 | 12 | 0 | 0 | 355 | 0 | 6 | 0 | 0 |
| Imbituba | 7.141 | 284 | 148 | 28 | 0 | 8.622 | 292 | 285 | 28 | 0 | 2.725 | 77 | 90 | 10 | 0 |
| Jaguaruna | 2.465 | 162 | 171 | 0 | 0 | 2.433 | 108 | 137 | 0 | 0 | 745 | 12 | 10 | 0 | 7 |
| Laguna | 7.068 | 657 | 450 | 0 | 4 | 10.327 | 541 | 535 | 18 | 13 | 2.669 | 52 | 94 | 9 | 10 |
| Pedras Grandes | 584 | 15 | 3 | 0 | 0 | 602 | 3 | 3 | 0 | 0 | 162 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Pescaria Brava | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Rio Fortuna | 736 | 14 | 6 | 0 | 0 | 916 | 4 | 7 | 6 | 4 | 264 | 0 | 0 | 0 | 4 |
| Sangão | 1.511 | 104 | 96 | 0 | 0 | 943 | 29 | 28 | 0 | 0 | 184 | 5 | 0 | 0 | 0 |
| Santa Rosa de Lima | 300 | 9 | 0 | 2 | 0 | 435 | 4 | 3 | 0 | 0 | 83 | 2 | 0 | 0 | 0 |
| São Ludgero | 1.744 | 127 | 123 | 14 | 3 | 2.096 | 70 | 34 | 0 | 0 | 657 | 16 | 5 | 6 | 0 |
| São Martinho | 580 | 20 | 3 | 0 | 0 | 522 | 5 | 2 | 0 | 0 | 117 | 0 | 2 | 0 | 0 |
| Treze de Maio | 961 | 17 | 13 | 0 | 0 | 877 | 13 | 0 | 2 | 0 | 330 | 5 | 2 | 0 | 0 |
| Tubarão | 16.328 | 1.029 | 678 | 44 | 56 | 21.682 | 900 | 981 | 84 | 36 | 9.474 | 163 | 298 | 8 | 0 |
| Total | 52.527 | 3.328 | 2.314 | 104 | 68 | 65.484 | 2.685 | 2.598 | 138 | 53 | 21.902 | 468 | 611 | 33 | 21 |

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

A Tabela 4 nos mostra a presença de indivíduos brancos, negros, pardos, amarelos e índios nos ensinos Fundamental, Médio e Superior. É claro, que a maior presença de brancos nos três níveis de ensino é evidente, pois uma das características da Região da AMUREL é a colonização de italianos, alemães e portugueses dentre outras etnias que povoaram a região. Os dados do IBGE, Censo Demográfico 2010, demonstram que a Região Sul do Brasil, especificamente o Estado de Santa Catarina, é composta por 84,00% da cor ou raça branca. À medida que se eleva o nível de escolaridade, menor é a presença dos sujeitos no ambiente escolar, uma vez que não existe obrigatoriedade do sujeito em frequentar o Ensino Superior, ocasionando abandono.

A Tabela 5 revela a quantidades de escolas públicas e privadas por modalidade de ensino (Fundamental, Médio e Superior) e suas respectivas quantidades de alunos dos municípios pesquisados.

Tabela 5 - Quantidades de escolas públicas e privadas por modalidade de ensino (Fundamental, Médio e Superior) e suas respectivas quantidades de alunos dos municípios da Região da AMUREL - 2010.

| Municípios | Tipo de escola e a quantidade de alunos - ensino fundamental, médio e superior | | | | | |
|--------------------|--|-----------------------------------|-----------------------------|-----------------------------|--------------------------------|--------------------------------|
| | Ensino Fundamental Escola Privada | Ensino Fundamental Escola Pública | Ensino Médio Escola Privada | Ensino Médio Escola Pública | Ensino Superior Escola Privada | Ensino Superior Escola Pública |
| Armazém | 39 | 985 | 16 | 304 | 188 | 16 |
| Braço do Norte | 459 | 3.906 | 184 | 1.142 | 932 | 121 |
| Capivari de Baixo | 144 | 2.648 | 178 | 921 | 759 | 49 |
| Grão Pará | 24 | 754 | 15 | 189 | 118 | 10 |
| Gravatal | 106 | 1.269 | 49 | 427 | 260 | 41 |
| Imaruí | 21 | 1.512 | 18 | 407 | 152 | 31 |
| Imbituba | 484 | 4.728 | 130 | 1.468 | 890 | 163 |
| Jaguaruna | 40 | 2.125 | 84 | 675 | 426 | 66 |
| Laguna | 729 | 5.912 | 379 | 1.794 | 1.375 | 239 |
| Pedras Grandes | 0 | 389 | 8 | 137 | 93 | 10 |
| Pescaria Brava | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Rio Fortuna | 11 | 419 | 11 | 164 | 118 | 12 |
| Sangão | 39 | 1.461 | 35 | 315 | 127 | 29 |
| Santa Rosa de Lima | 0 | 246 | 4 | 109 | 59 | 11 |
| São Ludgero | 116 | 1.224 | 52 | 390 | 264 | 58 |
| São Martinho | 4 | 301 | 0 | 131 | 33 | 5 |
| Treze de Maio | 34 | 709 | 23 | 222 | 177 | 14 |
| Tubarão | 1.963 | 9.123 | 1.408 | 2.899 | 4.207 | 372 |
| Total | 4.213 | 37.711 | 2.594 | 11.694 | 10.178 | 1.247 |

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

A maioria das crianças e jovens que frequentam o ensino Fundamental e Médio estudam em escolas públicas; são 49.405 estudantes contra 6.807 que estão em escolas privadas, isso representa 13,77%, de acordo com a Tabela 5.

Por mas estranho que pareça, há uma inversão na quantidade de alunos que estudam no Ensino Superior, ou seja, os alunos que estudaram boa parte de sua vida em escolas públicas, no Ensino Superior estudam em escolas privadas, pois precisam trabalhar para pagar seus estudos. Aqueles que estudaram no ensino Fundamental e Médio em escolas

privadas, segundos dados do IBGE, Censo Demográfico 2010, estão usufruindo dos ensinamentos e conhecimentos dos profissionais da educação e as estruturas físicas das instituições de Ensino Superior públicas.

A Tabela 6 traz a quantidade e os tipos de veículos disponíveis em cada município. Destaco que não foi possível identificar se estes veículos são públicos ou privados²¹.

Tabela 6 – Quantidade e tipos de meio de transporte dos municípios da Região da AMUREL - 2010.

| Municípios | Automóvel | Motocicleta e Motoneta | Caminhões e camionetes | Ônibus e Micro-ônibus | Outros |
|--------------------|---------------|------------------------|------------------------|-----------------------|--------------|
| Armazém | 2660 | 1448 | 797 | 26 | 294 |
| Braço do Norte | 9.830 | 4.091 | 2.906 | 101 | 441 |
| Capivari de Baixo | 6.229 | 4.003 | 1.198 | 45 | 514 |
| Grão Pará | 1.994 | 884 | 557 | 19 | 32 |
| Gravatal | 2.848 | 2.134 | 737 | 24 | 182 |
| Imaruí | 2.167 | 1.687 | 559 | 44 | 41 |
| Imbituba | 10.022 | 6.320 | 2.093 | 138 | 707 |
| Jaguaruna | 4.697 | 2.754 | 1.287 | 57 | 254 |
| Laguna | 10.684 | 6.512 | 2.056 | 171 | 378 |
| Pedras Grandes | 1.230 | 202 | 452 | 25 | 37 |
| Pescaria Brava | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Rio Fortuna | 1.593 | 1.125 | 539 | 25 | 3.340 |
| Sangão | 2.464 | 1.022 | 2.182 | 27 | 343 |
| Santa Rosa de Lima | 629 | 218 | 597 | 16 | 5 |
| São Ludgero | 3.436 | 1.773 | 1.230 | 30 | 174 |
| São Martinho | 1.102 | 173 | 306 | 12 | 21 |
| Treze de Maio | 1.969 | 1.894 | 823 | 22 | 114 |
| Tubarão | 34.739 | 21.148 | 9109 | 463 | 3.030 |
| Total | 98.293 | 57.388 | 27.428 | 1.245 | 9.907 |

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

²¹Realizei pesquisa no site da ANTT - Agência Nacional de Transportes Terrestres (<http://www.antt.gov.br/index.php>), que apresenta sites de entidades relacionadas ao transporte. Dentre eles, consultei o site das entidades: CONUT - Confederação Nacional dos Usuários dos Transportes Coletivo Rodoviário, Ferroviário, Hidroviário e Aeroviário (<http://conut.org.br>); ANTF - Associação Nacional dos Transportes Ferroviários (www.antf.org.br), cujo endereço do site e planilhas não abrem. Também foram pesquisados, a Associação Brasileira de Transportes Urbanos (www.ntu.org.br); o Ministério de Transportes (www.transportes.gov.br) e a Secretária de Transporte do Estado de Santa Catarina (www.sie.sc.gov.br), nos quais, não constam informações/dados para atender a esta proposta de pesquisa. O DENATRAN/SC (www.detran.sc.gov.br) apresenta dados estatísticos dos veículos até 2003. O acesso ocorreu em 21 e 26 de novembro de 2014.

De modo geral, as pessoas podem contar com automóveis, motocicletas, caminhões, transporte público nas cidades onde residem.

Explicitamente, resgatando as informações e dados, a Região da AMUREL possui 335.328 habitantes, há maioria vive na zona urbana e com predomínio do sexo feminino. No que tange à nupcialidade, os solteiros estão em destaques, seguidos dos casados. Existe uma pequena diferença entre o rendimento médio mensal domiciliar entre os que vivem no campo e na cidade, no valor de R\$ 280,06 a mais para os que trabalham na zona urbana. No entanto, as mulheres contribuem com cerca de 38,06% no orçamento doméstico e os domicílios são compostos por 3,16 pessoas por família/casa.

O setor da economia que predomina na Região da AMUREL, em primeiro lugar, é o setor primário, oriundo da produção agrícola (mandioca, fumo, melancia, feijão, milho entre outros) e a pecuária com criação de bovinos, suínos e produção de leite; em segundo lugar, o setor terciário, que através do comércio, educação, saúde e turismo impulsiona o crescimento da Região Sul Catarinense. Por fim, o setor secundário com a indústria de transformação, composta por 13.970 empresas (IBGE/CENSO DEMOGRÁFICO, 2010) que vão desde o empreendedor individual até grandes empresas.

Os fortes traços da colonização europeia na Região Sul do Brasil fazem com que haja um predomínio da cor ou raça branca nos municípios que compõem a região estudada, em todos os níveis de escolaridade (ensino Fundamental, Médio e Superior). Outro fator que merece destaque: a maioria das crianças e jovens do ensino Fundamental e Médio estudam em escolas públicas. No entanto, caso estes jovens queiram frequentar o Ensino Superior, terminarão estudando em escolas privadas. As cidades dispõem de vários tipos de transportes, como automóveis, motocicletas, ônibus (transporte público coletivo) dentre outros.

3.2 O SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL (SENAC): HISTÓRICO E ATIVIDADES

3.2.1 O SENAC no Brasil

No período da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), com a vitória do regime nazi-fascista, os efeitos e repercussões para a criação de um Estado Novo brasileiro foram sentidos com o avanço tecnológico, desde os utensílios de uso diário à construção naval, decorrentes das tecnologias empregadas na Grande Guerra. No ano em que o SENAC foi criado, 1946, o Brasil estava sob um regime da chamada ex-ditadura, comandado por Eurico

Gaspar Dutra, Ministro de Guerra do presidente Getúlio Vargas, que governou pela primeira vez o País de 1937 a 1945. Os setores da economia foram impulsionados em decorrência do pós-guerra, principalmente o mercado interno industrial, seguido do comércio. A crescente necessidade de mão de obra qualificada para atuar no mercado de trabalho e a venda da força do trabalho em troca de um salário, torna os trabalhadores em “prisioneiros” do capitalismo e este, por sua vez, se fortalece. (BARBOSA, 2006).

Desse modo, Romanell (1984 apud BARBOSA, 2006) afirma que o desenvolvimento da indústria brasileira não foi decorrente dos avanços tecnológicos, mas, sim, pela necessidade do mercado interno em produzir bens de consumo, antes importados; “por essa razão, a educação não foi colocada em destaque no processo de modernização da economia, na formação de pesquisadores para o processo científico.” (BARBOSA, 2006, p. 61). Essa deficiência entre educação e os processos de produção fizeram com que surgissem o SENAI e o SENAC. Ambas as instituições fazem parte do Sistema “S”.

O atual Sistema “S” é composto por um conjunto de instituições não governamentais administradas por entidades patronais dos setores da indústria, comércio, transporte e agricultura, que desenvolvem atividades de formação profissional, educação formal, ação social, cultural e, hoje, também oferecem educação superior tecnológica. (VIEBRANTZ, 2010, p. 73). O Sistema “S” inclui os Serviços Nacionais de Aprendizagem e de Serviços Sociais, mantidos por contribuições parafiscais das empresas privadas. Na atualidade é composto por: “SENAI/SESI (indústria); SENAC/SESC (comércio e serviços, exceto Bancos); SENAR (agricultura); SENAT/SEST (transporte sobre pneus); SEBRAE (todos os setores para atendimento a micro e pequenas empresas), SESCOOP (abrangendo cooperativas de prestação de serviços)”. (MANFREDI, 2002, p.114 apud VIEBRANTZ, 2010, p. 73).

No ano de 1945, na cidade de Teresópolis (RJ) foi realizada a I Conferência das Classes Produtoras do Brasil (I CONCLAP) onde se reuniram empresários para discutir problemas da economia nacional brasileira. Ao término da conferência foi criada uma instituição que “seria responsável pela formação profissional em grande escala de trabalhadores para o setor do comércio, o SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial)”. (SENAC, 2006 apud REGO, 2011, p. 54). Para os empresários, o SENAC tinha o papel de promover o trabalho e a justiça social igualitária a todos os indivíduos que tivessem interesse em atuar no mercado de trabalho. (REGO, 2011).

Em 10 de janeiro de 1946, o SENAC foi criado pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), por meio do Decreto-Lei nº 8.621/46. É uma

instituição de ensino, de direito privado, sem fins lucrativos, administrada pela Confederação Nacional do Comércio. Após um ano, o SENAC passou a desenvolver um trabalho considerado, à época, inovador no País:

[...] oferecer, em larga escala, educação profissional destinada à formação e à preparação de trabalhadores para o comércio. Na mesma data de sua criação foi promulgado o Decreto-Lei 8.622, que dispõe sobre a atuação da Instituição na aprendizagem comercial. (SENAC-DN, 2013, p. 1).

Vale ressaltar que o Decreto de criação do SENAC, no seu art. 7º, determina que “os serviços de caráter educativo, organizados e dirigidos pelo SENAC ficarão isentos de todo e qualquer imposto federal, estadual e municipal”. (DL 8.621/46 art. 7º apud BARBOSA, 2006, p. 61). Percebe-se que existe uma articulação entre os interesses do Estado e a necessidade de mão de obra qualificada, resultado de interesses públicos e privados, ou melhor, uma manobra de interesses que resulta nos incentivos capitalistas e de acordo com os interesses das empresas, uma vez que isso é custeado pelas próprias empresas, pois o governo federal já fez sua parte, isentando-as dos impostos, conforme prevê o Decreto-lei acima citado. (KUENZER, 2001 apud BARBOSA, 2006, p. 67).

A partir da década de 1960, as empresas-escolas ou empresas pedagógicas são destaques das ações do SENAC, conhecidas como hotéis-escola e restaurantes-escola. Nos anos de 1940, o SENAC proporcionou ações que levaram a educação profissional aos lugares mais distantes e remotos por meio dos cursos volantes, pois não havia unidades SENAC nesses lugares, tornando-se pioneiro na educação sobre rodas, atualmente com a denominação de unidades móveis. (SENAC-DN, 2013).

A Rede EaD (Educação a Distância) SENAC foi criada na década de 1990 e possui ampla oferta de cursos para atender às pessoas que não podem ou não querem aulas presenciais. Inicialmente, o Ministério da Educação (MEC) credenciou a instituição para oferecer cursos de pós-graduação *lato sensu* a distância. Porém, na década 2000, a Rede EaD transformou-se no SENAC EaD oferecendo, além dos cursos de pós-graduação, cursos livres e técnicos, de extensão universitária e de graduação tecnológica²². No mesmo período, o SENAC iniciou a produção de livros, vídeos e *softwares* na área de atuação, surgindo a Rede

²² Para aprimorar os Centros de Educação Tecnológica (CST) e em cumprimento ao Decreto nº 5.773/06, o Ministério da Educação elaborou o Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia como um guia para referenciar estudantes, educadores, instituições ofertantes, sistemas e redes de ensino, entidades representativas de classes, empregadores e o público em geral. Dentro do catálogo, os cursos estão divididos nas seguintes áreas: Agropecuários - Recursos Pesqueiros; Artes - Comunicação - Design; Comércio - Gestão; Construção Civil - Geomática - Transportes; Indústria - Química - Mineração; Informática - Telecomunicações; Meio Ambiente - Tecnologia da Saúde; Turismo e Hospitalidade - Lazer e Desenvolvimento Social (VIEBRANTZ, 2010, p. 87).

SESC-SENAC de Teleconferência para proporcionar conhecimento e debates em tempo real. O programa radiofônico Espaço SENAC foi ampliado para o programa Sintonia SESC-SENAC e, desde 2002 até os dias atuais, vem sendo transmitido aproximadamente por mil emissoras em todo Brasil. (SENAC-DN, 2013).

A administração do SENAC é composta pelo Departamento Nacional (DN) e por 27 Administrações Regiões.

Os objetivos estratégicos do DN estão assim definidos: promover a **inclusão social** por meio da oferta de educação profissional de qualidade; fomentar a orientação mercadológica; incentivar as ações voltadas à inovação e ao gerenciamento do conhecimento; desenvolver gestão institucional integrada com foco em resultados e fortalecer a marca. (SENAC-DN, 2013, p. 1, grifo nosso).

Todos os anos, o Departamento Nacional do SENAC apura os dados de matrículas, carga horária, municípios atendidos, dentre outras informações, conforme Quadro 2 a seguir apresentado.

Quadro 2 - SENAC Nacional: números de atendimentos em 2012.

| Indicadores | Quantidades |
|---|--|
| Total de atendimentos (matrículas concluídas, matrículas em processo e participantes em ações extensivas) | 2.204.450 |
| Matrículas | 1.411.301, sendo 1.023.402 concluídas e 387.899 em processo. Deste total, destaca-se, ainda, que 351.184 das matrículas fazem parte do Programa SENAC de Gratuidade (PSG) e 212.632 do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC). |
| Participantes em ações extensivas | 793.149, sendo 23.933 encaminhamentos para o mercado de trabalho. |
| Número de turmas | 69.735 |
| Carga horária total dos cursos | 6.937.732 horas |
| Municípios atendidos | 3.154 |
| Unidades operativas | 591, com desataque para as 77 unidades do Programa SENAC Móvel. |
| Docentes | 24.401 |
| Organizações conveniadas/parceiras | 7.558 |
| Programas em convênios e parcerias | 6.279 |

Fonte: SENAC-DN. Institucional. [2013].

Os principais programas oferecidos pelo SENAC Nacional são: Programa SENAC Gastronomia; PRONATEC; Programa SENAC de Segurança Alimentar; Programa SENAC de Gratuidade, Programa SENAC Acessibilidade, Programa de Aprendizagem Comercial, SENAC Móvel, SENAC em Campo e Parcerias Sociais como o Vira Vida; Maria Marias e Soldado Cidadão. Em relação aos cursos constam os de Formação Inicial e Continuada; Técnicos; Graduação; Pós-Graduação e Educação a Distância (SENAC-DN, 2013). Dentre todos os programas acima citados e “considerando a educação profissional uma das principais portas de acesso à cidadania, o SENAC não mede esforços para contribuir com esse processo.” (SENAC-DN, 2013, p. 8).

A seguir, abordarei os programas que considero relacionados com a temática deste estudo – a educação inclusiva, apresentando um breve relato sobre eles, uma vez que a proposta desta dissertação é analisar o perfil socioeconômico dos alunos que compõem o Ensino Superior da Faculdade de Tecnologia SENAC Tubarão, na Região da AMUREL. Os programas são os a seguir descritos.

a) **PRONATEC:** o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC)²³ é um programa do Governo Federal em parceria com o SENAC, desde 2011. O Programa beneficia jovens e adultos de todo o país e que tenham baixo poder aquisitivo. (SENAC-DN, 2014).

Existem dois tipos de bolsa, a saber: “a bolsa-formação estudante destina-se a alunos da rede pública de Ensino Médio e da rede privada na condição de bolsista integral para participação em cursos técnicos, a partir de 800 horas de duração. Já a bolsa de formação trabalhador é destinada às pessoas de baixo poder aquisitivo e trabalhadores em geral para participação em cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC).” (SENAC-DN, 2014, p. 1).

Os estudantes recebem, gratuitamente, assistência estudantil e os materiais escolares. Caso o aluno esteja afastado há muito tempo da vida acadêmica, o SENAC proporciona atividades extracurriculares, como palestras e visitas técnicas, aproximando-o da realidade do mercado de trabalho. (SENAC-DN, 2014, p. 1). Destaco que a instituição poderá atender alunos (beneficiários) do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) Técnico, “que

²³ Sancionado pela Presidência da República em 26 de outubro, por meio da Lei 12.513/2011, do qual o SENAC tornou-se parceiro estratégico desde a primeira hora. O PRONATEC é executado pelo Ministério da Educação (MEC), por meio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), a partir de uma ampla articulação com vários ministérios e secretarias de governo, os serviços sociais AUTÔNOMOS SENAC, SENAI, SENAR e SENAT – e institutos federais e estaduais de educação tecnológica (SENAC-DN, 2013, p. 39).

provê linhas de crédito direto aos que já tenham concluído o ensino médio – em caráter individual (FIES Estudante) ou por meio de empresas que queiram qualificar seus empregados (FIES Empresa).” (SENAC-DN, 2014, p. 1). O PRONATEC vem contribuindo para uma sociedade mais igualitária e inclusiva por meio de cursos de qualificação pessoal e profissional.

O PRONATEC tem um subprograma chamado de PRONATEC Viver Sem Limite, cujo objetivo é a educação inclusiva, priorizando vagas às pessoas com deficiência. Em 2013, “1.933 pessoas com deficiência participaram do Programa a partir de programações oferecidas pela instituição de ensino.” (SENAC-DN, 2014, p. 40).

O Quadro 3 revela o perfil dos alunos beneficiados com o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) no ano de 2013.

Quadro 4 - Perfil dos alunos beneficiados com o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) – 2013.

| Fatores | Descrição |
|------------------------------------|--|
| Faixa etária | A maior parte dos participantes é adulta: 40,72%, ou o equivalente a 195.204 pessoas está na faixa de 25 a 44 anos. Mas é considerável também a presença jovem no Programa: 38,94% dos participantes, ou 186.693 pessoas têm de 18 a 24 anos. |
| Estado civil | A maioria dos alunos que participaram de cursos do SENAC via PRONATEC é solteira, 81,42%, ou equivalente a 390.346 pessoas. Casados são apenas 15,65% do total (pouco mais de 75 mil pessoas). |
| Sexo | A análise aponta que 75,22% dos alunos são mulheres, o que representa 360.619 pessoas. |
| Cor/etnia | No conjunto de alunos de 2013, 40,22% declararam-se pardos; 27,95%, brancos; 6,99%, pretos, menos de 1%, amarelo e indígena. Vale destacar que 24,04% não declararam sua cor/etnia. |
| Pessoas com deficiência | Do número total de matriculados, 85,91% declararam não ter nenhum tipo de deficiência (411.867 pessoas) e 13,69% (65.637) não declararam sua condição. Vale ressaltar a participação de 1.933 pessoas com deficiência no Programa. |
| Nível de escolaridade | Neste quesito, os dados pesquisados apontam que a maioria dos alunos do PRONATEC tem ensino médio (completo, 45,03%; incompleto, 18,57%, ou está cursando, 18,51%). |
| Situação de trabalho | Do total de 479.437 matriculados, 12,63% estavam inseridos no mercado de trabalho quando iniciaram o curso, enquanto 87,37% buscavam essa oportunidade. 46,9% dos 1.211 alunos PRONATEC entrevistados conseguiram emprego depois de fazer o curso no SENAC. |
| Número de matrículas e concluintes | Das 479.437 matrículas efetuadas nesse ano pelo SENAC via PRONATEC, 337.187 foram concluídas e 142.250 estão em processo (iniciadas em 2013 ou nos anos anteriores). A taxa de ocupação – relação entre as vagas ofertadas (435.246) e as matrículas iniciadas a partir de janeiro desse ano (402.174) – ficou em torno de 92%. A taxa de conclusão é aferida dividindo-se o número de concluintes pelo número de matrículas, a partir das informações fornecidas por cada Departamento Regional no Sistema de Gestão da Produção do SENAC. Em 2013, essa taxa foi de 75,01%, com uma taxa de evasão de 10,09%. |

Fonte: SENAC-DN (2014, p. 45-51). Elaborado pela autora, 2014.

b) **Programa SENAC de Gratuidade (PSG):** desde 2009, o SENAC através do PSG vem oportunizando a jovens e adultos cursos de qualificação profissional para re(ingresso) no mercado de trabalho. Em 2013, foram beneficiadas 462.586 pessoas, nos mais diversos cursos em todo o Brasil. Esses alunos recebem “material didático gratuito. Em muitas unidades, eles

contam ainda com auxílio financeiro para alimentação, uniformes e locomoção até o curso.” (SENAC-DN, 2014, p. 1).

O PSG é voltado para jovens de baixa renda que buscam o seu primeiro trabalho com carteira assinada; pessoas que já atuam no mundo produtivo e desejam se requalificar para crescer profissionalmente; e demais brasileiros que necessitam gerar renda para abrir o próprio negócio, por exemplo. (SENAC-DN, 2014, p. 1).

É um programa que visa à inclusão social por meio da qualificação do indivíduo para o mercado de trabalho. “Podem participar do Programa alunos que estejam cursando ou já tenham concluído a educação básica, trabalhadores empregados e desempregados – cuja renda familiar mensal per capita não ultrapasse 2 salários mínimos federais²⁴.” (SENAC-DN, 2014, p. 21). A seleção é feita por ordem de inscrição, de acordo com os cursos ofertados na Instituição de ensino.

No decorrer de 2013, foram oferecidos 393 cursos aos alunos matriculados no SENAC via PSG, com predominância de programas de Formação Inicial e Continuada, 84,49%, com 390.825 pessoas matriculadas nos cursos de Auxiliar Administrativo, Aprendizagem em Comércio de Bens e Serviços e Aprendizagem em Serviços Administrativos. Os 15,51% para os Programas de Educação Profissional Técnica de Nível Médio para Enfermagem, Administração e Segurança no Trabalho. (SENAC-DN, 2014).

O Quadro 4 apresenta o perfil dos alunos beneficiados com o PSG.

²⁴ A renda familiar mensal per capita é calculada somando-se a renda bruta dos componentes do grupo familiar e dividindo-se pelo número de pessoas que formam esse grupo familiar. Se o resultado for até 2 salários mínimos federais, o candidato poderá concorrer a uma vaga no PSG. Entende-se como grupo familiar, além do próprio candidato, o conjunto de pessoas residindo na mesma moradia que o candidato e que, cumulativamente, usufruam da renda bruta mensal familiar e tenham com o candidato algum dos seguintes graus de parentesco: pai, padrasto, mãe, madrasta, cônjuge, companheiro(a), filho(a), enteado(a), irmão(ã) ou avô(ó). (SENAC-DN, 2012, p. 10).

Quadro 5 - Perfil dos alunos beneficiados com o Programa SENAC de Gratuidade (PSG) – 2013.

| Fatores | Descrição |
|------------------------------------|--|
| Faixa etária | Os alunos são, na sua maioria, jovens. Dos 462.586 alunos, 37,37% são pessoas entre 18 a 24 anos. Já os adultos estão entre 25 a 44 anos, com 31% dos alunos matriculados. |
| Estado civil | Considerando que a maioria que participa dos cursos ofertados via PSG são jovens, há mais solteiros que casados entre os alunos (82,27% do total ou 380.581 pessoas). |
| Sexo | Em 2013, 67,43% do total de matriculados no PSG (311.922 pessoas) eram do sexo feminino. |
| Cor/etnia | A maioria se declarou parda (41,50%); mas, também 30,95% se declararam brancas; 9,28%, negras; 0,89%, amarela; e 0,27%, indígena. Vale ressaltar que 17,10% não responderam à questão. |
| Pessoas com deficiência | Das 462.586 pessoas que participaram dos cursos do PSG em 2013, 356.970 (77,17%) declararam não possuir nenhum tipo de deficiência; 101.754 (22%) não declararam sua condição e 3.862 pessoas, 0,84%, declararam ter algum tipo de deficiência. |
| Nível de escolaridade | São alunos provenientes de escolas públicas – 96,27% dos que têm ensino Médio e 95,29% dos que têm ensino Fundamental. A predominância do nível de escolaridade está no ensino Médio (83%), diante de um percentual de 12,07% de ensino Fundamental. |
| Situação de trabalho | Do total de alunos matriculados em 2013, grande parte declarou não estar trabalhando quando buscou o curso no PSG (77,69%). Dos que trabalham (22,31%), a maioria tem carteira assinada (68,18%). |
| Número de matrículas e concluintes | Em 2013, o PSG contabilizou 462.586 matrículas – 289.437 concluídas e 173.149 em processo, um acréscimo de 6% com relação à previsão do SENAC para o ano (437.073 matrículas). |

Fonte: SENAC-DN (2014, p. 20-26). Elaborado pela autora, 2014.

Por fim, em 2013, o PSG contabilizou “462.586 matrículas – 289.437 concluídas e 173.149 em processo, um acréscimo de 6% com relação à previsão do SENAC para o ano (437.073 matrículas).” (SENAC-DN, 2014). Para verificar a eficiência do PSG, o SENAC realiza uma pesquisa de satisfação com os alunos egressos do Programa, que teve sua primeira publicação em 2010, referente aos dados das turmas do PSG 2009.

Para efeitos de apuração, é necessário aguardar pelo menos seis meses depois da formatura para aplicação. O levantamento mais recente começou a ser feito em 2013 com egressos de 2012 e está em fase de finalização. Feito por amostragem, o estudo é dividido em duas fases. A primeira, de abrangência nacional, levanta informações sobre a situação profissional do egresso para apurar os indicadores Inserção no mercado de trabalho, Inserção no mercado de trabalho a partir do curso PSG e Percepção do egresso quanto aos benefícios gerados pelo curso. A segunda consiste

em gerar o indicador de qualidade percebida do empregador com relação ao egresso. Foram entrevistados 1.704 egressos do PSG. Dos que estavam trabalhando na época da pesquisa (45% do total de entrevistados), 77% obtiveram seus empregos durante ou após o curso. O índice de percepção de melhoria da situação profissional com o curso feito no SENAC ficou em 4,31, considerado bom em uma escala de 1 (péssimo) a 5 (ótimo). (SENAC-DN, 2014).

Conforme evidenciado, o programa prepara os estudantes para atuarem no mercado de trabalho, seja para o primeiro emprego, seja oportunizando melhorias para o emprego atual do indivíduo.

c) Programa SENAC de Acessibilidade: o Programa foi criado em 2002 com o nome de Deficiência & Competência. Em 2011 foi reformulado e passou a ser chamado de Programa SENAC de Acessibilidade, cujo objetivo é proporcionar a inclusão de pessoas com deficiências na sociedade através da “capacitação profissional e possibilidade de (re)ingresso no mercado de trabalho aos brasileiros com deficiência.” (SENAC-DN, 2013).

“Nada sobre nós, sem nós” é o lema propalado entre pessoas com deficiência Brasil afora – que hoje somam uma população de 46 milhões, segundo dados do último Censo (IBGE/2010). Uma demonstração de quem se empenha para ter voz e vez na sociedade e considera imprescindível exercitar o poder de participação em decisões com impacto direto em suas vidas. Alinhado à Convenção da Organização das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, o Governo Federal vem, desde novembro de 2011, colocando em prática o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Viver sem Limite, cuja produção envolveu 15 ministérios e o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Conade). Uma das metas traçadas no Plano é a ampliação do acesso à educação e ao trabalho, via educação profissional, na qual o SENAC está diretamente envolvido por meio do Pronatec. (SENAC-DN, 2013).

A partir desse espectro, em 2013, o SENAC atendeu quase 2.000 pessoas com deficiências, neste imenso Brasil, a partir dos cursos oferecidos via PRONATEC com o programa PRONATEC Viver sem Limite. Assim, o “**PRONATEC Viver sem Limite** é uma vertente do Programa com foco na educação inclusiva. Por isso, garante que não haja turmas específicas nem sejam destinadas vagas exclusivamente para pessoas com deficiência.” (SENAC-DN, 2014, p. 93, [grifo do autor]). A instituição de ensino ressalta que é necessário um levantamento mais aguçado nos próximos anos. Essa tratativa ainda gera receios, desconforto para ambas as partes, ou seja, para as pessoas com e sem deficiências, pois não sabem como agir, sentir, portar-se diante de uma pessoa com deficiência “[...]pela derrubada de barreiras atitudinais, já que, por enquanto, o critério de inclusão é feito apenas com base na autodeclaração. E na atual conjuntura, a despeito do quanto já se caminhou, assumir a própria deficiência ainda não é tarefa fácil.” (SENAC-DN, 2014, p. 94) e complementa, “o número de

pessoas com deficiência atendidas com cursos gratuitos pelo SENAC subiu de 4.970 em 2010 para 5.125 em 2012, chegando a 5.795 em 2013 (somando-se as ofertas via PRONATEC e PSG nesse ano).” (SENAC-DN, 2014, p. 94).

d) **Programa SENAC Móvel:** o Brasil é um país imenso, são 8.515.767,049 km² distribuídos por 5.564 municípios. A maioria da população é urbana, aproximadamente 85%, vivem nas cidades. Porém, existem lugares inacessíveis com grandes dificuldades de transporte para se chegar a uma escola diariamente, por exemplo. (SENAC-DN, 2014).

Pensando nessas dificuldades e em promover o acesso à educação profissional, surgiu o Programa SENAC Móvel. Trata-se de um programa itinerante, percorrendo lugares longínquos, por meio de 79 Unidades, sendo 78 carretas-escola oferecendo os seguintes cursos: Turismo e Hotelaria (25 carretas), Informática e Administração (23 carretas), Moda e Beleza (17 carretas) e Saúde (13 carretas) e 1 carreta multiuso. Além destes, contam com 1 balsa-escola que atendem às populações ribeirinhas do Amazonas. A carreta multiuso e a balsa-escola englobam todos os assuntos. (SENAC-DN, 2014).

Para estudar, o público conta com infraestrutura completa e adaptada às pessoas com deficiência, além de equipamentos de última geração – computadores conectados à internet, antena parabólica, bancadas de trabalho – que garantem aprendizado com o mesmo padrão oferecido nas Unidades fixas. (SENAC-DN, 2014, p. 75).

O Programa SENAC Móvel surgiu “a partir de parcerias e convênios estabelecidos entre o SENAC e governos estaduais, municipais e organizações da sociedade civil com o intuito de incrementar o acesso à educação e o desenvolvimento local. Além disso, muitos desses cursos chegam à população por meio do Programa SENAC de Gratuidade” (SENAC-DN, 2014, p. 75).

Em 2013, o Programa SENAC Móvel esteve presente em 140 municípios, com cerca de 5 mil pessoas matriculadas e 15 mil participantes de várias ações promovidas pelo SENAC Móvel. (SENAC-DN, 2014).

e) **Programa de Aprendizagem Profissional Comercial:** este Programa oportuniza diversos cursos e alcança jovens de 14 a 24 anos de idade. Estes jovens são encaminhados pelas empresas do Setor do Comércio de Bens, Serviços e Turismo, com o qual o SENAC firma parceria. As empresas “assinam a carteira do jovem aprendiz em uma ocupação reconhecida pela Classificação Brasileira de Ocupações, por meio de um contrato de trabalho especial e

legislado pelo Ministério do Trabalho e Emprego.” (SENAC-DN, 2014, p. 01). Posteriormente, o jovem é matriculado em um dos cursos da Instituição.

Durante um período máximo de dois anos, ele alterna jornadas na escola de educação básica, no SENAC e na empresa, com direito à remuneração com base no salário mínimo, além de toda proteção previdenciária e trabalhista. (SENAC-DN, 2013, p. 1).

Este Programa é uma forma de incluir jovens no mercado de trabalho, por meio da educação, do incentivo e estímulo ao aperfeiçoamento constante.

f) Parcerias sociais e ações sociais: o SENAC, preocupado com as práticas inclusivas, participa ativamente de programas, projetos e ações sociais que fortalecem o vínculo entre o(a)s brasileiro(a)s com a sociedade, minimizando os impactos excludentes dos sujeitos. Apresento, a seguir, alguns deles.

- **Vira Vida:** o programa foi criado em 2008 pelo Conselho Nacional do SESI e apoia meninos e meninas com idade entre 16 e 21 anos, que sofreram violência sexual, oferecendo “atendimento psicológico, capacitação profissional e inserção no mundo do trabalho”, sendo que, através de “ações socioeducativas, esses jovens encontram oportunidades efetivas de mudança de vida, aumento de vínculo e apoio familiar, além da elevação da escolaridade, da autoestima e do resgate da cidadania.” (SENAC-DN, 2013, p. 1).

O processo socioeducativo é desenvolvido em parceria com a Rede Nacional de Proteção das Crianças e Adolescentes e com as instituições que compõem o Sistema S (SESI, SENAI, SENAC, SESC, SEST, SENAT, SEBRAE e SESCOOP). Os cursos realizados combinam formação profissional e educação básica, além de atendimento psicossocial, médico e odontológico. (SESI, 2013, p.7).

Os estudos realizados perduraram um ano, no qual foram entrevistados “906 jovens de 16 a 24 anos, em onze estados: Bahia, Ceará, Distrito Federal, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte e Rondônia” (SESI-DN, 2013, p.10). Os estudos demonstram que, na maioria, são jovens entre 16 e 21 anos de idade, do sexo feminino (72%) e masculino (28%). O ensino Fundamental e Médio representa 44% e 56%, respectivamente. A pesquisa demonstrou a maior incidência da cor ou raça parda, seguida da negra, prevalecendo uma renda pessoal de até R\$ 622,00 (em torno de 70%) e a renda familiar de até R\$ 622,00 e de R\$ 622,01 a R\$ 1.244.00, ambos aproximadamente, 45%

e 26%, respectivamente e 75% dos entrevistados possuem dependência química. (SESI, 2013, p.10-11).

- **Maria Marias:** é mais um projeto em formato de parcerias (Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, ao Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça e a outras instituições do Sistema S), surgiu em 2007. O Projeto Maria Marias qualifica profissionalmente as detentas do sistema carcerário para facilitar sua reintegração à sociedade, seja na família, na escola e no mercado de trabalho. São “cursos de capacitação e aperfeiçoamento para a população carcerária feminina, bem como palestras e oficinas sobre os temas: higiene e saúde, alimentação, DSTs, artesanato, beleza e estética, culinária, informática e empreendedorismo.” (SENAC-DN, 2013, p. 40).
- **Soldado Cidadão:** criado em 2004 pelas Forças Armadas, o Programa Soldado Cidadão tem por objetivo qualificar os militares para atuar em funções dentro dos quartéis ou prepará-los para após seu desligamento da corporação, uma vez que irão necessitar de uma nova qualificação para inserção no mercado de trabalho. A partir da parceria firmada em 2011, com o Ministério da Defesa, o SENAC passou a ofertar os cursos por meio do PRONATEC. Os cursos têm uma duração mínima de 160 horas e são ministrados durante o expediente dos militares em Unidades SENAC ou nos próprios quartéis. Em 2013, aproximadamente, 2 mil recrutas foram qualificadas pelo programa Soldado Cidadão. (SENAC-DN, 2013, p. 40-41).
- **Mulheres:** os indicadores sociais apontam que as mulheres estão se tornando mães mais tarde e o número de gravidez na adolescência vem diminuindo gradativamente. As oportunidades de trabalho proporcionadas às mulheres por assumirem vários papéis durante sua vida de modo dinâmico vêm impulsionando, aos poucos, o reconhecimento no mercado de trabalho, antes dominado por homens. “Diante da oportunidade de capacitação e formação para renovação de saberes e conhecimentos, elas – que representam hoje 51,3% do contingente populacional, uma média de 5 milhões a mais que os homens (Pnad/IBGE/2013) – saem na frente.” (SENAC-DN, 2013, p. 99).

Conforme mencionado anteriormente, os cursos oferecidos pela Instituição via Programa SENAC de Gratuidade (PSG) são buscados, “principalmente, por mulheres – em 2013, elas chegaram a 67,43% do total de alunos, o equivalente a 312.010 mulheres [...] no âmbito do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), que

apresenta, em 2013, 75,22% de alunas no total de atendidos (correspondentes a 360.619 mulheres).” (SENAC-DN, 2013, p. 99).

- **Idosos:** De acordo com os dados divulgados no último censo demográfico pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no Brasil, a “população idosa deve quadruplicar em menos de 50 anos. O número de pessoas com mais de 65 anos vai passar de 14,9 milhões (7,4% do total) para 58,4 milhões (26,7% do total) em 2060” (SENAC-DN, 2013, p. 103), com expectativa média de vida de 81 anos. Os idosos estão cada vez mais ativos e participativos na sociedade, bem como no bem-estar social e econômico. Pensando nessa nova população, o SENAC em 2013 ofertou mais de 14 mil vagas para o curso Cuidador de Idoso através do PRONATEC e Programa SENAC de Gratuidade (PSG). Desse total de vagas ofertadas gratuitamente, 5.400 pessoas com mais de 60 anos frequentaram os cursos. (SENAC-DN, 2013).

Reinserção social: para uma pessoa que passa por um ato de violência, delitos, roubos, furtos ou qualquer outro tipo ação ilegal, voltar a viver e conviver na sociedade e (re)ingressar no mercado de trabalho é um desafio constante e diário. O SENAC em parceria com o Ministério da Justiça, em 2013, somente por meio do PRONATEC, qualificou e promoveu a autoestima de 1.220 pessoas (internas ou egressas de sistemas prisionais). Cito como exemplo, o Estado de Santa Catarina, no qual foi oferecido o curso Formação de Ajudante de Carga e Descarga no Complexo Penitenciário de Itajaí, via PSG, com capacitação de 12 pessoas. E, assim, seguem cursos e ações de reinserção social pelo Brasil afora. (SENAC-DN, 2013).

3.2.2 O SENAC em Santa Catarina e na Região da AMUREL

Deste ponto em diante, apresento brevemente a história do SENAC Santa Catarina e na Região da AMUREL.

Em 1947 iniciou a história do SENAC em Santa Catarina. Hoje, empresários de diversos comércios de bens, serviços e turismo em geral, bem como a população catarinense utilizam-se da Instituição para aperfeiçoamento profissional constante. Todas as Instituições SENAC no Brasil possuem a mesma filosofia e estratégia institucionais, apresentando projetos pedagógicos próprios, com procedimentos padronizados que garantem a identidade nas ações educacionais do SENAC e permitem atender às especificidades do contexto local. (SENAC-SC, 2013).

[...] embora sujeito às diretrizes e normas gerais prescritas pelos órgãos nacionais, bem como à correção e fiscalização inerentes a estes, é autônomo no que se refere à administração de seus serviços, à gestão dos seus recursos, ao regime de trabalho e às relações empregatícias. Presta serviços a todos os municípios do Estado de acordo com os pólos e instalações das Unidades Operativas e da Administração Regional e forma e /ou capacita anualmente mais de 30 mil alunos, desenvolvendo ações educacionais no segmento de comércio de bens e serviços, desde a formação inicial e continuada, aos cursos técnicos de nível médio e educação superior. (SENAC-TB, 2009, p. 7).

Sendo assim, o SENAC conta com uma Administração Regional e 27 pontos fixos de atendimento divididos em 8 Faculdades de Tecnologia, 3 Centros Especializados, 16 Centros de Educação Profissional e 4 Unidades Móveis, assim dispostos: a Região Oeste está composta pelas cidades de Caçador, Concórdia, Chapecó, Joaçaba, São Miguel do Oeste e Xanxerê; a Região Norte-Vale com as cidades de Balneário Camboriú, Blumenau, Brusque, Rio do Sul, Jaraguá do Sul, Joinville, Canoinhas, Porto União, Timbó e São Bento do Sul e a Região Sul através das cidades de Florianópolis, SENAC Saúde e Beleza em São José, SENAC TI (Tecnologia da Informação) nas cidades de Itajaí, Criciúma, Palhoça, Curitiba e Tubarão. (SENAC-SC, 2013).

Em contribuição com o desenvolvimento humano e com o Estado de Santa Catarina, o SENAC oferece cursos em 8 eixos tecnológicos, assim denominados, cujas áreas abrangem: ambiente, saúde e segurança, apoio educacional, gestão e negócios, hospitalidade e lazer, informação e comunicação, infraestrutura, produção cultural e design e recursos naturais. (SENAC-SC, 2013).

A Instituição de ensino proporciona diversos cursos que vão desde os cursos de formação inicial e continuada – para aperfeiçoamento profissional, sendo estes com uma carga horária mais reduzida; os cursos técnicos de nível médio, que formam trabalhadores em áreas específicas; os cursos superiores de tecnologia, cursos de graduação que formam tecnólogos para atender às demandas de mercado, cuja duração média é de dois anos²⁵, os cursos superiores de pós-graduação e cursos a distância, desde 2010. (SENAC-SC, 2013).

²⁵ Essa modalidade de curso superior possui particularidades que a diferencia dos demais cursos de graduação. As características especiais que mais distinguem esses cursos dos cursos de graduação tradicionais são a sua “especialização”, que deve atender às reais necessidades de desenvolvimento tecnológico, local ou regional, em um setor especializado e, decorrente da anterior, a duração do curso. A especialização permite que a duração de cada curso – cujo mínimo é de 1.600 horas – dependa da estrutura curricular prevista para a formação do perfil profissional desejado. A sua organização poderá ser por etapas ou módulos, os quais darão direito a uma certificação de qualificação profissional ao final de cada uma. Essa estruturação gera maior flexibilidade na elaboração dos currículos, assim como agiliza e amplia o atendimento das necessidades dos alunos, visto que estes podem cursar os módulos de acordo com suas possibilidades e, ao final de todos eles, receber o diploma de tecnólogo. Outra característica é a proporção entre teoria e prática e entre ciência e tecnologia, tanto na formação

No Brasil, um tecnólogo é um profissional de nível superior formado em um curso superior de tecnologia. Essa modalidade de graduação visa formar profissionais para atender campos específicos do mercado de trabalho. Seu formato, portanto, é mais compacto, com duração média menor que a dos cursos de graduação tradicionais. Sendo um profissional de nível superior, os tecnólogos podem dar continuidade aos seus estudos cursando a pós-graduação *Stricto Sensu* (Mestrado e Doutorado) e *Lato Sensu* (Especialização). A designação atual da profissão foi estabelecida pelo Decreto 2,208, de 17 de abril de 1997. (VIEBRANTZ, 2010, p. 88).

Seguindo praticamente a mesma política do SENAC Nacional, o SENAC-SC tem os Cursos de Formação Inicial e Continuada, cujo objetivo é capacitar o trabalhador para atender à demanda de mercado, nas seguintes áreas de formação profissional: Artes, Comunicação, Comércio, Design, Gestão, Idiomas, Imagem Pessoal, Informática, Saúde, Meio Ambiente, Turismo e Hospitalidade, com emissão de certificados, totalizando mais de 327 cursos, sendo quase 30 cursos técnicos. As Faculdades de Tecnologia SENAC de Santa Catarina estão em funcionamento desde 2002. Atualmente, são 8 faculdades distribuídas estrategicamente pelo Estado catarinense e são oferecidos os cursos superiores de tecnologias presenciais, cursos de graduação e pós-graduação²⁶, de acordo com a demanda. (SENAC-SC, 2013).

Desde 1970, o SENAC está atuando na cidade de Tubarão, contribuindo para o crescimento do município e cidades circunvizinhas através dos cursos que visam suprir a necessidade existente, pois este município “desfruta de economia estável, sustentada por um importante parque comercial e prestação de serviços e apresenta uma curiosa diversificação na produção industrial.” (SENAC-TB, 2009, p. 9).

A Agência de Formação Profissional do SENAC em Tubarão, como era chamado, desde a sua inauguração, ocorrida em 8 de março de 1977, passou a ser chamado, pelo Presidente do Conselho Regional, de Centro de Formação Profissional (Resolução nº 18, de 2 de agosto de 2002), em virtude do grande número de matrículas. Desde sua fundação na cidade de Tubarão, muitos foram os desafios e transformações: das mudanças de endereços à

do aluno quanto no desempenho de suas atividades profissionais, o que o torna um profissional, não só mais ligado à prática do que à teoria, como também mais próximo da tecnologia do que da ciência. No entanto, existem semelhanças entre os cursos superiores de tecnologia e os demais cursos de graduação: o ingresso, a formação acadêmica exigida para docência, as avaliações institucionais e dos cursos seguem a mesma legislação do Ensino Superior, com a diferença de estarem subordinados às secretarias diferentes – os cursos superiores de tecnologia respondem à SETEC (Secretaria de Educação Tecnológica) e os demais cursos, à SESu (Secretaria de Educação Superior). Apesar de suas especificidades, os cursos superiores de tecnologia são cursos de graduação e, como tais, devem ser inseridos no âmbito da educação superior quando se trata de discutir seus objetivos e as mudanças esperadas nos seus estudantes a partir dessa experiência de formação. (VIEBRANTZ, 2010, p. 88-89).

²⁶ Os cursos de pós-graduação *lato sensu* são oferecidos na modalidade presencial e a distância, estes últimos, credenciados pelo Departamento Nacional do SENAC, são oferecidos por meio da Rede SENAC Nacional. (SENAC-TB, 2009, p. 8).

ausência de salas de aula próprias. (SENAC DR.SC, 2014). Atualmente, o SENAC está localizado na cidade de Tubarão/SC, na Avenida Marcolino Martins Cabral, 2021, no bairro Vila Moema. A unidade SENAC oferece “cursos²⁷ profissionalizantes de Formação Inicial e Continuada, cursos técnicos nos eixos tecnológicos de Gestão e Negócios, Ambiente, Saúde e Segurança, Informação e Comunicação e Hospitalidade e Lazer.” (SENAC-TB, 2009, p. 10).

Visando atender à demanda da população na escassez da mão de obra, o SENAC disponibiliza cursos e professores que qualificam estes sujeitos em cidades que pertencem à Região da AMUREL, bem como cidades circunvizinhas. Os cursos são oferecidos em parceria com a Gerência Regional de Educação (GERED) órgão regional representativo da Secretaria de Estado da Educação, com o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS²⁸) e através do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) que foi criado pelo Governo Federal, em 2011, com o objetivo de ampliar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica e pelo Programa SENAC de Gratuidade (PSG). (SENAC-TB, 2009).

Além disso, em 2004, o

SENAC de Tubarão se torna Centro de Educação Tecnológica SENAC Tubarão, por meio da Portaria nº1.323, publicada no Diário Oficial da União, de 20 de maio de 2004, no qual também autoriza o funcionamento do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Empresas e Serviços (área profissional: gestão). (SENAC. DN. SC, 2014, p. 224)

A partir daí, uma nova transformação estava para acontecer. Os chamados Centros de Educação Tecnológica privados seriam chamados de Faculdades de Tecnologia, de acordo com o Decreto n.º 5.225/2004 - Diário Oficial da União (SENAC. DR. SC, 2014). Deste modo, a Instituição de ensino passou a ser denominada “**Faculdade de Tecnologia SENAC Tubarão, que atua no ensino superior oferecendo cursos de graduação tecnológica, pós-graduação, pesquisa e extensão.**” (SENAC, DN. SC, 2014, p. 224, grifo nosso).

Ainda em 2004, o Curso Superior de Tecnologia em Processos Gerenciais é autorizado e, posteriormente, em 2008, com Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos e, na sequência, os cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu*. Em 2013, o Curso Superior de Tecnologia em Gestão Comercial também é autorizado, porém, a divulgação e

²⁷ A oferta dos cursos é antecedida de uma pesquisa de demanda regional realizada pelo setor de inteligência da Instituição de acordo com a necessidade.

²⁸ O CRAS é uma unidade pública estatal descentralizada da política de assistência social, sendo responsável pela organização e oferta de serviços sócio assistenciais da Proteção Social Básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) nas áreas de vulnerabilidade e risco social dos municípios e DF. (BRASIL, 2012, p.1).

captação de alunos para este curso acontecerá somente no processo seletivo 2014, com a primeira turma em 2015, por razões estratégicas. (SENAC, DN. SC, 2014). Neste sentido, vale observar a Tabela 7, que apresenta a quantidade de alunos matriculados na graduação.

Tabela 7 - Quantidade de alunos matriculados na graduação - Faculdade de Tecnologia SENAC Tubarão/SC - 2009/2014.

| ANO | ALUNOS MATRICULADOS |
|--------|---------------------|
| 2009/1 | 78 |
| 2009/2 | 67 |
| 2010/1 | 139 |
| 2010/2 | 113 |
| 2011/1 | 123 |
| 2011/2 | 107 |
| 2012/1 | 140 |
| 2012/2 | 120 |
| 2013/1 | 137 |
| 2013/2 | 105 |
| 2014/1 | 93 |
| 2014/2 | 79 |

Fonte: SENAC/TB, 2014.

A instituição apresentava a seguinte estrutura de ensino no ano de 2013: 12 cursos Formação Inicial e Continuada²⁹, 11 cursos técnicos³⁰, 2 cursos superiores de tecnologia³¹, 5 cursos de Pós-graduação *Lato Sensu*³². A Faculdade de Tecnologia SENAC Tubarão não ofereceu cursos EaD no ano de referência desta pesquisa, ocorrida em 2013. (SENAC-TB, 2013a).

Durante o ano de 2013, foram oferecidos 82 cursos Técnicos e de Formação Inicial e Continuada, em 12 cidades pertencentes à Região da AMUREL e uma cidade circunvizinha, totalizando 2.413 alunos matriculados, 1.786 alunos efetivos com 387 evasões, 157 alunos repetiram alguma disciplina e 83 desistências/trancamento de matrículas. Foram 88 turmas, sendo 41 turmas concluídas e 47 em andamento e nos cursos superiores de tecnologia foram 102 alunos e 141 na pós-graduação presencial. (SENAC-TB, 2013b).

²⁹ Anexo A: Relação de Cursos de Formação Inicial e Continuada – Faculdade SENAC -2013.

³⁰ Anexo B: Relação de Cursos Técnicos – Faculdade SENAC - 2013.

³¹ Anexo C: Relação de Cursos Superiores de Tecnologia – Faculdade SENAC - 2013.

³² Anexo D: Relação de Cursos de Pós-Graduação – Faculdade SENAC - 2013.

Os cursos solicitados pelo CRAS - Centro de Referência da Assistência Social também são do PRONATEC, apenas com uma denominação diferente, seguindo a mesma política do PRONATEC, ou seja, são cursos gratuitos com verba do governo federal. Os alunos recebem os materiais e uma assistência estudantil que serve para ajudar no transporte e no lanche. **“Algumas Instituições optam por dar o transporte, outras, como o SENAC dá o dinheiro para o aluno. São R\$ 2,00 por hora/aula, pagos a cada 15 dias. Os alunos recebem todos os materiais (livros, jalecos, materiais para aula prática, etc.)”**³³. Conforme se pode observar no Quadro 5.

QUADRO 5 - Relação dos cursos efetivados pelo SENAC na Região da AMUREL e cidades circunvizinhas - Faculdade SENAC - 2013.

(Continua)

| CURSOS TÉCNICOS E FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA | CIDADES |
|--|-------------------|
| Técnico em estética V | Tubarão |
| Técnico em estética VI – Pronatec | Tubarão |
| Técnico em marketing – Pronatec | Tubarão |
| Operador de computador – Pronatec | Capivari de Baixo |
| Técnico em radiologia – VII | Tubarão |
| Aprendizagem XI | Tubarão |
| Auxiliar administrativo – Pronatec | Capivari de Baixo |
| Operador de computador – Pronatec | Capivari de Baixo |
| Autocad | Tubarão |
| Auxiliar de recursos humanos | Pescaria Brava |
| Auxiliar administrativo - CRAS - SENAC – Pronatec | Tubarão |
| Automaquiagem | Tubarão |
| Manicure e pedicure - CRAS – Pronatec | Tubarão |
| Auxiliar administrativo - Pronatec | Tubarão |
| Recepcionista em serviços de saúde - CRAS – Pronatec | Tubarão |
| Auxiliar de recursos humanos – Pronatec | Tubarão |
| Auxiliar administrativo – Pronatec | Capivari de Baixo |
| Auxiliar de recursos humanos - Pronatec | Jaguaruna |

³³ Informação obtida através de conversa informal realizada em 9 de dezembro de 2013, nas dependências da Faculdade de Tecnologia SENAC - Tubarão/SC. A conversa informal foi transcrita e enviada para o e-mail da Sr.^a Samira Cipriano - Coordenadora do Núcleo de Educação Básica, que conferiu e fez correções no texto, enviando-o por e-mail para publicação nesta dissertação. Na época, a pessoa citada exercia a referida função de coordenação. No início de 2014, ela foi transferida para outra unidade do SENAC e assumiu outra função.

(Continuação)

| CURSOS TÉCNICOS E FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA | CIDADES |
|---|----------------|
| Montador e reparador de computadores – CRAS – Pronatec | Tubarão |
| Depilador – CRAS – Pronatec | Garopaba |
| Excel avançado | Tubarão |
| Autocad | Tubarão |
| Manicure e pedicure - CRAS (APAE) – Pronatec | Sangão |
| Excel avançado | Imbituba |
| Design de sobrancelhas | Tubarão |
| Excel básico | Tubarão |
| Oratória | Tubarão |
| Desenvolvimento de lideranças | Tubarão |
| Manicure e pedicure – Pronatec | Tubarão |
| Manicure e pedicure - CRAS – Pronatec | Pedras Grandes |
| Aprendizagem XII | Tubarão |
| Técnico em massoterapia III | Tubarão |
| Cabeleireiro | Tubarão |
| Ajudante de coleta e transporte de pequenas cargas – Pronatec | Tubarão |
| Auxiliar de recursos humanos – PSG | Pescaria Brava |
| Técnico em massoterapia – IV | Tubarão |
| Técnico em farmácia III | Tubarão |
| Técnico em farmácia IV – Pronatec | Tubarão |
| Técnico em saúde bucal – Pronatec | Tubarão |
| Técnico em radiologia VIII | Tubarão |
| Aprendizagem XIII | Tubarão |
| Aprendizagem XIV | Tubarão |
| Aprendizagem serviços administrativos II | Tubarão |
| Técnico em contabilidade – PSG | Tubarão |
| Técnico em contabilidade - III– Pronatec | Tubarão |
| Técnico em contabilidade IV - Pronatec | Tubarão |
| Técnico em contabilidade – Pronatec | Laguna |
| Técnico em vendas – Pronatec | Laguna |
| Técnico em administração VI | Tubarão |
| Técnico em administração – Pronatec | Gravatal |
| Técnico em administração – Pronatec | Tubarão |
| Técnico em administração - Pronatec | Tubarão |
| Técnico em marketing II – Pronatec | Tubarão |
| Técnico em enfermagem – PSG | Tubarão |
| Técnico em enfermagem – PSG | Tubarão |
| Técnico em estética VII - Pronatec | Tubarão |
| Desenhista de produtos gráficos web – Pronatec | Laguna |
| Desenvolvimento de lideranças - | Imbituba |

(Concluído)

| CURSOS TÉCNICOS E FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA | CIDADES |
|---|----------------|
| Auxiliar administrativo – Pronatec | Sangão |
| Auxiliar administrativo – CRAS – Pronatec | Tubarão |
| Auxiliar administrativo – Pronatec | Imaruí |
| Auxiliar administrativo – PSG | Pescaria Brava |
| Auxiliar administrativo – Pronatec | Braço do Norte |
| Auxiliar administrativo – Pronatec | Imaruí |
| Auxiliar administrativo – Pronatec | Pedras Grandes |
| Auxiliar administrativo – Pronatec | Pedras Grandes |
| Auxiliar de recursos humanos – Pronatec | Laguna |
| Manicure e pedicure – Pronatec | Laguna |
| Manicure e pedicure – (Presídio) – Pronatec | Tubarão |
| Manicure e pedicure – Pronatec | Garopaba |
| Operador de computador - CRAS – Pronatec | Sangão |
| Auxiliar de recursos humanos - CRAS – Pronatec | Imaruí |
| Operador de computador- Pronatec | Laguna |
| Cuidador de idosos – Pronatec | Laguna |
| Maquiador – Pronatec | Tubarão |
| Maquiador – Pronatec | Imaruí |
| Escola aberta | Tubarão |
| Auxiliar administrativo – PSG | Imaruí |
| Auxiliar administrativo – PSG | Tubarão |

Fonte: SENAC-TB, 2013b.

No que tange à educação inclusiva, a Coordenadora do Núcleo de Educação Básica, Sr.^a Samira Cipriano informou que **"todas as unidades do SENAC Santa Catarina atendem às diretrizes de acessibilidade como rampas de acesso, elevadores, sinalização, material adaptado e estacionamento destinado a pessoas com deficiências. No início do mês de dezembro/13, os pedagogos e psicopedagogos reuniram-se na Fundação Catarinense de Educação Especial (FCEE) em Florianópolis para discutir o tema e aprofundamento das ações no que se relaciona à educação inclusiva para pessoas com necessidades educativas especiais."**³⁴ A Sr.^a Samira também informou que neste estudo inicial estão sendo repensadas as questões da educação inclusiva à luz da diversidade.

³⁴ Informação obtida através de conversa informal realizada em 9/12/13, nas dependências da Faculdade SENAC-Tubarão/SC. A conversa informal foi transcrita e enviada para o e-mail da Sr.^a Samira Cipriano, a qual conferiu e fez correções no texto, enviando-o por e-mail em 17/12/13 para publicação nesta dissertação. Na época, a pessoa citada exercia a referida função de coordenação. No início de 2014, ela foi transferida para outra unidade do SENAC e assumiu outra função.

São oferecidas, ainda, de acordo com informações da Coordenadora do Núcleo de Relações com o Mercado, Sr.^a Gabriela Salib³⁵, outras formas de inclusão na educação profissional e ações sociais, mencionando os cursos de **“Cuidador de Idosos, oferecido na cidade de Laguna, contando com 29 alunos, dos quais 26 eram do sexo feminino e 3 do masculino, o curso capacitou pessoas de diferentes faixas etárias: 6 alunos tinham até 30 anos, 3 até 40 anos, 13 até 50 anos, 4 até 60 anos e 3 com mais de 60 anos, sendo alguns já atuantes na profissão e outros com interesse em ingressar. Além disso, a Faculdade SENAC Tubarão também capacitou alunos oriundos do regime semiaberto dos dois presídios da cidade: no Presídio Feminino, aconteceu o curso de Manicure e Pedicure, que atendeu a 19 alunas. Destas, 4 tinham até 30 anos, 11 até 40 anos e 4 acima desta idade. No Presídio Masculino, o curso executado foi o de Ajudante de Coleta e Entrega no Transporte de Pequenas Mercadorias, com 17 alunos. Destes, 6 tinham até 30 anos, 6 até 40 anos, 4 até 50 anos e 1 com 57 anos.**

No entanto, o Programa SENAC de Acessibilidade vem sendo formatado para receber pessoas com deficiência. O Núcleo de Educação Básica atendeu em 2013, um aluno com esquizofrenia, no curso Técnico em Administração. Em 2014, temos três situações de alunos que apresentam deficiências auditivas e estão nos cursos de Manicure e Pedicure e Artesão de Pintura em Tecido. Para atender os discentes com este tipo de deficiência, temos docentes aptos para atuarem com Libras (Língua de Sinais Brasileira), no qual acompanham os alunos em todas as atividades desenvolvidas pelos professores que lecionam em sala de aula. Ressalta-se que no SENAC de Tubarão ainda não tivemos pessoas com deficiências na educação superior. Mas, em nível estadual, o SENAC tem alunos com deficiências e conta com profissionais da educação qualificados para atender essa demanda, bem como infraestrutura e materiais adequados”.

Para promover a inclusão nas cidades onde o SENAC está instalado, várias ações são proporcionadas á sociedade. Neste sentido, “eventos relacionados à prevenção, promoção da saúde, educação, cidadania e integração têm sido promovidos. Atuam, nessas ações, a equipe do Núcleo de Relações com o Mercado (NRM), bem como docentes e alunos dos cursos oferecidos na unidade.” (SENAC-TB, 2009, p. 28). São citados alguns eventos realizados pela instituição como os

³⁵ Informação obtida através de conversa informal realizada em 8/12/14, nas dependências da Faculdade SENAC-Tubarão/SC. A conversa informal foi transcrita e enviada para o e-mail da Sr.^a Gabriela Salib, a qual conferiu e fez correções no texto, enviando-o por e-mail em 15/12/14 para publicação nesta dissertação.

Eventos anuais como ‘SENAC em Ação’, a Semana da segurança no trabalho (no Hospital Nossa Senhora da Conceição) e o trabalho de orientação profissional nas escolas públicas do município abrangem um grande número de pessoas, manifestando o compromisso do SENAC com o desenvolvimento social. Semestralmente, promovem-se as ações denominadas “Abasteça o seu conhecimento” e “Alimente seu conhecimento”, realizadas por meio de parceria entre a Faculdade de Tecnologia SENAC Tubarão, postos de combustível e supermercados da região, respectivamente. Nestas, os colaboradores fornecem orientações profissionais aos participantes. Na ação, os alunos dos cursos técnicos de Radiologia e Enfermagem prestam serviços à comunidade, como medição de pressão arterial, teste de glicemia e distribuição de preservativos, dentre outros. Os alunos do curso de Cabeleireiro também participam da ação, oferecendo serviços de corte de cabelo aos participantes. Trimestralmente, realiza-se outra atividade bastante abrangente, cujo objetivo é levar às pessoas noções sobre prevenção e cuidados com a saúde. É a ação “Saúde na Praça”, usualmente realizada na Praça do Chafariz, em Tubarão. É preocupação constante da Faculdade de Tecnologia SENAC Tubarão fazer com que seus alunos contextualizem as questões trabalhadas em sala de aula. A participação destes nas ações tem a finalidade de fazê-lo entender melhor a realidade em que está inserido, aliando o conhecimento acadêmico à responsabilidade social. Visando a trabalhar em sintonia com o comércio e a comunidade local, todos os meses, o SENAC se faz presente no Dia D, ação promovida pela Câmara de Dirigentes Lojistas – CDL, e o Serviço Social do Comércio – SESC, Tubarão, com ações semelhantes às desenvolvidas nos demais eventos. (SENAC-TB, 2009, p. 28-29).

Além destas ações mencionadas, na Faculdade de Tecnologia SENAC Tubarão esse princípio inclusivo é manifestado por meio das ações desenvolvidas pela instituição junto à comunidade local, **“nas quais os alunos voluntariam-se para, sob supervisão de orientador, realizar serviços gratuitos à população. Entre eles, aferição de pressão arterial, teste de glicemia, *quick massage*, massagem relaxante, limpezas de pele, hidratação facial, cortes de cabelo, penteados e design de sobrancelha. Em 2013, foram realizadas ações como o Dia da Mulher na Biblioteca, Dia da Mulher (empresa Itagres - serviços para as colaboradoras), Feira Casa Pronta (diversos atendimentos gratuitos à população em dois dias do evento), entre outros”**, conforme relato da Coordenadora do Núcleo de Relações com o Mercado, Sr.^a Gabriela Salib³⁶.

Dando continuidade, a Sr.^a Gabriela Salib³⁷ informa que **“para realizar os cursos via Pronatec e Programa SENAC de Gratuidade, os alunos devem possuir renda familiar *per capita* de até dois salários mínimos. Além disso, para os cursos realizados pelo Pronatec Social, uma grande parte dos alunos encaminhados possui cadastro no Bolsa Família, o que também configura baixa renda. Ressaltamos a impossibilidade**

³⁶Informação obtida através de conversa informal realizada em 8/12/14, nas dependências da Faculdade SENAC-Tubarão/SC. A conversa informal foi transcrita e enviada para o e-mail da Sr.^a Gabriela Salib, a qual conferiu e fez correções no texto, enviando-o por e-mail em 15/12/14 para publicação nesta dissertação.

³⁷ Idem.

atual de mensurar certos dados estatísticos da quantidade total de alunos, como cor ou raça, faixa etária e renda salarial, em virtude da mudança de sistema realizada pelo SENAC Santa Catarina entre 2013 e 2014.”.

Atendendo à política do SENAC-DN e SENAC-SC, as diretrizes também se aplicam na Faculdade de Tecnologia SENAC Tubarão, onde são ofertados cursos gratuitos, de nível técnico e de formação inicial e continuada, por meio do Pronatec e Programa SENAC de Gratuidade, em 2013, conforme mencionado anteriormente (Quadro 5) e nas Tabelas abaixo, que demonstram as áreas de ensino. A seguir, demonstrativo dos alunos matriculados PRONATEC e Programa SENAC de Gratuidade (PSG) nas áreas de Formação Inicial e Continuada (FIC) e Técnico.

Tabela 8 - Total de alunos matriculados PRONATEC e Programa SENAC de Gratuidade (PSG) - Formação Inicial e Continuada (FIC) - 2013.

| ÁREAS | | GÊNERO | |
|--|--|------------|------------|
| Formação Inicial e Continuada (FIC) – PRONATEC | | Masculino | Feminino |
| Conservação e Zeladoria | | 12 | 8 |
| Design | | 19 | 16 |
| Gestão e Negócios | | 207 | 402 |
| Comércio | | 34 | 41 |
| Imagem Pessoal | | - | 218 |
| Informática | | 19 | 5 |
| Saúde | | 7 | 56 |
| Subtotal | | 298 | 746 |
| ÁREAS | | GÊNERO | |
| Programa SENAC de Gratuidade (PSG) | | Masculino | Feminino |
| Comércio | | 111 | 79 |
| Gestão e Negócios | | 23 | 15 |
| Subtotal | | 134 | 94 |
| Total de alunos PRONATEC e PSG – FIC | | 432 | 840 |

Fonte: SENAC-TB, 2013b.

Tabela 9 - Total de alunos matriculados PRONATEC e Programa SENAC de Gratuidade (PSG) – Técnico - 2013.

| ÁREAS | | GÊNERO | |
|---|--|------------|------------|
| Técnico – PRONATEC | | Masculino | Feminino |
| Gestão e Negócios | | 86 | 118 |
| Comércio | | 34 | 41 |
| Saúde | | 9 | 54 |
| Subtotal | | 129 | 213 |
| ÁREAS | | GÊNERO | |
| Técnico - Programa SENAC de Gratuidade – PSG | | Masculino | Feminino |
| Saúde | | 9 | 54 |
| Subtotal | | 9 | 54 |
| Total de alunos PRONATEC e PSG – Técnico | | 138 | 267 |

Fonte: SENAC-TB, 2013b.

Existe predominância do sexo feminino em quase todos os cursos ofertados pela Instituição, com exceção dos cursos de Conservação e Zelandoria, Design e Informática do FIC PRONATEC e Comércio e Gestão e Negócios no FIC PSG. No curso de Imagem Pessoal, disponibilizado pelo FIC PRONATEC, entre 218 discentes, todas são do sexo feminino. A partir daí, é possível perceber que ainda há fortes preconceitos quanto a discentes homens nessa área de atuação, uma vez que a profissão é considerada feminina desde os nossos antepassados e mesmo em pleno século XXI continua carregada de preconceitos, conforme dados apresentados pela Instituição. No entanto, nos cursos técnicos, o predomínio é do sexo feminino em todos os cursos ofertados.

Até o presente momento, foram apresentadas as formas de inclusão da educação profissional e ações sociais. A seguir, serão descritas as formas de acesso à educação superior mencionadas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2010-2014.

[...] além de descontos nas mensalidades, os alunos recebem incentivos por meio de programas de bolsas de estudos, pesquisa e extensão e financiamentos estudantis, objetivando proporcionar o acesso ao ensino superior aos discentes que não possuem condições de custear as mensalidades de um curso de graduação. Este apoio Financeiro é contemplado pela participação do SENAC/SC no Programa

Universidade para Todos – PROUNI, no Financiamento Estudantil – FIES e no Programa Estadual de Bolsas do Art. 170 e Art.171. (SENAC-TB, 2009, p. 72).

O Regulamento do Programa de Pesquisa e Extensão das Faculdades de Tecnologia Santa Catarina enfatiza na Seção III da Faculdade

Art.31 Cabe à Faculdade selecionar os bolsistas de iniciação científica. §1º As bolsas de iniciação científica envolverão, inicialmente as seguintes modalidades: I. Programa de Iniciação Científica SENAC – PICSENAC; II. Bolsas de Pesquisa do Artigo 170; III. Bolsa de Pesquisa do Artigo 171.

Art.32 O Núcleo de Educação Superior (NES) de cada Faculdade deverá acompanhar o desenvolvimento dos Projetos de Pesquisa e Extensão. (SENAC-TB, 2011b, p. 20).

A **Bolsa de Estudo Art. 170** é um recurso financeiro concedido através de bolsa de estudo ou bolsa pesquisa científica aos alunos economicamente carentes. Essa bolsa é cedida pelo governo estadual de Santa Catarina, sob responsabilidade da Diretoria de Educação Superior da Secretaria de Estado da Educação (Leis Complementares nº 281/2005 e nº 296/2005 e 420/2008). O governo do Estado repassa o recurso financeiro para as instituições credenciadas e estas são responsáveis por divulgar, aplicar e acompanhar o processo seletivo da bolsa do Artigo 170, bem como por sua fiscalização. A Rede SENAC de Santa Catarina está habilitada nesse processo, dentre as 39 Instituições do Sistema Privado de Ensino Catarinense. O discente deve ficar atento à divulgação do edital do Artigo 170 para poder participar. (DIRETORIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DA SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, MARÇO/2013 APUD AMPESC, 2014).

O processo de seleção ocorre semestralmente e entre

[...] os requisitos destaca-se: estar regularmente matriculado em curso de graduação; comprovar renda *per capita* familiar igual ou menor que (03) três salários mínimos; não ter concluído curso de nível superior de graduação; não ter nenhum outro tipo de auxílio financeiro para estudar e se dispor a prestar no mínimo 20 (vinte) horas semestrais de ‘serviço voluntário’, de acordo com o programa da Instituição. (SENAC-TB, 2009, p. 72).

No primeiro semestre de 2013, foram beneficiados 9 discentes com bolsas de estudos parciais, o que equivale a 30% do valor da mensalidade. Deste total, 4 foram destinadas para o Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos e 5 para o Curso Superior de Processos Gerenciais. No semestre do mesmo ano, foram 10 alunos beneficiados, destes, 5 alunos são do curso superior de Tecnologia em Gestão de Recursos

Humanos e 5 de Processos Gerenciais. Cada aluno recebeu 30% de benefício (SENAC-SC, 2013c). Ressalto que no primeiro semestre de 2013 eram 137 alunos matriculados e destes, 9 alunos tiveram o benefício da bolsa de estudos, representando 6,57%. Entretanto, no segundo semestre do corrente ano, houve uma redução na quantidade de alunos matriculados (105 discentes) e 10 alunos receberam bolsas de estudos, o que equivale a 9,52%, ver Tabela 7.

Da mesma forma, do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos, no primeiro semestre de 2014, foram 7 alunos contemplados com bolsas de estudos, diferentemente de 2013, pois neste semestre ocorreu variação nos percentuais de distribuição, onde 2 alunos tiveram o subsídio de 30% e 5 discentes de 25% do valor total da mensalidade. O mesmo ocorreu no curso superior de Processos Gerenciais, sendo que 2 alunos receberam 30% de subsídio e 1 aluno 25%, totalizando 10 benefícios concedidos aos alunos da educação superior. Foram beneficiados no 2º semestre de 2014, 14 alunos, sendo 7 alunos do curso de Gestão em Recursos Humanos e o restante para alunos de Processos Gerenciais. Todos tiveram subsídios de 25% no valor das mensalidades (SENAC-SC, 2014). No primeiro semestre de 2014, a Instituição contava com 93 alunos matriculados e no segundo semestre, 79 discentes. Em percentuais, significam 10,75% e 17,72% de bolsas concedidas aos alunos no primeiro e segundo semestres de 2014, respectivamente, segundo Tabela 7.

A **Bolsa de Estudo do Art. 171** é parte do Programa de Bolsas Universitárias de Santa Catarina, por meio do UNIEDU Graduação, que concede bolsas de estudo, de pesquisa e extensão, sejam elas integrais ou parciais, para estudantes que moram no Estado catarinense, matriculados nos cursos de graduação presencial e nas instituições de Ensino Superior, cuja sede, também esteja em Santa Catarina, sejam autorizadas e credenciadas pelo MEC ou pelo Conselho Estadual de Educação (CEE) e, por fim, cadastradas na Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina para participarem do Programa UNIEDU³⁸. “As bolsas do UNIEDU favorecem a inclusão de jovens no Ensino Superior com dificuldades de realizar os seus estudos, e que atendem aos requisitos estabelecidos na regulamentação dos programas [...]”. (UNIEDU, 2014).

Para comprovar, o Gráfico 1 apresenta os investimentos realizados pelo Governo do Estado de Santa Catarina em bolsas de estudo e pesquisa para jovens estudantes no Ensino Superior.

³⁸ O UNIEDU é um programa do Estado de Santa Catarina, executado pela Secretaria da Educação, que agrega todos os programas de atendimento aos estudantes da educação superior, fundamentados pelos Artigos 170 e 171 da Constituição Estadual e pela Lei do Fundo Social. (UNIEDU, 2014)

Gráfico 1- Evolução dos investimentos em Bolsas de Estudos e Pesquisas nos cursos de Graduação no estado de Santa Catarina – 2009 a 2013.



Fonte: UNIEDU, 2014, p. 1.

Percebe-se claramente a evolução e incentivo das bolsas de estudos destinadas aos alunos do Ensino Superior por meio dos artigos 170 e 171, apresentadas no Gráfico 1. Estas são algumas das opções de incentivo destinadas às pessoas com baixo poder aquisitivo e que tenham interesse em ingressar no Ensino Superior. São incentivos que oportunizam conhecimento e diminuem as diferenças existentes na sociedade.

A Faculdade de Tecnologia SENAC de Santa Catarina está inscrita, autorizada, a participar e divulgar as bolsas de estudo, por meio dos Artigos 170 e 171. Deste modo, o Coordenador do Núcleo de Educação Superior, Sr. Renato Justino Borges³⁹, informou que **“o edital do artigo 171 – UNIEDU divulgado em 2012, contemplou 3 bolsas para os alunos da Faculdade de Tecnologia SENAC Tubarão, cujo recebimento dos incentivos financeiros se findaram no ano de 2013. Deste total, 2 bolsas foram destinadas para os alunos do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos e 1 bolsa para o aluno do Curso Superior de Processos Gerenciais. Em 2013**

³⁹ Informação obtida através de conversa informal realizada em 10/12/14, nas dependências da Faculdade SENAC-Tubarão/SC. A conversa informal foi transcrita e enviada para o e-mail da Sr. Renato Justino Borges, o qual conferiu e fez correções no texto, enviando-o por e-mail em 15/12/14 para publicação nesta dissertação.

e 2014, o Governo do estado de Santa Catarina não abriu edital para bolsa de estudo para o artigo 171.” Na época, havia em média 130 alunos matriculados na Instituição e somente 2,31% dos alunos obtiveram bolsas de estudos através do Art. 171.

O **PROUNI** – Programa Universidade Para Todos é um programa destinado a jovens e adultos que não possuem educação superior e com baixa renda. Este programa é do “Ministério da Educação, criado pelo Governo Federal para oferecer Bolsas de Estudos integrais e parciais em cursos de graduação e sequenciais (*sic*) de formação específica, em instituições privadas de educação superior.”. (SENAC-TB, 2009, p. 74).

O credenciamento das Faculdades de Tecnologia SENAC/SC junto ao PROUNI se dá por meio da emissão do Termo de Adesão, que habilita a Faculdade a oferecer bolsas de estudo integrais e parciais. Só pode se candidatar ao ProUni, o estudante que tiver participado do último Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, obtido a nota mínima de 45 pontos (média aritmética entre as provas de redação e conhecimentos gerais) e atenda os requisitos estabelecidos pelo Ministério da Educação. (SENAC-TB, 2009, p. 74).

O Sr. Renato Justino Borges⁴⁰ informou que **“a Faculdade de Tecnologia SENAC Tubarão teve 1 aluna em 2009 e 2 alunos em 2010 beneficiados pelo PROUNI, sendo com bolsas integrais, do curso Superior de Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos.”** Se nos remetermos à Tabela 7, parece ser uma quantidade relativamente pequena de beneficiados em relação aos alunos matriculados.

O **FIES** – Fundo de Financiamento Estudantil é outra opção de acesso para jovens que tenham interesse de ingressar no Ensino Superior. O FIES é um Programa do Ministério da Educação e é outra opção de inserção para jovens e adultos ingressarem no Ensino Superior de instituições não gratuitas por meio de financiamento. Em 2010, os juros foram reduzidos para 3,4% ao ano e os estudantes podem solicitar o financiamento em qualquer período do ano, pois o Fundo Nacional de Desenvolvimento de Educação (FNDE) passou a ser o Agente Operador do Programa. (BRASIL, 2014).

Para obter o financiamento, o FIES apresenta as seguintes fases:

Fase de utilização: Durante o período de duração do curso, o estudante pagará, a cada três meses, o valor máximo de R\$ 50,00, referente ao pagamento de juros incidentes sobre o financiamento. **Fase de carência:** Após a conclusão do curso, o estudante terá 18 meses de carência para recompor seu orçamento. Nesse período, o estudante pagará, a cada três meses, o valor máximo de R\$ 50,00, referente ao

⁴⁰ Informação obtida através de conversa informal realizada em 10/12/14, nas dependências da Faculdade SENAC-Tubarão/SC. A conversa informal foi transcrita e enviada para o e-mail da Sr. Renato Justino Borges, o qual conferiu e fez correções no texto, enviando-o por e-mail em 15/12/14 para publicação nesta dissertação.

pagamento de juros incidentes sobre o financiamento. Fase de amortização: Encerrado o período de carência, o saldo devedor do estudante será parcelado em até três vezes o período financiado do curso, acrescido de 12 meses. (BRASIL, 2014).

Para obter o financiamento, o estudante precisa efetuar a inscrição no site do FIES (<http://sisfiesportal.mec.gov.br/index.html>) através do SisFIES, após efetuada a inscrição, os dados serão validados pela Comissão Permanente de Supervisão e Acompanhamento (CSPA) e caso seja aprovado acontecerá a efetivação do contrato, para o qual o estudante deverá procurar um agente financiador do Programa (Banco do Brasil ou Caixa Econômica Federal). Outro incentivo criado pelo FIES destina-se aos professores que financiaram o seu curso de licenciatura. Este poderá solicitar o “ABATIMENTO mensal de 1% do saldo devedor, conforme previsto no artigo 6.º-B da Lei nº 10.260/2001 (incluído pela Lei nº 12.202/2010)”. (BRASIL, 2014).

Ainda de acordo com o Coordenador do Núcleo de Educação Superior, Sr. Renato Justino Borges⁴¹, **“desde a aprovação dos Cursos Superiores de Tecnologia na Faculdade SENAC Tubarão, não tivemos interessados no programa FIES.”**

Outra possibilidade de apoio aos estudos dos alunos economicamente carentes do SENAC é a **Bolsa PICSENAC**, que é uma bolsa de estudos denominada de Bolsa de Pesquisa de Iniciação Científica que promove a “inserção acadêmica às metodologias, aporte teóricos, métodos, emprego de técnicas e instrumentos adequados ao desenvolvimento de um projeto de pesquisa, garantindo a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.” (SENAC-SC, 2011a, p. 4).

Este benefício concedido pelo SENAC/SC ao aluno “economicamente carente, será o valor integral da mensalidade, a partir do momento de concessão da Bolsa” (SENAC-SC, 2011a, p. 5). A concessão da bolsa não exime dívidas anteriores à bolsa.

A Bolsa PICSENAC ofertará, no máximo, 03 (três) Bolsas para cada turma ingressante nas Faculdades de Tecnologia SENAC em Santa Catarina. Esta Bolsa poderá ser utilizada durante o prazo máximo (em semestres) de integralização do curso. (SENAC-SC, 2011a, p. 3).

A Coordenação Estadual da Bolsa PICSENAC é de responsabilidade do Departamento Regional do SENAC/SC em parceria com as Faculdades de Tecnologia

⁴¹ Informação obtida através de conversa informal realizada em 10/12/14, nas dependências da Faculdade SENAC-Tubarão/SC. A conversa informal foi transcrita e enviada para o e-mail da Sr. Renato Justino Borges, o qual conferiu e fez correções no texto, enviando-o por e-mail em 11/12/14 para publicação nesta dissertação.

SENAC/SC. Caso o aluno tenha dúvidas relativas à bolsa, este deverá procurar a secretária acadêmica da Faculdade onde estuda. (SENAC-SC, 2011a).

Após assinatura do contrato, iniciam-se as obrigações dos bolsistas, sendo elas: 4 horas semanais dedicadas aos projetos de pesquisa, o que não gera qualquer tipo de ônus; não serão aceitas outras atribuições decorrentes de estágio, de vínculo empregatício entre outros. O estudante deverá dedicar-se às atividades prescritas pelo Coordenador do PICSENAC da faculdade, e as atividades de pesquisa e extensão propostas devem ser executadas, além de prestadas contas semestralmente para a coordenação da Bolsa que supervisionará as atividades desenvolvidas. (SENAC-SC, 2011a).

De acordo com o prescrito no Manual de Orientação do PICSENAC e em conversa com o Coordenador do Núcleo de Educação Superior, Sr. Renato Justino Borges⁴², **“são concedidas anualmente aos alunos ingressantes, 2 bolsas para cada curso. Esses alunos desenvolvem pesquisas de iniciação científica, a citar: PICSENAC 2012 com a seguinte proposta ‘O papel exercido pela mulher nos estabelecimentos comerciais de um *shopping center*: um estudo comparativo com relação da atuação feminina no comércio de rua, em Tubarão’; em 2013 ‘A utilização das mídias sociais como ferramentas para seleção e contratação de profissionais: pesquisa-diagnóstico em empresas da região de Tubarão – SC’ e em 2014 com o projeto ‘Proposição de um sistema de indicadores de gestão na área de comércio de bens, serviços e turismo’. Os projetos de extensão em 2012 e 2013 foram: ‘Aplicabilidade da gestão financeira no cotidiano das empresas’ e ‘A Estratégia de crescimento da empresa de operações portuárias no Porto de Imbituba frente às cinco forças competitivas’, respectivamente. Pesquisas estas que auxiliam no desenvolvimento da região e cidades circunvizinhas.”**

⁴² Informação obtida através de conversa informal realizada em 12/12/14, nas dependências da Faculdade SENAC-Tubarão/SC. A conversa informal foi transcrita e enviada para o e-mail da Sr. Renato Justino Borges, o qual conferiu e fez correções no texto, enviando-o por e-mail em 16/12/14 para publicação nesta dissertação.

3.2.3 Perfil socioeconômico dos(as) alunos(as) da Faculdade de Tecnologia SENAC Tubarão – Região da AMUREL

O Núcleo de Educação Superior da Faculdade de Tecnologia SENAC Tubarão tem como um dos critérios aplicar a pesquisa para identificar o perfil dos alunos ingressantes no primeiro semestre do ano e em cada curso: Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos - TGRH e de Tecnologia de Processos Gerenciais – TPG.

No ano de 2013, o curso Superior de Tecnologia em Recursos Humanos era “composto por 30 (trinta) alunos. Deste total, 22 (vinte e dois) alunos responderam ao questionário. Ressalta-se que, no dia em que foi aplicada a pesquisa, 8 (oito) alunos não estavam presentes por terem faltado à aula ou são remanescentes ou chegaram atrasados por algum motivo.” (SENAC-TB, 2013c, p. 1). Vale destacar que o curso Superior de Tecnologia em Processos Gerenciais é composto por 33 (trinta e três) discentes. Todos participaram da pesquisa. (SENAC-TB, 2013c).

Os dados da Tabela 10 foram extraídos do Relatório – Perfil do(a)s Aluno(a)s SENAC Tubarão/2013 dos Cursos Superiores de Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos - TGRH e Tecnologia em Processos Gerenciais – TPG.

Tabela 10 - Perfil dos alunos dos Cursos Superiores de TGRH e TPG - Faculdade de Tecnologia SENAC Tubarão/SC - 2013.

(Continua)

| Indicador(es) | Tipo(s) de Curso(s) | Quantidades de aluno(a)s respondentes | Opções de respostas | Quantidades |
|---------------|---------------------|---------------------------------------|---------------------|-------------|
| Sexo | Curso TGRH | 22 | Masculino | 2 |
| | | | Feminino | 20 |
| | Curso TPG | 33 | Masculino | 17 |
| | | | Feminino | 16 |
| Faixa etária | Curso TGRH | 22 | Até 25 anos | 13 |
| | | | Entre 25 e 40 anos | 6 |
| | | | Acima de 40 anos | 3 |
| | Curso TPG | 33 | Até 25 anos | 17 |
| | | | Entre 25 e 40 anos | 16 |
| | | | Acima de 40 anos | 0 |

(Continuação)

| Indicador(es) | Tipo(s) de Curso(s) | Quantidades de aluno(a)s respondentes | Opções de respostas | Quantidades |
|---|----------------------------|--|----------------------------|--------------------|
| Estado civil | Curso TGRH | 22 | Solteiro(a) | 15 |
| | | | Casado(a) | 4 |
| | | | Divorciado(a) | 1 |
| | | | Outros | 2 |
| | Curso TPG | 33 | Solteiro(a) | 21 |
| | | | Casado(a) | 8 |
| | | | Divorciado(a) | 0 |
| | | | Outros | 4 |
| Aluno(a)s que possuem graduação | Curso TGRH | 22 | Sim | 2 |
| | | | Não | 20 |
| | Curso TPG | 33 | Sim | 0 |
| | | | Não | 33 |
| Quantos anos, antes de ingressar no ensino superior, o(a)s aluno(a)s ficaram fora da escola | Curso TGRH | 22 | Até 1 ano | 6 |
| | | | Acima de 1 ano | 4 |
| | | | Entre 1 e 5 anos | 7 |
| | | | Mais de 5 anos | 5 |
| | Curso TPG | 33 | Até 1 ano | 10 |
| | | | Acima de 1 ano | 3 |
| | | | Entre 1 e 5 anos | 7 |
| | | | Mais de 5 anos | 13 |
| Quantidade de aluno(a)s provenientes de escolas públicas e privadas | Curso TGRH | 22 | Público | 20 |
| | | | Privado | 2 |
| | Curso TPG | 33 | Público | 30 |
| | | | Privado | 3 |

(Continuação)

| Indicador(es) | Tipo(s) de Curso(s) | Quantidades de aluno(a)s respondentes | Opções de respostas | Quantidades |
|-------------------------------|-------------------------|---------------------------------------|--------------------------------------|-------------|
| Tipo de empresa onde trabalha | Curso TGRH | 22 | Empresa individual | 1 |
| | | | Autônomo (profissional liberal) | 1 |
| | | | Familiar - até 10 funcionários | 3 |
| | | | Familiar - acima de 10 funcionários | 1 |
| | | | Pequena – até 10 funcionários | 8 |
| | | | Pequena – entre 10 a 50 funcionários | 5 |
| | | | Média – entre 50 a 100 funcionários | 3 |
| | Curso TPG ⁴³ | 33 | Empresa individual | 1 |
| | | | Autônomo (profissional liberal) | 0 |
| | | | Familiar - até 10 funcionários | 2 |
| | | | Familiar - acima de 10 funcionários | 1 |
| | | | Pequena – até 10 funcionários | 4 |
| | | | Pequena – entre 10 a 50 funcionários | 5 |
| | | | Média – entre 50 a 100 funcionários | 3 |
| Setores da economia | Curso TGRH | 22 | Primário | 2 |
| | | | Secundário | 9 |
| | | | Terciário | 11 |
| | Curso TPG ⁴⁴ | 33 | Primário | 7 |
| | | | Secundário | 13 |
| | | | Terciário | 11 |

⁴³ A quantidade de discentes não totaliza 33 respondentes, porque 2 discentes não trabalham.

⁴⁴ A quantidade de discentes não totaliza 33 respondentes, porque 2 discentes não trabalham.

(Continuação)

| Indicador(es) | Tipo(s) de Curso(s) | Quantidades de aluno(a)s respondentes | Opções de respostas | Quantidades |
|-------------------------------|-------------------------|---------------------------------------|--|-------------|
| Faixa salarial | Curso TGRH | 22 | Até R\$ 1.000,00 | 12 |
| | | | De R\$ 1.000,00 a R\$ 2.000,00 | 10 |
| | | | Acima de R\$ 2.000,00 | 0 |
| | Curso TPG ⁴⁵ | 33 | Até R\$ 1.000,00 | 14 |
| | | | De R\$ 1.000,00 a R\$ 2.000,00 | 10 |
| | | | Acima de R\$ 2.000,00 | 7 |
| Cargos que exercem na empresa | Curso TGRH | 22 | Gestor(a)/Proprietário(a) | 0 |
| | | | Funções administrativas (auxiliar, assistente ou analista) | 15 |
| | | | Funções gerenciais, sócios, diretores ou administradores | 0 |
| | | | Caixa, balconista ou vendedor | 1 |
| | | | Funções diversas: secretária, camareira, fiscal de segurança | 6 |
| | Curso TPG ⁴⁶ | 33 | Gestor(a)/Proprietário(a) | 4 |
| | | | Funções administrativas (auxiliar, assistente ou analista) | 13 |
| | | | Funções gerenciais, sócios, diretores ou administradores | 4 |
| | | | Caixa, balconista ou vendedor | 4 |
| | | | Funções diversas: secretária, camareira, fiscal de segurança | 6 |

⁴⁵ A quantidade de discentes não totaliza 33 respondentes, porque 2 discentes não trabalham.

⁴⁶ A quantidade de discentes não totaliza 33 respondentes, porque 2 discentes não trabalhavam.

(Concluído)

| Indicador(es) | Tipo(s) de Curso(s) | Quantidades de aluno(a)s respondentes | Opções de respostas | Quantidades |
|---|-------------------------|---------------------------------------|---|-------------|
| Objetivos e interesses pelo(s) curso(s) - podem assinalar mais de uma opção ⁴⁷ | Curso TGRH | 22 | Ascensão profissional | 6 |
| | | | Formação superior rápida | 1 |
| | | | Obter conhecimento técnico na área | 3 |
| | | | Crescimento pessoal e profissional | 16 |
| | | | Abrir o próprio negócio | 1 |
| | Curso TPG ⁴⁸ | 33 | Ascensão profissional | 0 |
| | | | Formação superior rápida | 0 |
| | | | Obter conhecimento técnico na área | 2 |
| | | | Crescimento pessoal e profissional | 27 |
| | | | Abrir o próprio negócio | 2 |
| Como soube do curso(s) ⁴⁹ | Curso TGRH | 22 | Indicação de Professores | 0 |
| | | | Indicação de funcionários | 1 |
| | | | Pela média (internet, Facebook, rádio, televisão, etc.) | 13 |
| | | | Por aluno(a)s | 5 |
| | | | Outros: Visita em escolas | 4 |
| | Curso TPG | 33 | Indicação de Professores | 1 |
| | | | Indicação de funcionários | 7 |
| | | | Pela média (internet, Facebook, rádio, televisão, etc.) | 8 |
| | | | Por aluno(a)s | 16 |
| | | | Outros: Visita em escolas | 1 |

Fonte: **Relatório**: perfil do(a) aluno(a) na educação superior. (2013c, p. 1-6).

De posse do Relatório Perfil do(a) aluno(a) na educação superior de 2013 foi observado que existem características próprias para cada curso frequentado pelos discentes. Os estudantes que optam por estudar e exercer a profissão de Tecnólogo em Gestão de Recursos Humanos são, na maioria, do sexo feminino (20 alunas) contra 2 alunos do sexo masculino. Diferentemente dos alunos que optam por estudar no curso de Tecnologia em Processos Gerenciais, cujo percentual equivale, aproximadamente, a 49% do sexo feminino e

⁴⁷ Nessa pergunta, o discente pode optar por mais de uma resposta, não fechando ao total de respondentes.

⁴⁸ A quantidade de discentes não totaliza 33 respondentes, porque 2 discentes não trabalhavam.

⁴⁹ Nessa pergunta, o discente pode optar por mais de uma resposta, não fechando ao total de respondentes.

51% do masculino. Em relação à faixa etária, os estudantes, na maioria têm até 25 anos, enquanto que no curso de TPG há mistura de jovens e adultos até 40 anos e, em ambos os cursos, os solteiros se destacam.

Na pergunta aos alunos sobre a escolaridade, somente 2 alunos do curso de TGRH possuem graduação completa. Porém, chama a atenção o tempo que os alunos respondentes ficaram fora da sala de aula: dos 33 alunos do curso de TPG, 13 alunos ficaram por mais de 5 anos fora do ambiente escolar. Já no TGRH há uma melhor distribuição de anos escolares.

Conforme demonstrado na Tabela 4 - quantidade de alunos por cor ou raça dos ensinos Fundamental, Médio e Superior por município da Região da AMUREL – 2010, do total de alunos respondes (55 alunos) nos dois cursos da Instituição, em 2013, 50 alunos são provenientes de escolas públicas e optam por estudar em instituições privadas, no período noturno, pois durante o dia trabalham em empresas de médio a grande porte, as quais têm suas atividades econômicas nos setores secundário e terciário. São 28 estudantes trabalhadores que ganham um salário de até R\$ 1.000,00 por mês, 20 discentes de R\$ 1.000,00 a R\$ 2.000,00 mensais, sendo que somente 7 alunos do curso de TPG recebem acima de R\$ 2.000,00 mensalmente, exercendo funções administrativas e diversas. Estes estudantes optam pelo Ensino Superior em busca de melhor qualificação, conhecimento técnico e, conseqüentemente, de crescimento pessoal e profissional em suas futuras e respectivas profissões.

Para finalizar, os alunos da Faculdade de Tecnologia SENAC Tubarão tomam conhecimento dos cursos por meio da mídia, como Facebook, rádio, televisão, por alunos, dentre outras formas de divulgação.

Assim como mencionado anteriormente pelo SENAC/DN, um dos objetivos é promover a inclusão social por meio da oferta de educação profissional de qualidade através dos programas PRONATEC e PSG, que aos poucos vêm promovendo a inserção de jovens e adultos no ambiente social e profissional. O estudo apontou que a maioria está concentrada na faixa etária entre 18 a 44 anos, do sexo feminino, solteiras, e da cor/raça parda. No que tange à escolaridade, a maioria possui ensino Médio completo e estudou em escolas públicas. Os alunos durante a realização do curso procuraram ingressar no mercado de trabalho. As pessoas com deficiências estão presentes nas instituições SENAC espalhadas pelo Brasil, sendo que em 2013 foram 1.933 estudantes no PRONATEC e 3.862 pessoas no PSG (Quadros 3 e 4). A Instituição também esclarece que existe um certo receio por parte do aluno de se autodeclarar possuidor de algum tipo de deficiência, no momento do preenchimento do formulário. O Programa SENAC de Acessibilidade está atento a essas demandas e pretende

fazer um estudo mais aguçado sobre a educação inclusiva de pessoas com deficiências, para que estas não sintam medo ou vergonha de se autodeclarar com deficiência.

Outra estratégia para promover a inclusão dos brasileiros é o Programa SENAC Móvel, que percorre cidades distantes, isoladas, de difícil acesso, através de carretas e balsas escolas que levam educação de qualidade às pessoas que lá vivem. O Jovem Aprendiz é outra opção de educação inclusiva atendendo jovens de 14 a 24 anos que conciliam estudos, aprendizagem e qualificação e no contraturno estão aprendendo nas empresas, trabalhando sob orientação dos profissionais da educação SENAC e das empresas onde estão inseridos.

Além dos programas citados, as parcerias sociais e as ações sociais como o Vira Vida, atendendo a meninos e meninas entre 16 e 21 anos de idade que sofreram exploração sexual; o Maria Marias, que qualifica mulheres presidiárias para reinserção ao mercado de trabalho e a família; o Programa Soldado Cidadão, que qualifica os militares para atuarem nos quartéis ou após o desligamento do quartel para atuar em outra função; a reinserção social de mulheres, idosos e de pessoas que cometeram pequenos delitos e roubos – o SENAC está preocupado em estimular e promover a inclusão dos excluídos na sociedade através da educação profissional.

Assim como definido nas diretrizes do SENAC/DN, o SENAC/SC e SENAC/TB seguem as mesmas diretrizes nacionais. O SENAC/TB participa ativamente na Região da AMUREL e cidades circunvizinhas ofertando cursos em diversas áreas (Quadro 5) e atende alunos pelo PRONATEC, PSG e alunos pagantes. O Programa SENAC de Acessibilidade também se faz presente, entre 2013 e 2014, pois foram 4 estudantes com deficiências (esquizofrenia e auditiva) atendidos pela Instituição com profissionais capacitados para essa demanda. Outra ação inclusiva foram os cursos oferecidos aos apenados do presídio feminino e masculino da cidade, para que estes tenham qualificação após a saída da penitenciária e possibilidade de reinserção no mercado de trabalho. Os serviços gratuitos, como cortes de cabelos, penteados, design de sobrancelhas, aferição de pressão arterial dentre outros, oferecidos à população é outra forma de promover e disseminar as ações inclusivas.

Essa diversidade de alunos com e sem deficiências, independentemente da condição social e econômica, de gênero ou cor/raça faz com que a Instituição pratique a inclusão de jovens e adultos no ambiente estudantil, qualificando-os para sua inserção na sociedade e no mercado de trabalho. É claro que somente essa ação não é suficiente para que o sujeito sintá-se incluído na sociedade e no mercado de trabalho, por meio dos programas e ações promovidas pela Instituição, mas isso evidencia que o SENAC/TB está preocupado com a educação inclusiva à luz da diversidade.

No que se refere à educação inclusiva à luz da diversidade para a educação superior, a Faculdade de Tecnologia SENAC Tubarão apresenta vários indícios de práticas de educação inclusiva para acesso à educação superior para as pessoas com dificuldades socioeconômicas, a citar: a bolsa de estudos do Artigo 170 e 171, o PROUNI, o FIES e a bolsa PICSENAC. O estudante tem a oportunidade de se qualificar por meio das bolsas de estudos, independentemente da sua cor ou raça e de gênero. Para isso, basta se inscrever no processo, apresentar toda a documentação exigida e aguardar os resultados classificatórios. Vale ressaltar que até o momento da pesquisa, nenhum aluno aderiu ao FIES.

4.REFLEXÃO SOBRE A EDUCAÇÃO INCLUSIVA DO(A)S ALUNOS(A) DO ENSINO SUPERIOR DA FACULDADE DE TECNOLOGIA SENAC TUBARÃO – REGIÃO AMUREL

A proposta deste capítulo é refletir sobre a educação inclusiva à luz da diversidade dos alunos que compõem o Ensino Superior da Faculdade de Tecnologia SENAC de Tubarão – Região da AMUREL, sul do Estado de Santa Catarina, no que tange às questões socioeconômicas que sofrem interferências das categorias de gênero e das questões de cor ou raça, dentre outras.

Como informei na Introdução, os dados foram coletados através de um questionário com 27 perguntas abertas e 1 fechada que permitiu ao aluno responder livremente, inclusive emitir sua opinião a respeito da questão, de modo que foi possível obter um levantamento de opiniões. Após sua aplicação, efetuei a tabulação dos dados e estes foram representados em gráficos (quando necessário), para facilitar a interpretação das respostas, identificando o perfil do aluno. O curso Superior de Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos é composto por 25 (vinte e cinco) alunos, sendo 13 alunos do 2º semestre e 12 alunos do 4º semestre. Deste total, 23 (vinte e três) alunos responderam ao questionário. Em relação ao curso de Processos Gerenciais são 54 (cinquenta e quatro) alunos. Destes, 24 (vinte e quatro) estudam no 2º semestre e os demais, no 4º semestre. Deste montante, 34 (trinta e quatro) alunos responderam ao questionário. Ressalto que no dia em que foi aplicado o questionário sobre o perfil do aluno, alguns alunos não estavam presentes por terem faltado à aula ou por serem alunos remanescentes⁵⁰ ou chegaram atrasados por algum motivo, totalizando 22 alunos que não responderam ao questionário.

A seguir, o resultado da pesquisa sobre o perfil do aluno.

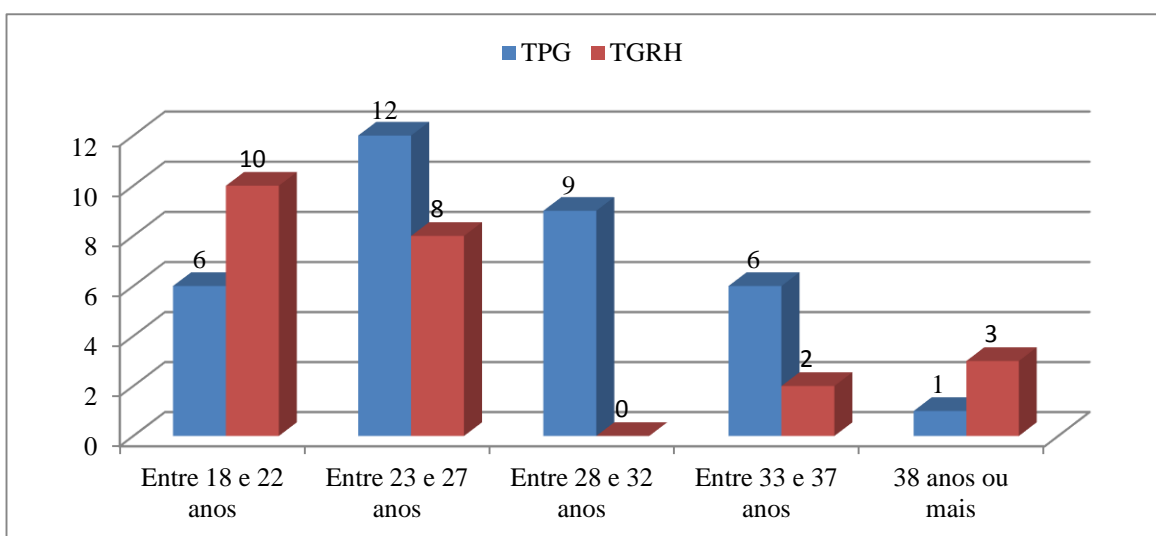
4.1 CARACTERÍSTICAS GERAIS DOS ALUNOS DA FACULDADE DE TECNOLOGIA SENAC - TUBARÃO/SC

Os gráficos a seguir demonstram a faixa etária, o sexo, a cor ou raça, os tipos de preconceitos vividos/sofridos e o estado civil dos estudantes da Instituição.

⁵⁰ De acordo com a normativa 001/14 de 20/02/2014, os alunos remanescentes são os discentes que não cursam todas as disciplinas no semestre e também não estão vinculados a nenhum curso superior, por não terem participado do processo seletivo da Instituição. (SENAC/SC, 2014).

A faixa etária não implica diretamente no objeto de estudo, uma vez que este sujeito está matriculado na educação superior, mas, sim, a predominância do sexo, da cor ou raça, o estado civil e os preconceitos que estes sujeitos sofrem nos cursos superiores, que impactam diretamente na pesquisa, que será vista a seguir.

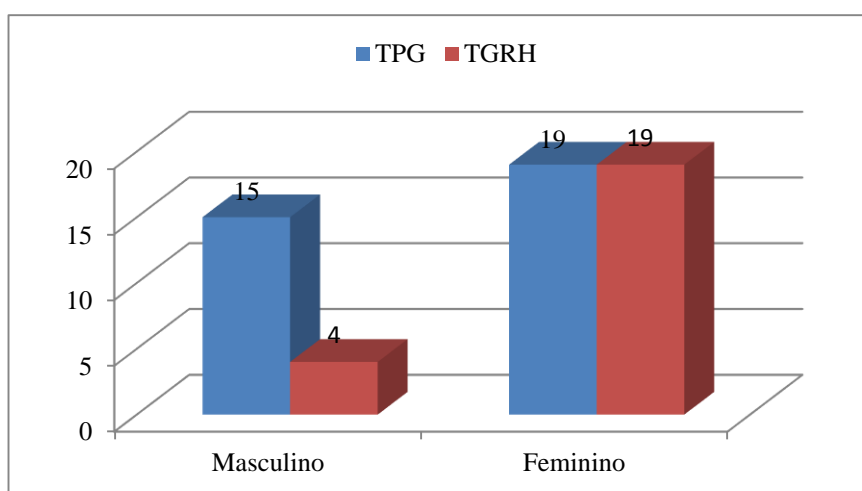
Gráfico 2 – Faixa etária dos alunos dos cursos Superiores de Tecnologia em Processos Gerenciais (TPG) e em Gestão de Recursos Humanos (TGRH) da Faculdade de Tecnologia SENAC Tubarão/SC, 2014.



Fonte: Elaboração da autora, 2014.

Analisando a faixa etária dos alunos do Ensino Superior da Faculdade SENAC, percebe-se que os alunos do curso de TPG estão entre 23 e 32 anos, diferentemente dos alunos do curso de TGRH que estão distribuídos entre 18 e 27 anos, caracterizando um público jovem.

Gráfico 3 – Sexo dos alunos dos cursos Superiores de Tecnologia em Processos Gerenciais (TPG) e em Gestão de Recursos Humanos (TGRH) da Faculdade de Tecnologia SENAC Tubarão/SC, 2014.



Fonte: Elaboração da autora, 2014.

Após muitas lutas e conquistas durante séculos, a mulher passou a ter direito ao acesso à educação. Com o direito adquirido, a mulher alfabetizada tem como uma das poucas e primeiras profissões, o magistério. Isso aconteceu, “com a expansão do ensino público primário, nos últimos anos do Império, sobretudo a partir de 1860, as mulheres assumem a função de professoras, fazendo parte do quadro de funcionários em várias províncias.” (NAKAYAMA, 2007, p. 70). Além da função de professora, a mulher ainda atua em setores da economia menos privilegiados, como empregada doméstica e trabalhadoras rurais, por exemplo (NAKAYAMA, 2007), sendo que

essas questões nos fazem recordar algumas cenas do cotidiano escolar. As brincadeiras de meninos e meninas no recreio. Elas, cozinheiras, cabelereiras, fadas, mamãezinhas, enfermeiras ou dançarinas do *Tchan* ou do *Funk*. Eles, índios, ladrões de gado, bandidos, policiais, super-homens, tigres ou qualquer outro elemento agressivo em oposição à passividade das brincadeiras femininas. (VIANA, 2003:48 apud NAKAYAMA, 2007, p. 131).

Com tantas discussões e em pleno século XXI, as crianças continuam vivenciando essas brincadeiras tipicamente femininas ou masculinas nas escolas e na família incentivadas, ou melhor, manipuladas por uma sociedade capitalista e dominadora. É necessário libertar as crianças desses pensamentos preconceituosos e torná-las crianças, jovens e adultos com pensamentos críticos-reflexivos.

Outras profissões vão surgindo para atender aos interesses e às necessidades do mercado. O Gráfico 3 identifica, no curso de TGRH, a presença quase que unânime das

mulheres. Tal predominância das mulheres nesse curso se dá pelo paradigma da profissão, destinada a elas no passado, por serem consideradas sensíveis e detalhistas. Tratava-se de um trabalho burocrático e rotineiro, por exemplo, a realização de folhas de pagamento, processos de admissão e demissão. O salário era baixo e os homens não tinham interesse, conforme depoimento de Renata Wright concedido ao site da Exame.com/Revista Você RH⁵¹, gerente de divisão de RH (Recursos Humanos) da Michael Page, dizendo que “a área de RH era considerada o patinho feio das estruturas organizacionais, e os homens mais ambiciosos fugiam para as linhas de negócio — que ofereciam mais *status* e pagavam mais.”. (BOTTONI, 2014, p.1). Renata Wright continua: “O público masculino sempre foi mais arrojado e ambicioso e, por isso, a área acabava ficando com mais mulheres.”. (BOTTONI, 2014, p.1). “Hoje, o RH passou a ser uma alternativa, e não apenas uma consequência na vida dos grandes executivos.”. (BOTTONI, 2014, p.1). Tal afirmação pode ser constatada entre as alunas ativas no curso de TGRH, no qual se observa a participação masculina, o que significa a inclusão de homens em um ambiente antes somente feminino, caracterizando a educação inclusiva à luz da diversidade.

Hoje, essa situação está mudando, o setor de recursos humanos e/ou gestão de pessoas entre outras nomenclaturas modernas, tornou esse departamento uma área estratégica nas organizações focadas nas relações humanas e no planejamento estratégico da empresa. Tornou-se um setor nobre, gerador de status e, conseqüentemente, o salário desperta o interesse do público masculino, como citado anteriormente. (BOTTONI, 2014).

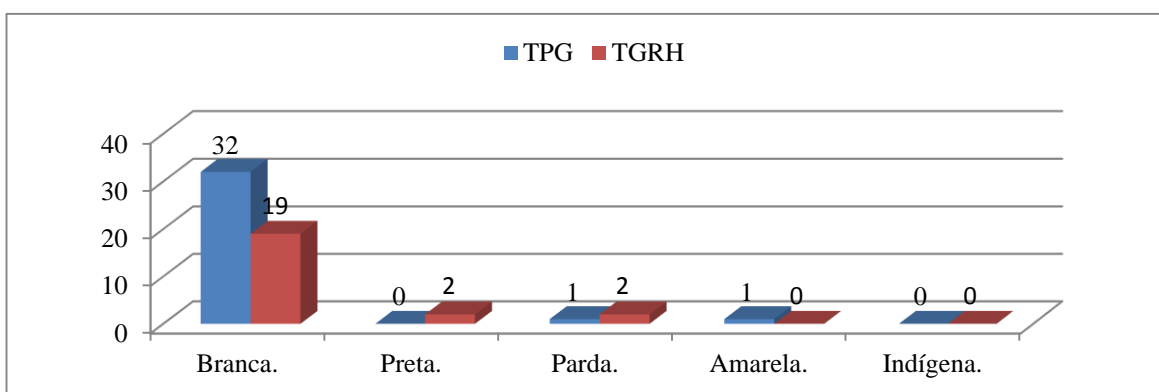
A consequência curiosa dessa migração é que a área de recursos humanos - tradicionalmente feminina - está sendo dominada pelos homens. De acordo com a pesquisa *Top Executive Compensation*, feita com 322 empresas pela consultoria *Hay Group*, a concentração de mulheres no RH vem diminuindo, especialmente quando consideramos o primeiro nível. O estudo aponta que, em 2008, 21% das executivas participantes da pesquisa ocupavam a diretoria de recursos humanos. Em 2013, essa fatia caiu para apenas 14%. Sim, uma das explicações para esse fenômeno é o fato de mais mulheres terem optado por carreiras em outras áreas da empresa. (BOTTONI, 2014, p.1).

O Gráfico 3 apresenta, visivelmente, uma distribuição quase que uniforme entre homens e mulheres no curso de TPG. Assim como o homem está ingressando na área de recursos humanos, a mulher percebeu que pode também ingressar e trabalhar em outras áreas que antigamente eram destinadas aos sujeitos do sexo masculino.

⁵¹ Apesar de não ser uma revista de natureza científica, a Exame.com/Revista Você RH é uma revista de grande circulação nacional, que tem como público, sobretudo, setores empresariais, de modo que entendi ser interessante apresentar as problemáticas difundidas de determinadas ideias sobre o objeto na relação de recursos humanos e gênero, pois como meio de comunicação, a revista pode ser como formadora de opinião.

Outro ponto que merece ser destacado em relação ao gênero: a Região da AMUREL tem predomínio do sexo feminino (169.595) em relação ao masculino (165.733 homens), o que contribui para o fortalecimento feminino na educação superior, bem como a presença da mulher no mercado de trabalho, conforme demonstrado nas Tabelas 1 e 9.

Gráfico 4 – Cor ou raça dos alunos dos cursos Superiores de Tecnologia em Processos Gerenciais (TPG) e em Gestão de Recursos Humanos (TGRH) da Faculdade de Tecnologia SENAC Tubarão/SC, 2014.



Fonte: Elaboração da autora, 2014.

Dos 57 alunos respondentes de ambos os cursos, 51 são brancos. Os indivíduos de cor ou raça branca compõem a maioria que cursam o Ensino Superior na Faculdade SENAC Tubarão e também, conforme mencionado na Tabela 4 - Quantidade de alunos por cor ou raça dos ensinos Fundamental, Médio e Superior por município da Região da AMUREL - 2010. Somente 6 alunos identificaram-se como não sendo da cor ou raça branca. Embora seja possível observar uma pequena parcela de participação de indivíduos da cor ou raça preta, parda e amarela na educação superior da Faculdade SENAC,

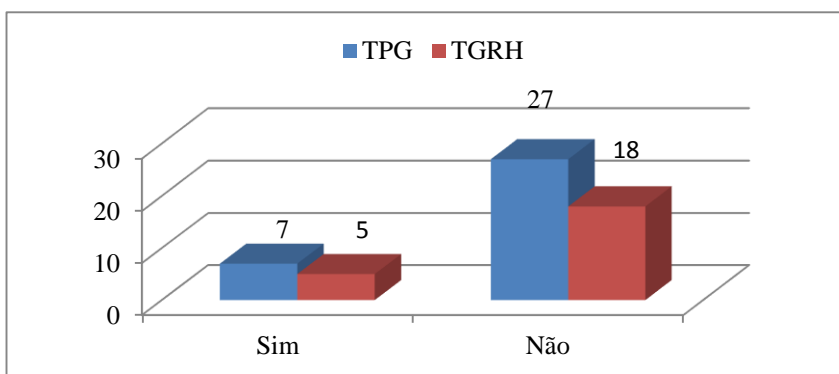
[..] a inclusão dos negros em todos os setores sociais, da educação ao mercado, em situação de equidade na conquista dos benefícios sociais, representa mais um desafio em uma sociedade excludente, que determinou o lugar de um homem, de uma mulher, de um homem negro, de uma mulher negra. Lugar ainda não aberto a todos, mas, que hoje discutido em diferentes instâncias sociais, definido na legislação, pressionado pela evolução de uma sociedade, que, pode firmar-se para incluir todos os cidadãos. (NAKAYAMA, 2007, p. 61).

Nakayama (2007) utiliza o termo cor ou raça “negra”. Todavia, a referência “negra e/ou negros” nos remete para a cor ou raça preta, de acordo com a nomenclatura do IBGE/Censo Demográfico, 2010. Ao reportamos a Região da AMUREL, os indivíduos da cor ou raça preta, parda, amarela e indígena na educação superior da Faculdade SENAC também

são a minoria. São 21.902 brancos contra 1.133 pessoas, somadas pretas, pardas, amarelas e indígenas, representando 5,17% da população universitária dos dezoito municípios que compõem a Região da AMUREL. Se fizermos outra análise, poderemos ter a seguinte situação: dos 70.958 estudantes que concluíram o ensino médio na Região da AMUREL somente 23.035 indivíduos concluíram o Ensino Superior, uma queda de 32,46%.

No entanto, eu não saberia explicitar quais foram os reais motivos desse declínio. Apenas posso supor que talvez estejam relacionadas às questões financeiras; às questões motivacionais como o desinteresse pelos estudos e comodismo; pela falta de vontade em obter conhecimento científico; pela não valorização da qualificação no ambiente profissional; pela não aprovação nos processos seletivos universitários, escassez de transporte coletivo para as faculdades e universidades; longas jornadas dentro do transporte coletivo para ir e vir à instituição de ensino e o cansaço dos alunos, que trabalham de dia e estudam à noite, dentre outras razões. Eis aí alguns fatores que podem servir para um estudo futuro.

Gráfico 5 – Os alunos dos cursos Superiores de Tecnologia em Processos Gerenciais (TPG) e em Gestão de Recursos Humanos (TGRH) sofreram preconceitos? - Faculdade de Tecnologia SENAC Tubarão/SC, 2014.



Fonte: Elaboração da autora, 2014.

Ao contrário do que se pensa, não somente sujeitos pardos, amarelos e pretos sofrem preconceitos. A pesquisa mostrou que dos alunos pesquisados, 12 alunos sofrem preconceitos, de acordo com o Gráfico 5, sendo 7 do curso de TPG e 5 do TGRH.

Os alunos do curso de TPG responderam que sofrem os seguintes preconceitos: *bullying* (2 discentes) “por ser policial”, “quando iniciei minha profissão era julgado muito novo” e, por fim, 2 alunos informaram que sofreram preconceitos, porém não descreveram qual o tipo de preconceito sofrido. São alunos do 4º semestre e um estudante do 2º semestre,

que registrou ter sofrido muito na infância com chacotas, piadas por ter dislexia e, agora, na fase adulta, aprendeu a controlar e está se acostumando com tal situação.

Os estudantes do curso de TGRH disseram que sofrem discriminação de racismo (2 discentes), alertando que o “racismo é crime inafiançável pela Constituição de 1988 e se aplica a todos os cidadãos e instituições, sendo função social da escola organizar ações específicas para a eliminação.”. (NAKAYAMA, 2007, p. 127). As demais discriminações foram: obesidade e estatura baixa. Esses discentes pertencem ao 2º e 4º semestres e um aluno do 2º semestre respondeu que sofre preconceitos de classe social. O preconceito, por sua vez, pode apresentar-se de várias formas e facetas ludibriando quem os recebe, de maneira que

a experiência do preconceito pode se apresentar também na forma de gestos e expressões: risos, sarcasmo, gozações, voz baixa, cochicho revelam um gesto de preconceito de quem não quer tornar público seu pensamento. O preconceito é latente na fala, no tom de voz, no olhar, na linguagem do corpo. (NAKAYAMA, 2007, p. 126).

A pessoa que sofre preconceito o identifica no outro (neste caso, agressor), seja através da forma verbal ou não-verbal. Neste caso, o estudante que respondeu que sofre preconceitos de racismo recebe mensalmente até R\$ 1.000,00, mas sua família tem uma renda familiar acima de R\$ 4.001,00 por mês. Este possui carro e pratica atividades de lazer e cultura indo ao cinema, a restaurantes, lanchonetes e locais similares, vai à praia e viaja com a família e amigos. Mora com a família de 3 pessoas, sendo a moradia de propriedade da família.

Já outra discente recebe entre R\$ 1.001,00 a R\$ 2.000,00 por mês e sua renda familiar entre R\$ 2.001,00 a R\$ 4.000,00. Possui carro e pratica atividades de lazer e cultura indo ao cinema, restaurantes, lanchonetes e similares, adquire livros, vai à praia e viaja com a família e amigos. Mora com a família de 4 pessoas, e moradia também é de propriedade da família.

No entanto, o aluno de cor ou raça branca relata ser excluído devido a sua atual classe social, recebendo salário que varia entre R\$ 1.001,00 a R\$ 2.000,00, sendo a renda da família também acima de R\$ 4.001,00 por mês. Possui carro, motocicleta, mora com a família de 2 pessoas, moradia própria e pratica atividades de lazer e cultura indo ao cinema, restaurantes, lanchonetes e afins. Diante dos dados socioeconômicos da Região da AMUREL, a renda domiciliar deste aluno está acima da média, porém não é suficiente para atender aos seus anseios, pois é perceptível que ele tem interesse de pertencer a outro grupo social.

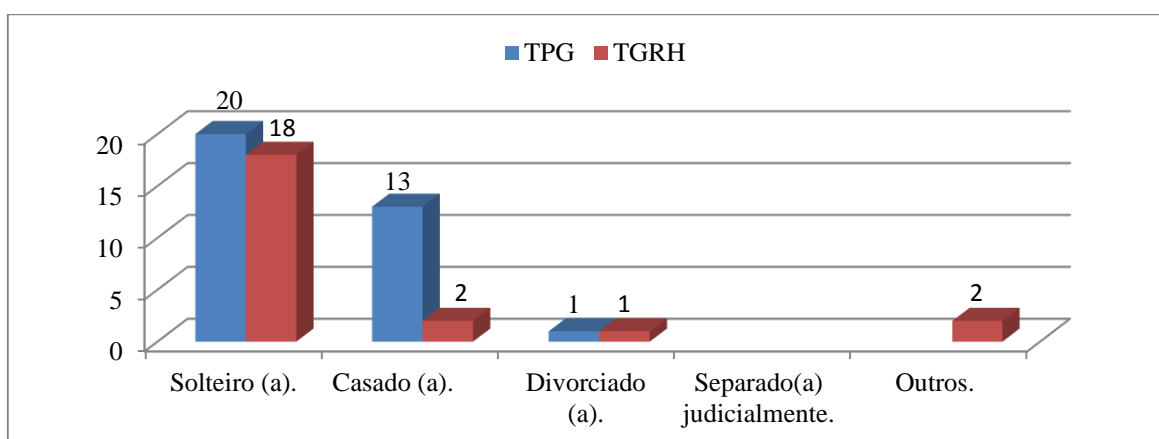
Ao fazer a análise sob o ponto de vista da educação inclusiva à luz da diversidade, que é a proposta aqui expressa, percebo que todos os alunos estão incluídos no contexto escolar. Porém, o que os aflige é se sentirem excluídos do meio onde supostamente estão inseridos.

São os mais variados os tipos de preconceitos existentes. Mas, de acordo com o estudo proposto inicialmente, identifiquei a discriminação por cor ou raça e a condição socioeconômica dos sujeitos e não as questões de gênero. Ambas as situações estão presentes no curso de TGRH. Como citado anteriormente, inclusão e exclusão caminham juntas e Nakayama contribui dizendo que

a pessoa pode estar incluída em um grupo social e, ao mesmo tempo, sentir-se excluída de outro. Inclusão e exclusão revezam-se, então, como processos de pertencimento ou segregação, atingindo as pessoas que, em alguma situação, lugar ou ocasião, são consideradas diferentes. (NAKAYANA, 2007, p. 17).

Como constatei, pensar em educação inclusiva à luz da diversidade é pensar e repensar nas mudanças de comportamento, de mentalidade, de leis, de como ver o ser humano e como essas relações humanas ocorrem entre si; é pensar e agir sob outra ótica para compreender a inclusão na e para a diversidade. Vale reforçar que as demais situações apresentadas também são categorias da diversidade, porém não são alvo de estudo desta dissertação. Independentemente do tipo de exclusão que estes sujeitos estão sofrendo, tanto a Declaração de Salamanca como a Constituição Federal não abordam essas categorias que necessitam ser incluídas na vida social, acadêmica e profissional.

Gráfico 6 – Estado civil dos alunos dos cursos Superiores de Tecnologia em Processos Gerenciais (TPG) e em Gestão de Recursos Humanos (TGRH) da Faculdade de Tecnologia SENAC Tubarão/SC, 2014.



Fonte: Elaboração da autora, 2014.

Assim, como demonstrado nas Tabelas 1 e 10, o Gráfico 6 evidencia a presença de solteiros em ambos os cursos superiores da Instituição. Destaco a presença de estudantes casados no curso de TPG, talvez por terem uma faixa etária mais amadurecida e/ou pelo próprio desejo de se casar, em relação aos estudantes de TGRH. As demais situações apresentam-se em menor proporção, com exceção do estado civil “separado(a) judicialmente”, que aparece nulo.

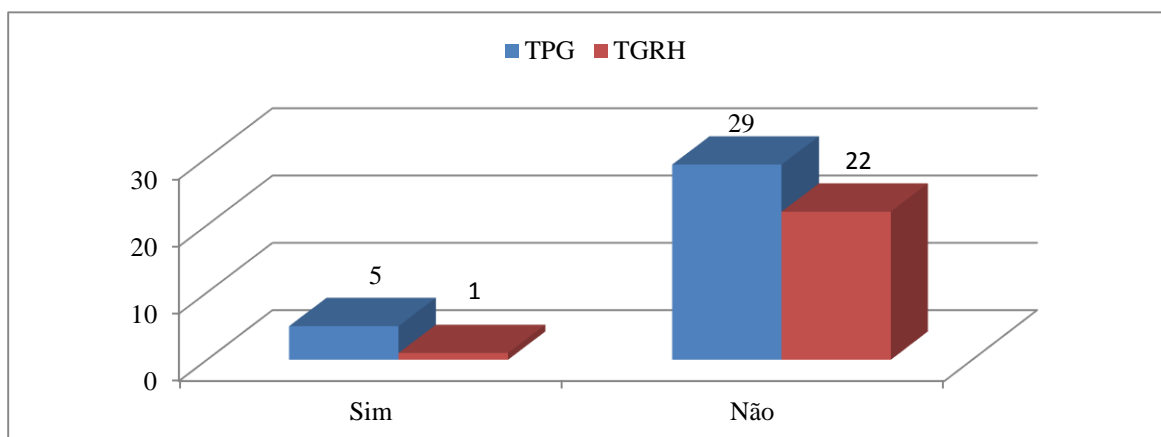
A situação do estado civil dos estudantes impacta nas questões socioeconômicas, ou seja, se moram com os pais ou se têm sua própria família e assumem 100% das despesas. Se os valores salariais, por exemplo, proporcionam lazer e/ou aquisição da casa própria, que será visto nos próximos gráficos.

A seguir, serão observadas as características sobre a formação escolar dos estudantes da Faculdade SENAC Tubarão.

4.2 CARACTERÍSTICAS SOBRE A FORMAÇÃO ESCOLAR

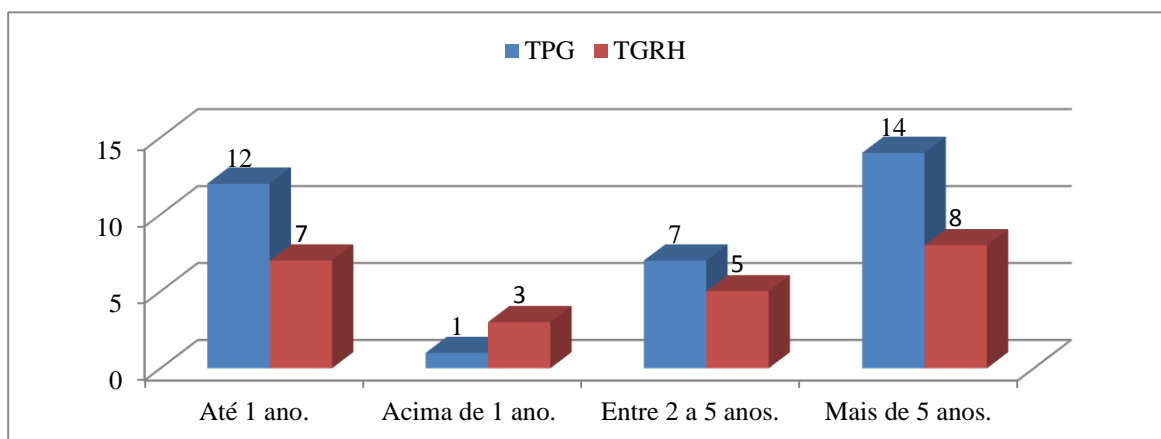
Neste subitem apresento alguns dados sobre a formação escolar dos indivíduos que compõem a educação superior da Instituição em estudo. Se estes possuem formação em nível de graduação, quanto tempo ficaram fora da escola antes de ingressar na graduação, e se estudaram em escolas públicas ou privadas no ensino Fundamental e Médio. Os Gráficos 7, 8 e 9 retratam a formação escolar dos alunos da educação superior, conforme visto a seguir.

Gráfico 7 – Quantidade de alunos dos cursos Superiores de Tecnologia em Processos Gerenciais (TPG) e em Gestão de Recursos Humanos (TGRH) que possuem graduação na Faculdade de Tecnologia SENAC Tubarão/SC, 2014.



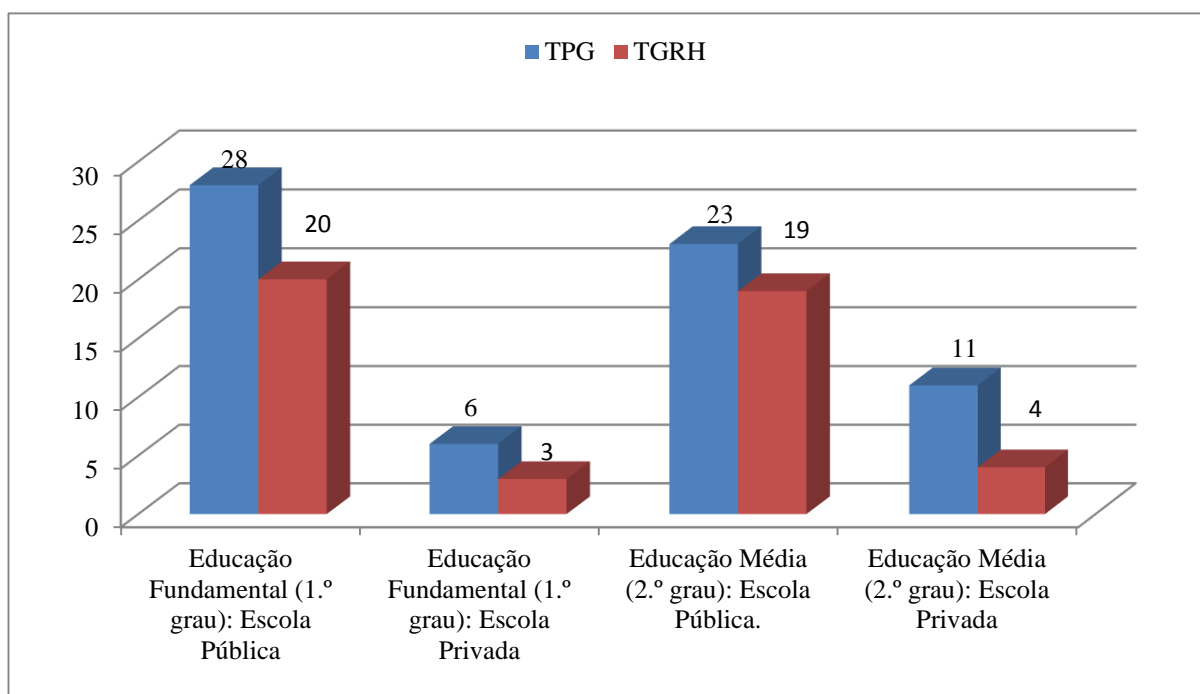
Fonte: Elaboração da autora, 2014.

Gráfico 8 – Quantidade de alunos dos cursos Superiores de Tecnologia em Processos Gerenciais (TPG) e em Gestão de Recursos Humanos (TGRH) que ficam fora da escola antes de ingressarem no curso superior da Faculdade de Tecnologia SENAC Tubarão/SC, 2014.



Fonte: Elaboração da autora, 2014.

Gráfico 9 – Quantidade de alunos dos cursos Superiores de Tecnologia em Processos Gerenciais (TPG) e em Gestão de Recursos Humanos (TGRH) que estudaram em escolas públicas e privadas antes de ingressarem em um curso superior da Faculdade de Tecnologia SENAC Tubarão/SC, 2014.



Fonte: Elaboração da autora, 2014.

Dos 57 alunos matriculados, apenas 6 alunos possuem outra graduação completa, além da que estão estudando nos cursos de tecnologia.

No curso de Tecnologia em Processos Gerenciais, são 5 alunos que já possuem graduação. Estes alunos têm formação em Administração, Relações Internacionais, Sistema Automação/Automação Industrial e Licenciatura em Matemática. Um aluno não citou sua formação escolar, a qual concluiu.

Já no curso de Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos, apenas um discente possui graduação: Tecnologia em Processos Gerenciais.

Estes dados talvez possam estar diretamente ligados ao índice de desenvolvimento da educação e observa-se uma significativa melhora a partir do ano 2000, decorrente da expansão de instituições de Ensino Superior nos anos 90. Maluf, Mattei e Lins acreditam que

essa expansão incluiu tanto a transformação de fundações universitárias do interior do estado em universidades regionais, com a conseqüente (*sic*) multiplicação dos cursos, como também (talvez principalmente) o crescimento do número de unidades de instituições de ensino superior. (MALUF; MATTEI; LINS, 2006, p. 103).

Houve ampliação de novas instituições de Ensino Superior, novos cursos superiores voltados para áreas afins e com uma carga horária menor, como os cursos superiores de tecnologia (tecnólogos) ofertados pelas Faculdades SENAC.

Em relação ao tempo que estes alunos ficaram fora do ambiente escolar, antes de ingressarem no Ensino Superior, tem-se duas situações extremas para ambos os cursos: 19 alunos permaneceram menos de um ano fora da faculdade, o que comprova que ao finalizarem o ensino médio, logo se inscreveram no processo seletivo para ingressarem na educação superior. Porém, 22 alunos ficaram mais de 5 anos fora do ambiente escolar.

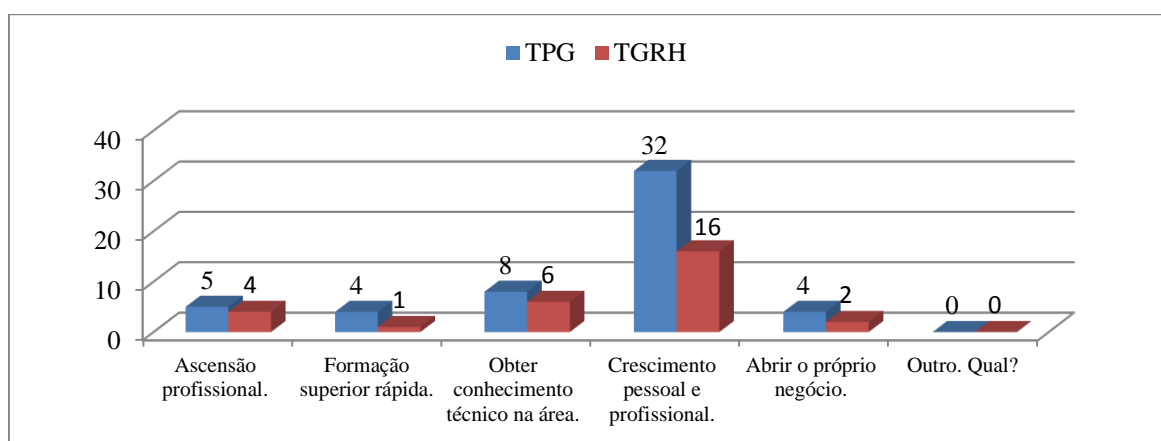
O Gráfico 9 aponta situações interessantes: a soma dos alunos dos cursos de TPG e TGRH totalizam 90 alunos, que durante sua infância e adolescência estudaram em escolas públicas e 24 alunos em escolas particulares. Essa mesma situação é demonstrada na Tabela 5, quando retrata a situação dos estudantes da Região da AMUREL. Estes sujeitos estudam boa parte de suas vidas em escolas públicas e quando chegam à fase adulta para ingresso na educação superior, são obrigados a pagar seus estudos para conseguir acesso ao conhecimento e qualificação profissional, divergindo do próprio percurso anteriormente utilizado, pois precisam trabalhar para contribuir nas despesas domésticas, o que será visto no Gráfico 23.

Ao retomar os escritos de Cavallari (2009), destaca-se a necessidade de pensar e repensar sobre os discursos e práticas inclusivas. Trata-se de uma maneira para desviar o “olhar” dos problemas sociais, transferindo-o para as novas nomenclaturas dos discursos sedutores.

4.3 INTERESSE PELA FACULDADE SENAC

A seguir, os Gráficos 10 e 11 não implicam diretamente no objeto de estudo, mas contribuem nos indicadores socioeconômicos, retratando o interesse dos alunos em estudar na Faculdade SENAC Tubarão. Os alunos destacaram os principais objetivos e interesses pelo curso e souberam dos cursos ofertados através das ferramentas digitais, como a internet, e-mail, Google, Facebook e o site do SENAC.

Gráfico 10 – Principal (is) objetivo(s) e interesse(s) dos alunos dos cursos Superiores de Tecnologia em Processos Gerenciais (TPG) e em Gestão de Recursos Humanos (TGRH) pela Faculdade de Tecnologia SENAC Tubarão/SC, 2014.



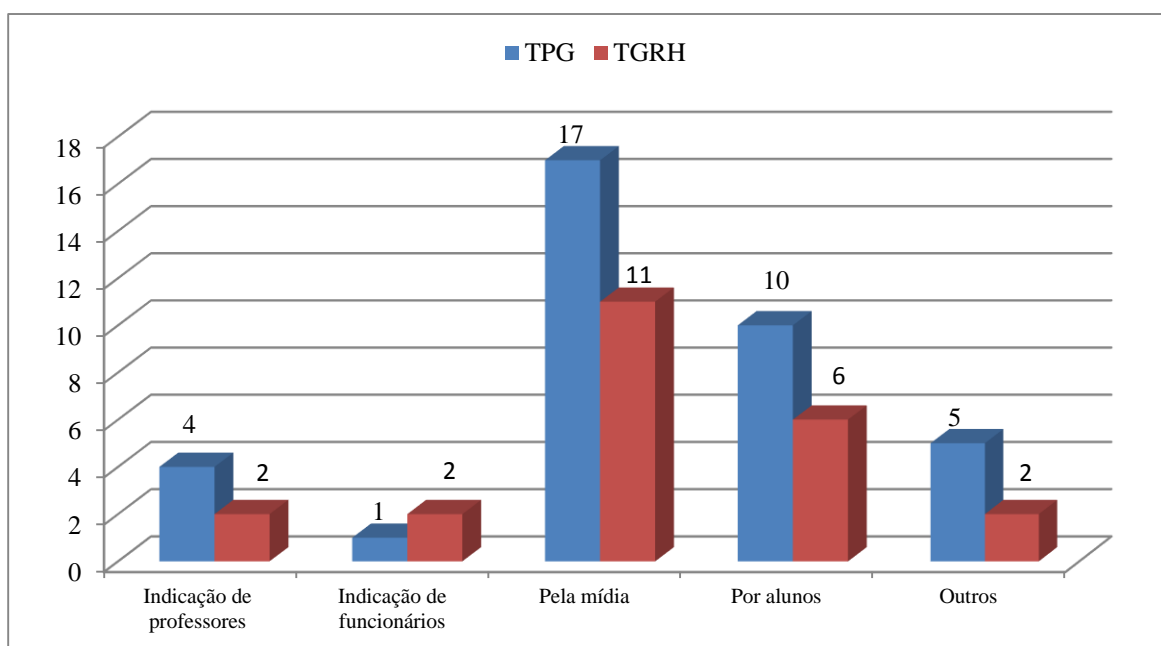
Fonte: Elaboração da autora, 2014.

Os discentes da educação superior querem crescimento pessoal e profissional em primeiro lugar. Se unirmos a opção ascensão profissional com 9 respostas, logo teremos 57 respostas que indiretamente nos levam a pensar em melhores salários que poderão proporcionar satisfação pessoal, como a realização de atividades de lazer e cultura, aquisição da casa própria. Posteriormente, o conhecimento técnico na área foi a opção para 14 alunos que escolheram os cursos tecnológicos da Instituição. Além de oferecer conhecimento específico na área de interesse do aluno, estes possuem uma carga horária menor que os cursos de graduação/bacharel, por exemplo. O tino empreendedor aparece para 6 alunos que têm pretensão de abrir o próprio negócio, conseqüentemente, trata-se de busca pela realização pessoal e profissional.

Essas características comprovam a diversidade de opiniões e interesses existentes no meio escolar. Ao ingressar na vida acadêmica, os estudantes esperam manter ou elevar as condições sociais e econômicas existentes. Querem permanecer ou ascender a outro grupo

social para se sentirem incluídos na sociedade. A formação escolar do indivíduo tem relevância na sua vida social e profissional.

Gráfico 11 – Veículo de conhecimento dos cursos Superiores de Tecnologia em Processos Gerenciais (TPG) e em Gestão de Recursos Humanos (TGRH) pela Faculdade de Tecnologia SENAC Tubarão/SC, 2014.



Fonte: Elaboração da autora, 2014.

Entretanto, no Gráfico 11, observa-se que ao serem questionados como conheceram os cursos de tecnologia da Faculdade SENAC Tubarão, 28 alunos tiveram conhecimento pela mídia. Dentre os veículos de comunicação citados, o destacam-se: a internet e o e-mail (14 discentes), site (1 aluno), TV (3 alunos), jornal (3 alunos), panfletos (4 alunos), Facebook (1 aluno), Google (1 aluno) e Outdoor (1 aluno). Seguidos de indicação de alunos (16 discentes), de professores (6 discentes) e de funcionários (3 discentes), respectivamente.

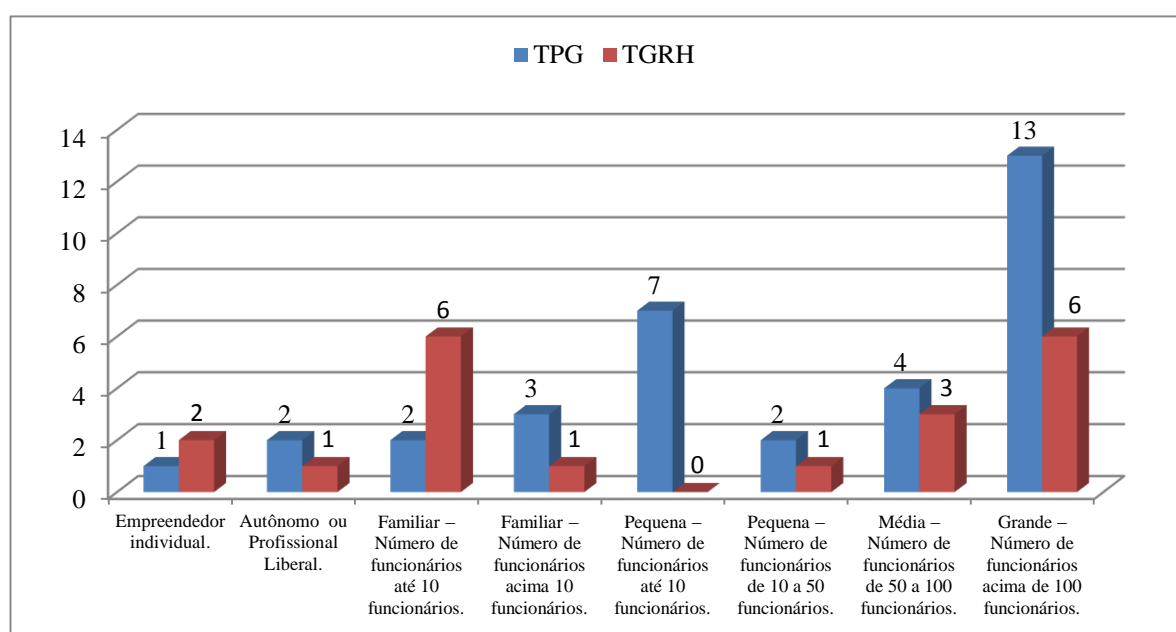
Na opção “outros”, vê-se: por amigos (3 alunos), pessoas que trabalham na mesma empresa (2 discentes), indicação de um funcionário do SESC (1 aluno) e através de cursos oferecidos na CDL - Câmara de Dirigentes Lojistas (1 aluno).

Resumidamente, se unirmos os recursos digitais como a internet, e-mail, Google, Facebook e o site, estes somam 17 alunos que conheceram a faculdade e os cursos ofertados por meio destes veículos de comunicação acompanhados das recomendações dos próprios alunos da Instituição aos futuros egressos, o chamado “boca a boca”.

4.4 CARACTERÍSTICAS ECONÔMICAS E SOCIAIS

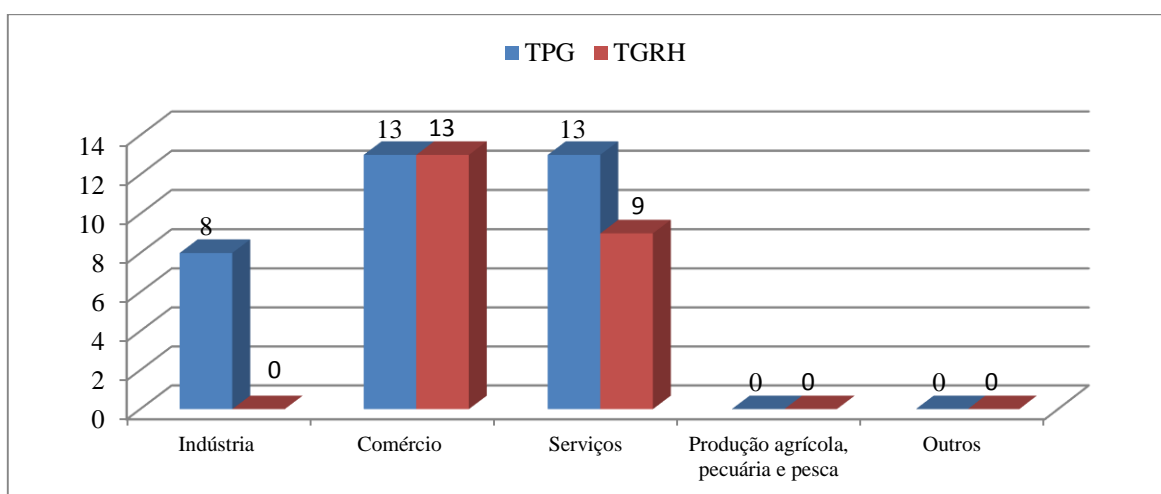
O conjunto de perguntas pertencentes a este subitem nos mostrará algumas características socioeconômicas que retratam a educação inclusiva à luz da diversidade, objeto deste estudo. Serão apresentados os resultados obtidos sobre o porte da empresa, o ramo de atividade e o cargo que ocupam nas empresas, a faixa salarial dos acadêmicos e de sua família, a moradia (tipo, quantidade, zona rural e urbana), os meios de transporte utilizado diariamente, contribuição na renda familiar e nas despesas domésticas e por fim, as atividades de lazer e cultura.

Gráfico 12 – Porte da empresa onde os alunos trabalham dos cursos Superiores de Tecnologia em Processos Gerenciais (TPG) e em Gestão de Recursos Humanos (TGRH) pela Faculdade de Tecnologia SENAC Tubarão/SC, 2014.



Fonte: Elaboração da autora, 2014.

Gráfico 13 – Ramo de atividade da empresa onde os alunos trabalham - dos cursos Superiores de Tecnologia em Processos Gerenciais (TPG) e em Gestão de Recursos Humanos (TGRH) pela Faculdade de Tecnologia SENAC Tubarão/SC, 2014.



Fonte: Elaboração da autora, 2014.

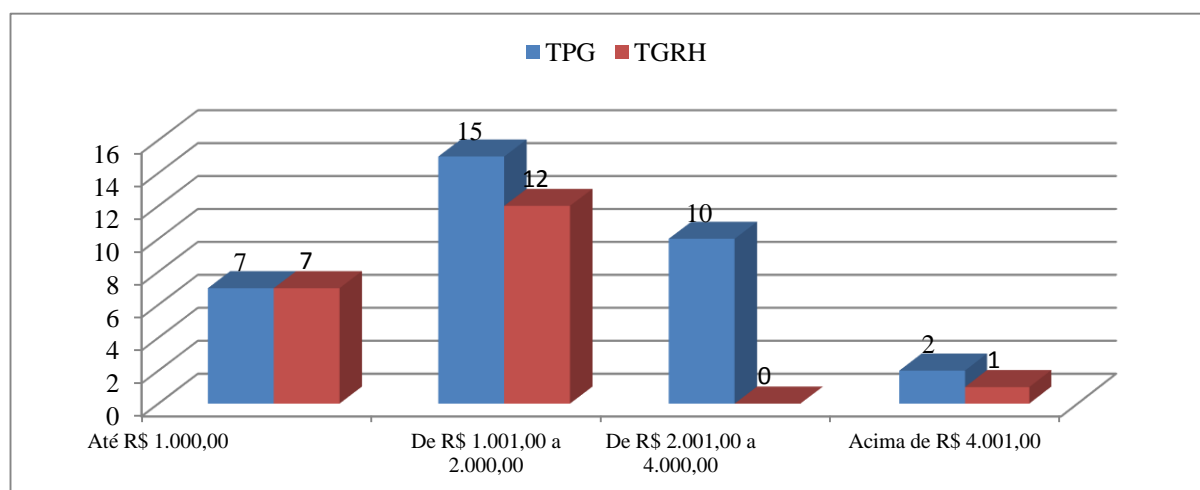
Nas características sociais e econômicas demonstradas nos Gráficos 12 e 13, os discentes do TGRH trabalham em empresas familiares com até 10 funcionários e empresas de grande porte com mais 100 funcionários. Vale destacar, que no curso de TGRH existem 3 alunos que exercem somente a função de estudantes. Já, os discentes de TPG estão empregados em empresas de pequeno porte com 10 funcionários (não familiar) e também em empresas de grande porte com mais 100 funcionários. Essas empresas operam ativamente nos setores da economia secundário e terciário. Diferentemente dos dados apresentados na Tabela 10 sobre o Perfil dos Alunos 2013, onde há uma distribuição dos alunos trabalhadores nos vários tipos de empresas, sendo que trabalham tanto para TPG quanto para TGRH, ou seja, das pequenas até as grandes corporações.

Ao analisar os setores da economia da Região da AMUREL, vale lembrar que os anos 90 impulsionaram as atividades econômicas através da criação de cursos superiores para atender ao crescimento do mercado. Como evidenciado por Maluf, Mattei e Lins,

[...] a reestruturação produtiva dos anos de 1990 traduziu-se também na criação de cursos de formação superior com orientação definida, no intuito de atender às demandas por recursos humanos com melhor qualificação técnico-profissional em setores-chaves da indústria catarinense, como o cerâmico, concentrado no Sul do estado, o têxtil-vestuário, instalado principalmente no Vale do Itajaí, e o moveleiro, presente sobretudo na região Norte do estado. (MALUF; MATTEI; LINS, 2006, P. 103).

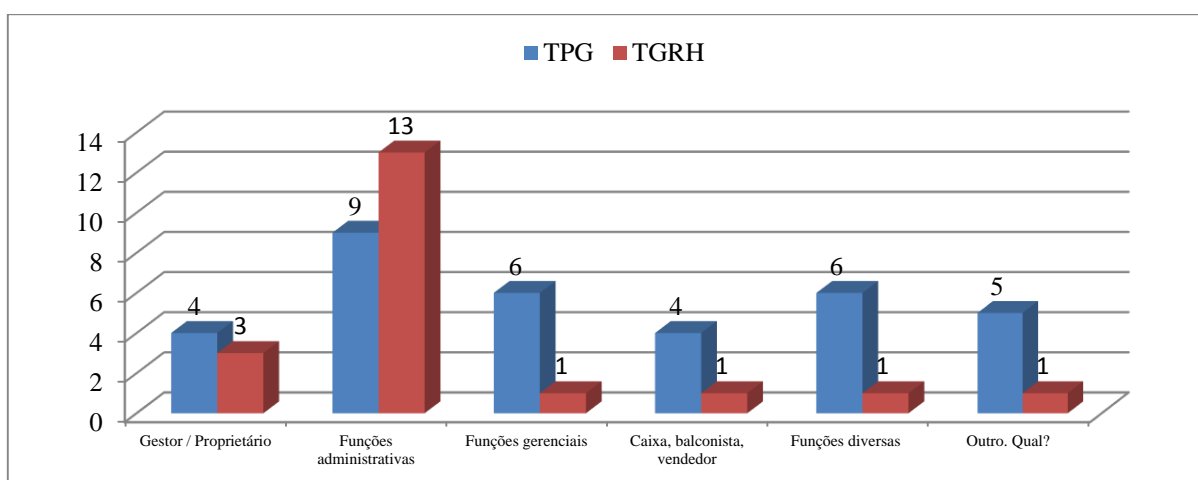
Portanto, o Quadro 1 menciona as atividades economicamente predominantes nos municípios da Região da AMUREL. O setor terciário, através do comércio e prestação de serviços (Gráfico 13) é predominante para os alunos trabalhadores do curso de TGRH e TPG. É possível destacar que 2 empresas operam em mais de um setor da economia, como citado pelos discentes. No município de Gravatal, através do turismo das águas termais, Imbituba pela presença de belas praias, a prática de esportes, como o surf, e os serviços do Porto de Imbituba, e a cidade de Tubarão pelo forte comércio, a presença de instituições de ensino e serviços relacionados à saúde. (AMUREL, 2014). O setor secundário, representado pela indústria, emprega 8 alunos do curso de TPG. Está presente nos municípios de Capivari de Baixo através do parque termoeletrico e a cidade de Sangão com a indústria da cerâmica vermelha. O setor primário não se fez presente nas respostas dos estudantes do ensino superior. Vale ressaltar que na pesquisa sobre o Perfil dos Alunos dos Cursos Superiores de TGRH e TPG do ano de 2013 (Tabela 10), os três setores da economia primário, secundário e terciário aparecem nos resultados tabulados, divergindo, somente, o setor primário em 2014.

Gráfico 14 – Faixa salarial dos alunos dos cursos Superiores de Tecnologia em Processos Gerenciais (TPG) e em Gestão de Recursos Humanos (TGRH) pela Faculdade de Tecnologia SENAC Tubarão/SC, 2014.



Fonte: Elaboração da autora, 2014.

Gráfico15 – Cargo que os alunos dos cursos Superiores de Tecnologia em Processos Gerenciais (TPG) e em Gestão de Recursos Humanos (TGRH) ocupam nas empresas - Faculdade de Tecnologia SENAC Tubarão/SC, 2014.



Fonte: Elaboração da autora, 2014.

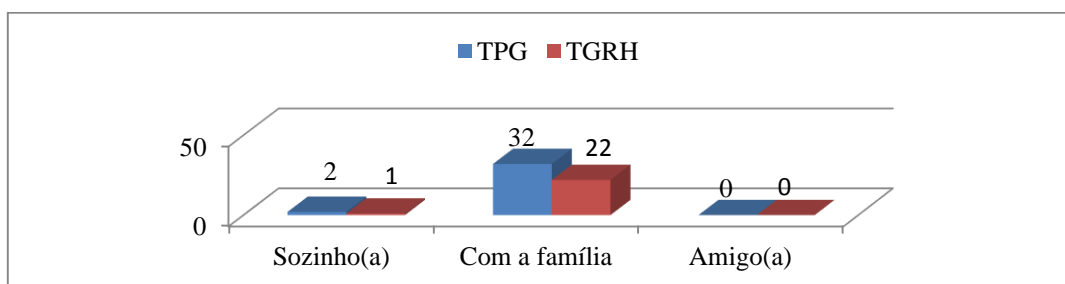
Os Gráficos 14 e 15 nos mostram o nível salarial e as funções que os alunos de ambos os cursos recebem pelo trabalho realizado e suas funções dentro das organizações. São 14 alunos que recebem monetariamente até R\$ 1.000,00 e 27 alunos recebendo mensalmente de R\$ 1.001,00 a R\$ 2.000,00. Somente 10 alunos de TPG recebem acima de R\$ 2.001,00 e acima de R\$ 4.001,00 são 3 estudantes da Faculdade SENAC, sendo 2 TPG e 1 TGRH. Os principais cargos citados foram as funções administrativas, funções diversas e gerenciais. As demais não citadas no Gráfico foram: recepcionista, auxiliar de cartório, faturista, técnico eletrotécnico e copeira.

Mesmo estes alunos exercendo diversas funções nas empresas onde trabalham, boa parte deles ganha valores que oscilam entre R\$ 1.001,00 a R\$ 2.000,00 mensais, ou seja, eles recebem acima do salário mínimo nacional, cujo valor é de R\$ 788,00 que está em vigor desde 1º de janeiro de 2015 e do salário mínimo do Estado de Santa Catarina que tem tabela própria e dependendo da função, pode variar entre R\$ 835,00 a R\$ 957,00 mensais, estes valores são de 2014. Para 2015, ainda não há valores percentuais de reajustes. (G1.GLOBO, 2015) ⁵². O valor salarial recebido pelos estudantes proporciona o acesso à educação, atividades de lazer e cultura, aquisição da casa própria, mas para outros não, como demonstra a pesquisa. Maluf,

⁵² **G1.GLOBO.com/economia.** Veja o valor do salário mínimo para 2015. 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2015/01/veja-o-valor-do-salario-minimo-em-2015.html>>. Acesso em: 27 jan. 2015.

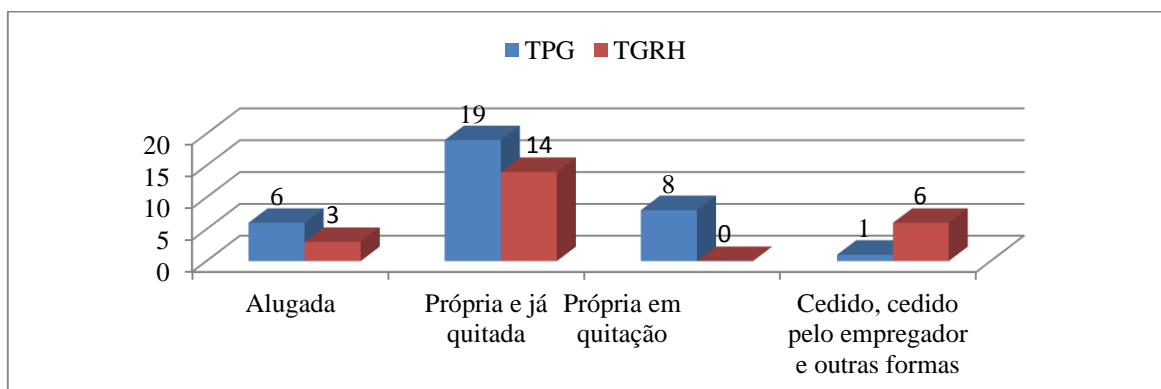
Mattei e Lins (2006) dizem que as categorias sociais e econômicas estão diretamente ligadas à renda *per capita* do indivíduo, influenciando diretamente na sua vida pessoal e profissional.

Gráfico 16 – Moradia dos alunos dos cursos Superiores de Tecnologia em Processos Gerenciais (TPG) e em Gestão de Recursos Humanos (TGRH) pela Faculdade de Tecnologia SENAC Tubarão/SC, 2014.



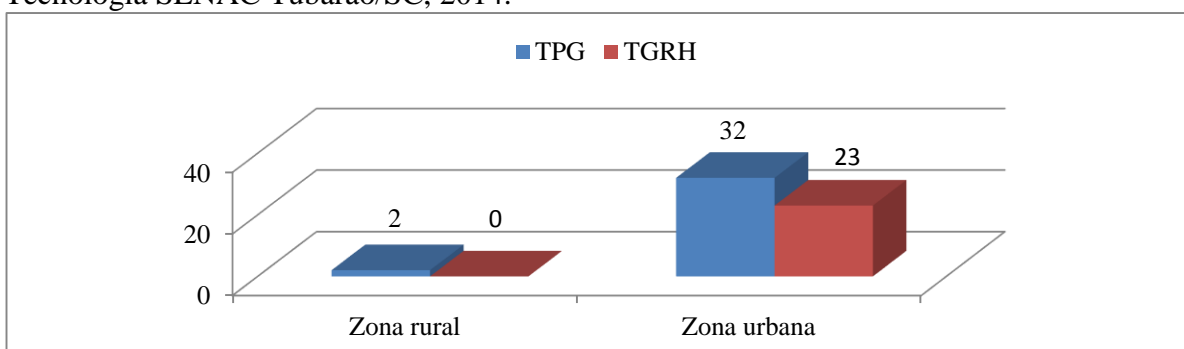
Fonte: Elaboração da autora, 2014.

Gráfico 17 – Tipo de moradia dos alunos dos cursos Superiores de Tecnologia em Processos Gerenciais (TPG) e em Gestão de Recursos Humanos (TGRH) pela Faculdade de Tecnologia SENAC Tubarão/SC, 2014.



Fonte: Elaboração da autora, 2014.

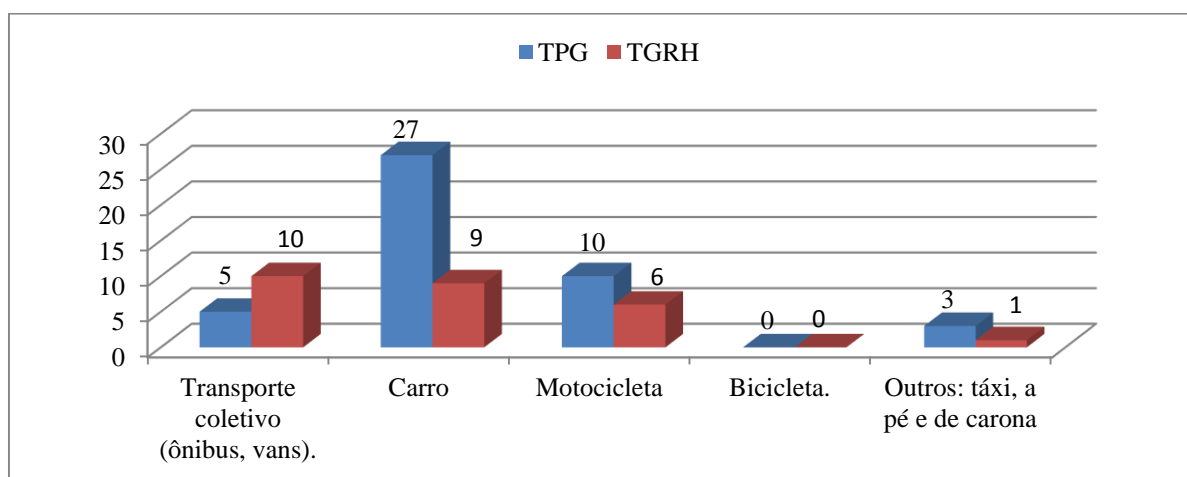
Gráfico 18 – Moradia urbana ou rural dos alunos dos cursos Superiores de Tecnologia em Processos Gerenciais (TPG) e em Gestão de Recursos Humanos (TGRH) pela Faculdade de Tecnologia SENAC Tubarão/SC, 2014.



Fonte: Elaboração da autora, 2014.

Na pergunta relacionada à moradia, 3 alunos moram sozinhos e 54 alunos dos dois cursos moram com a família (Gráfico 16). Destes, 33 possuem casa própria e quitada. Outros 8 alunos do TPG estão no processo de aquisição e quitação da moradia própria. Os demais (7 alunos) estão morando em residências alugadas e cedidas por outros indivíduos. Confrontando com os dados da Tabela 3, a Região da AMUREL conta com 170.772 casas próprias e quitadas e 4.142 residências em processo de aquisição. Relacionando com o total da população residentes dos dezoito municípios o resultado é de 335.328 pessoas, o que significa dizer que mais de 50% da população tem casa própria e nela moram em média de 3,16 pessoas, cuja média salarial das famílias/domicílios urbanos é de R\$ 2.625,38 e a rural é de R\$ 2.345,32.

Gráfico 19 – Meio de transporte usado diariamente pelos alunos dos cursos Superiores de Tecnologia em Processos Gerenciais (TPG) e em Gestão de Recursos Humanos (TGRH) pela Faculdade de Tecnologia SENAC Tubarão/SC, 2014.

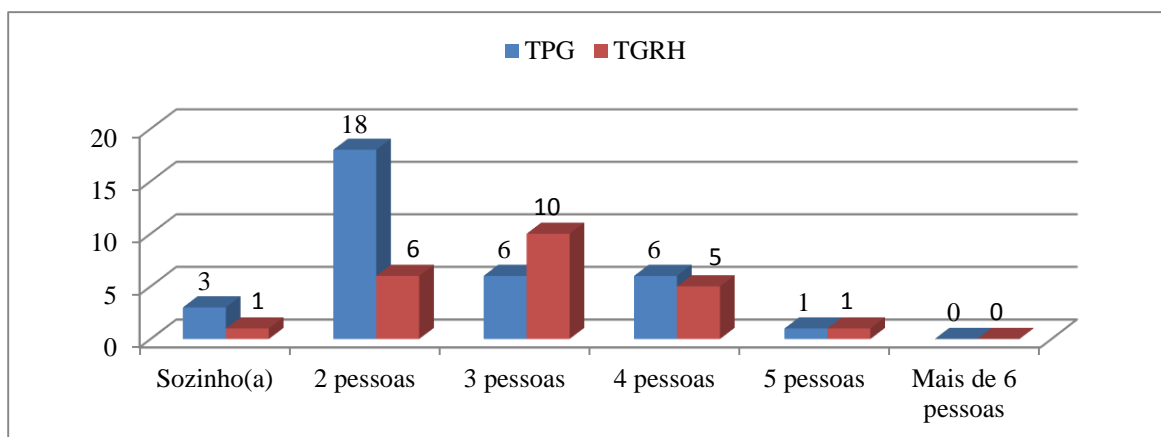


Fonte: Elaboração da autora, 2014.

Diante da tabulação dos dados dessa questão, identifiquei que a maioria dos alunos de ambos os cursos possuem carro e motocicleta na condição de proprietário, ou seja, usufruem de transporte próprio para locomoção nas atividades profissionais e de lazer proporcionadas pelos salários recebidos (Gráfico 14). Como segunda opção, há o transporte coletivo como ônibus e vans e, por último, o táxi, carona e a pé. Tal argumentação pode ser analisada na Tabela 6, demonstrando que a população da Região da AMUREL tem preferencialmente, automóveis, motocicletas/motonetas, caminhões/camionetes, totalizando 183.109 veículos que trafegam pelas 18 cidades. Desse modo, percebe-se a pouca utilização

do transporte público com 1.245 entre ônibus e micro-ônibus. Além destes, existem outros tipos de transportes que são utilizados pelos moradores dessas regiões: tratores, máquinas agrícolas, cavalo dentre outros que representam 9.907 opções de transportes.

Gráfico 20 – Quantidade de pessoas que moram na mesma casa dos alunos dos cursos Superiores de Tecnologia em Processos Gerenciais (TPG) e em Gestão de Recursos Humanos (TGRH) pela Faculdade de Tecnologia SENAC Tubarão/SC, 2014.

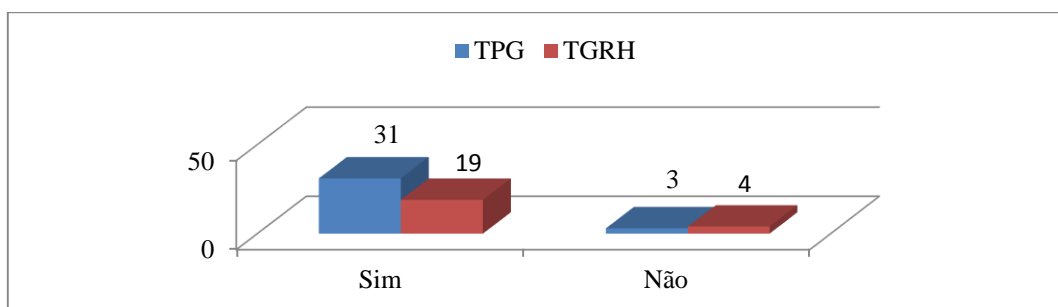


Fonte: Elaboração da autora, 2014.

Em ambos os cursos, é possível identificar a redução da quantidade de pessoas que moram no domicílio. Com o passar dos anos, as famílias estão diminuindo a quantidade de filhos, ou seja, na residência de 2 alunos são 5 pessoas que vivem e convivem no mesmo ambiente, com 4 pessoas são 11 alunos. O ápice deste Gráfico está concentrado entre 2 e 3 pessoas que residem juntas, que somam 40 alunos. Somente 4 alunos moram sozinhos.

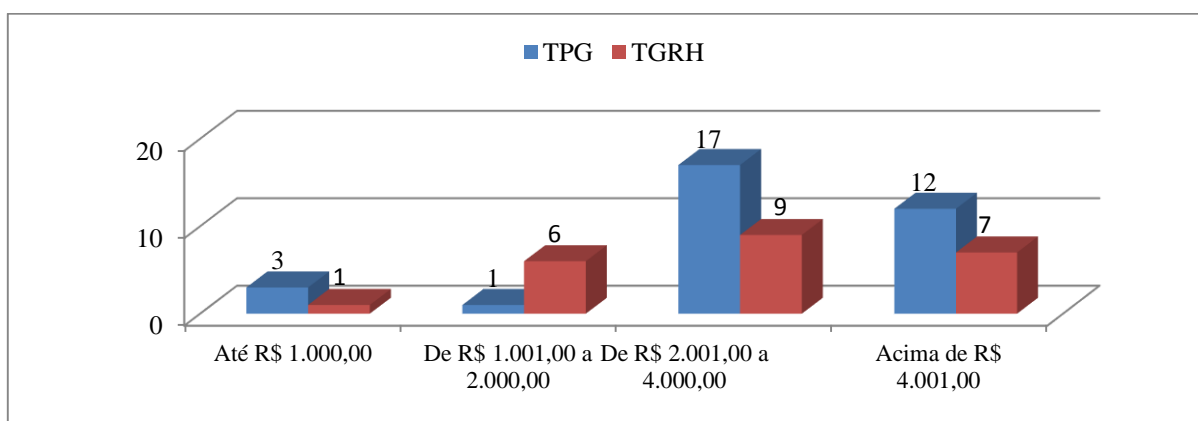
Ao realizar um comparativo com a Tabela 3, que traz a média total de 3,16 de moradores nos domicílios da Região da AMUREL, o curso de TPG concentra 18 alunos com 2 pessoas e 10 alunos com 3 pessoas para o TGRH, mesmo assim, as famílias dos alunos da Faculdade Senac estão abaixo da média da região ora analisada. Um dos fatores pode estar relacionado ao nível de escolaridade, à renda salarial, à participação da mulher no mercado de trabalho e à nupcialidade de solteiros na região, conforme mencionado anteriormente.

Gráfico 21 – As pessoas que moram com você contribuem na renda familiar - Alunos dos cursos Superiores de Tecnologia em Processos Gerenciais (TPG) e em Gestão de Recursos Humanos (TGRH) pela Faculdade de Tecnologia SENAC Tubarão/SC, 2014.



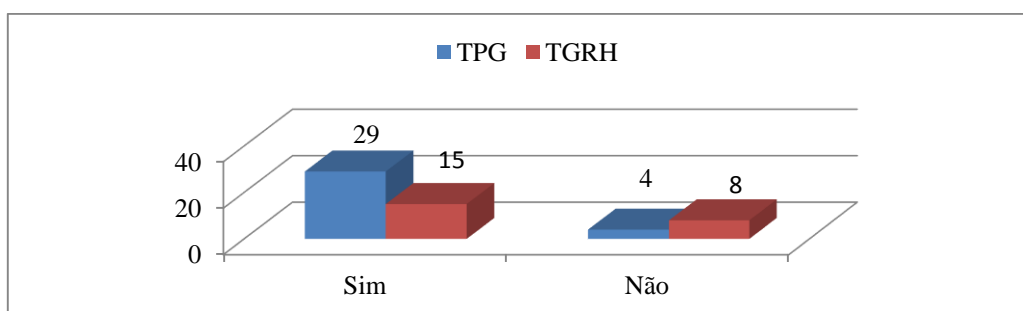
Fonte: Elaboração da autora, 2014.

Gráfico 22 – Média salarial das famílias dos alunos dos cursos Superiores de Tecnologia em Processos Gerenciais (TPG⁵³) e em Gestão de Recursos Humanos (TGRH) pela Faculdade de Tecnologia SENAC Tubarão/SC, 2014.



Fonte: Elaboração da autora, 2014.

Gráfico 23 – Contribuição dos alunos dos cursos Superiores de Tecnologia em Processos Gerenciais (TPG⁵⁴) e em Gestão de Recursos Humanos (TGRH) nas despesas domésticas pela Faculdade de Tecnologia SENAC Tubarão/SC, 2014.

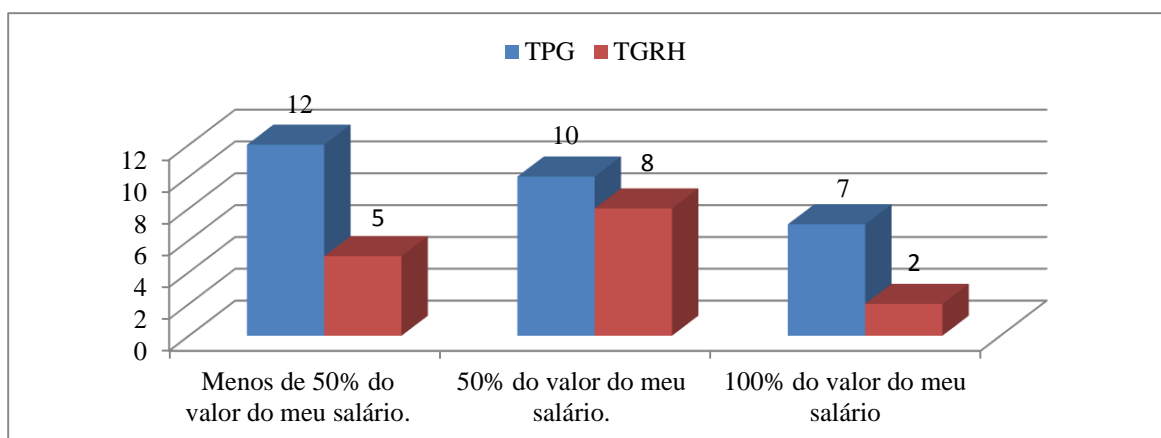


Fonte: Elaboração da autora, 2014.

⁵³ A soma dos alunos do curso de TPG não totaliza 34 respondentes, pois 1 estudante não respondeu à questão.

⁵⁴ A soma dos alunos do curso de TPG não totaliza 34 respondentes, pois 1 estudante não respondeu à questão.

Gráfico 24 – Percentual de contribuição dos alunos dos cursos Superiores de Tecnologia em Processos Gerenciais (TPG) e em Gestão de Recursos Humanos (TGRH) nas despesas domésticas pela Faculdade de Tecnologia SENAC Tubarão/SC, 2014.



Fonte: Elaboração da autora, 2014.

Diante dos Gráficos 21 e 22, dos 57 alunos participantes dessa pesquisa, somente 7 alunos informaram que as pessoas que moram na mesma residência, não contribuem na renda familiar.

Dos alunos respondentes desse questionário, resultou que 2 alunos residem em área rural e os demais na zona urbana, assim como demonstrado na Tabela 11 - População residente, população urbana e rural, o gênero e a nupcialidade dos municípios que compõem a Região da AMUREL - 2010.

A média total do rendimento nominal médio mensal por domicílios que vivem na zona rural dos municípios que compõem a Região da AMUREL é de R\$ 2.345,32 e para os domicílios da zona urbana é de R\$ 2.625,38 por mês. Uma diferença R\$ 280,06 por mês/domicílio.

A média salarial das famílias dos alunos da Instituição está concentrada entre R\$ 2.0001,00 e R\$ 4.000,00 por mês. Logo após, temos 19 alunos cujo salário domiciliar mensal está acima de R\$ 4.000,01.

Com base nos números apresentados, a média salarial por domicílios dos alunos é representativa, ou seja, o rendimento das famílias está acima da média da região, favorecendo o ingresso de estudantes no Ensino Superior. Estes foram incentivados e impulsionados pela reestruturação industrial ocorrida nos anos de 1990 (MALUF; MATTEI; LINS, 2006), conseqüentemente, novos postos de operação surgiram e necessidade de aquisição de mão de obra qualificada. Os valores monetários recebidos por alguns estudantes proporcionam educação, a aquisição da moradia e veículos próprios dentre outros, indicando a categoria

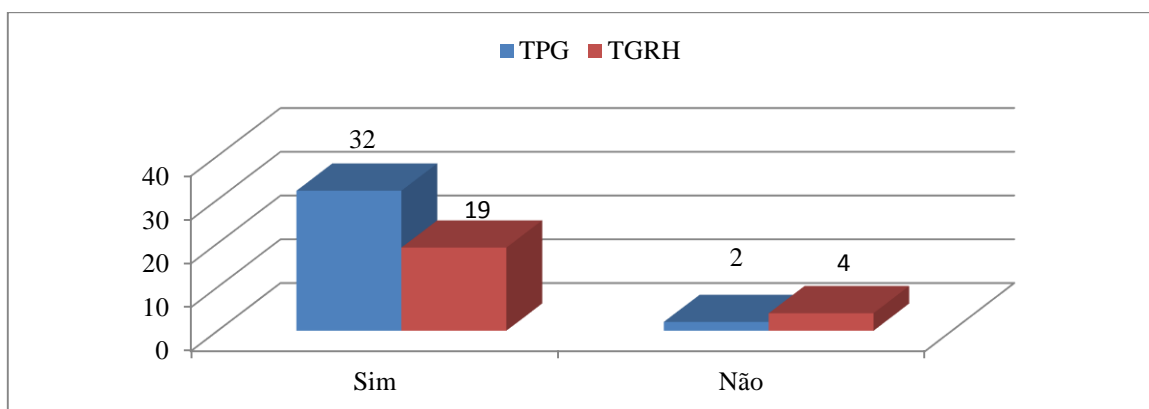
socioeconômica citada por (MALUF; MATTEI; LINS, 2006). Porém, outros estudantes não recebem o suficiente para alcançar tais quesitos, o que configura a exclusão em determinadas categorias, embora estejam incluídos noutras, como diriam Nakayama (2007), Omote (2006), Mwewa e Schmitt (2012) e Mendes (2006). Essas categorias não estão contempladas na Declaração de Salamanca e nem tampouco na própria Constituição Federativa do Brasil, que prioriza a inclusão para as pessoas com deficiências, deixando de lado as categorias social, econômica, de gênero, cultural, étnico-racial, geográfica, dentre outras que impactam diretamente na formação do ser humano.

A respeito das despesas domésticas, a maioria dos alunos de ambos os cursos contribui nas despesas domésticas (Gráfico 23). A participação destes está relativamente distribuída nas 3 opções apresentadas no Gráfico 24. Embora contribuam em menor percentual, 17 estudantes, além de honrarem seus compromissos financeiros auxiliam nas despesas da casa, mesmo morando com sua família. Outros 18 auxiliam seus familiares com 50% do salário recebido mensalmente e 9 discentes assumem 100% do salário para pagar as despesas domésticas. Destes 9 alunos, 3 alunos moram sozinhos. Se retornarmos ao Gráfico 3, veremos que boa parte dos estudantes do Ensino Superior é do sexo feminino.

Se compararmos aos dados da Região da AMUREL, o que chama a atenção é o percentual de 38,06% de participação das mulheres nos rendimentos da família, segundo a Tabela 2. Ou seja, pela crescente participação das mulheres no mercado de mercado, as mulheres estão participando e contribuindo ativamente nas despesas domésticas por meio de seu salário.

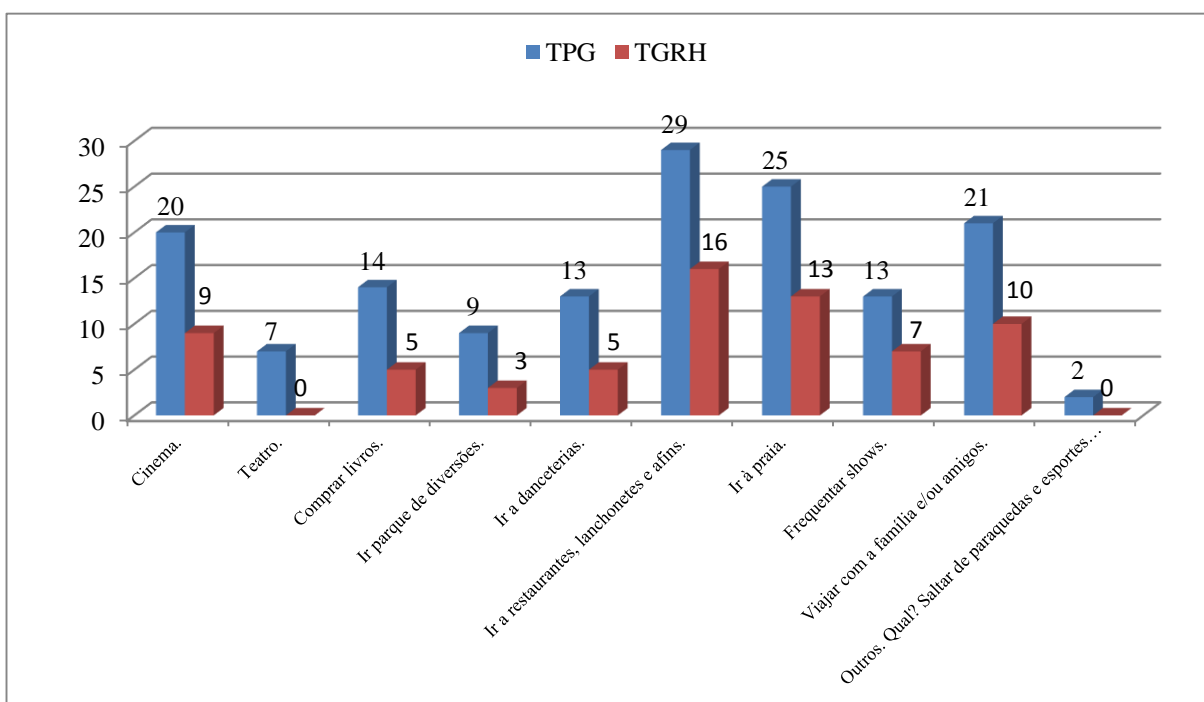
Além disso, vale lembrar do passado arraigado de preconceitos e submissão em relação à valorização do homem em detrimento da mulher. A mulher era objeto de desejo e servia, como tal, para realização de trocas simbólicas, como cita Carvalho (2011). Mas, aos poucos, iniciou-se o processo de valorização da participação da mulher, seja na família, na sociedade e no mercado de trabalho. Uma valorização ainda tímida, embora se constate a conquista e aquisição de alguns direitos.

Gráfico 25 – Valor salarial recebido permite desfrutar de atividades de lazer e cultura dos alunos dos cursos Superiores de Tecnologia em Processos Gerenciais (TPG) e em Gestão de Recursos Humanos (TGRH) pela Faculdade de Tecnologia SENAC Tubarão/SC, 2014.



Fonte: Elaboração da autora, 2014.

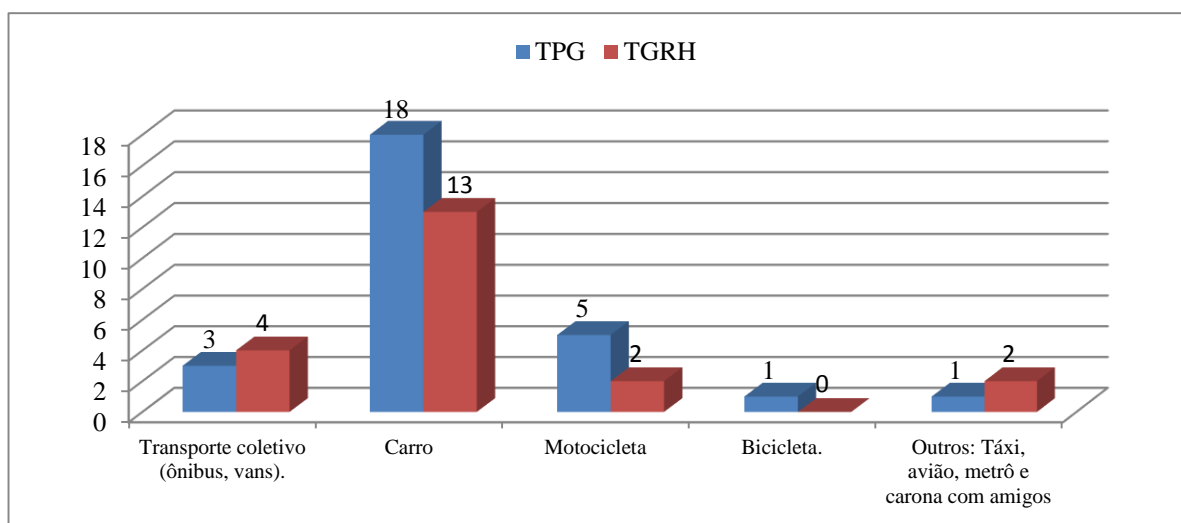
Gráfico 26⁵⁵ – Atividades de lazer e cultura dos alunos dos cursos Superiores de Tecnologia em Processos Gerenciais (TPG) e em Gestão de Recursos Humanos (TGRH) pela Faculdade de Tecnologia SENAC Tubarão/SC, 2014.



Fonte: Elaboração da autora, 2014.

⁵⁵ Nesta pergunta, os alunos puderam assinalar mais de uma opção.

Gráfico 27⁵⁶ – Meio de transporte utilizado pelos alunos dos cursos Superiores de Tecnologia em Processos Gerenciais (TPG) e em Gestão de Recursos Humanos (TGRH) para realizar as atividades de lazer e cultura pela Faculdade de Tecnologia SENAC Tubarão/SC, 2014.



Fonte: Elaboração da autora, 2014.

Os Gráficos 25, 26 e 27 revelam que a maioria dos estudantes da Faculdade SENAC se divertem em atividades de lazer decorrentes do salário que recebem mensalmente por um trabalho realizado. As principais atividades de lazer dos alunos são: frequentar, restaurantes, lanchonetes, ir à praia, viajar com a família e/ou amigos e cinema. As demais opções de lazer também são utilizadas pelos alunos da Instituição, porém em menor grau de participação. Para realizar essas atividades citadas, os discentes utilizam-se de carros e motocicletas próprios. Aqueles que não os tem, utilizam outras opções sustentáveis como o transporte coletivo (ônibus ou carona de amigos) dentre outras.

Para este bloco de questões, optei por perguntas fechadas (Gráficos 25, 26 e 27) e uma pergunta aberta “se você respondeu Não a essa pergunta, informe o(s) motivo(s) de não fazer atividades de lazer e cultura?”, a partir da qual obtive as seguintes respostas dos discentes do curso de TGRH.

O aluno A registrou “devido à falta de tempo para realização de atividades”; o aluno B disse “a cidade onde moro não tem cinema, teatro, apenas praia. No inverno é impossível sair de casa” e 3 alunos estão desempregados. Entretanto, os estudantes de TPG disseram: aluno C “por não conhecer muita gente, pois sou de outro estado e não tenho condições financeiras e nem meio de locomoção”; e o aluno D citou “falta de dinheiro, pois

⁵⁶ Nesta pergunta, os alunos puderam assinalar mais de uma opção.

tudo é muito caro”. Outros, entretanto, estão desempregados e não têm condições financeiras, impossibilitando a realização de atividades de lazer e cultura.

Não conheço a real situação destes indivíduos, porém saliento que existem espaços públicos alternativos e bibliotecas, por exemplo, que poderiam contribuir para a realização de atividades de lazer e cultura.

Os alunos da Instituição pesquisada em determinados momentos de suas vidas sentem-se inseridos em determinadas atividades de lazer e cultura, mas, no entanto, excluídos de outras. Por exemplo, estão inseridos na educação superior, mas excluídos na condição socioeconômica por não terem recursos financeiros para realizarem atividades de lazer e cultura. Desta forma, comprova-se a existência da dicotomia inclusão/exclusão como citada por Faleiros e Nakayama e outros autores mencionados nesta dissertação.

A Faculdade de Tecnologia SENAC Tubarão, na composição dos cursos superiores é integrada por um público jovem, que varia entre 18 e 27 anos, em relação ao gênero, o sexo feminino é predominante na Instituição. Vale destacar que no curso de TGRH, a maioria é do sexo feminino, considerando condições arraigadas herdadas de um passado opressivo às mulheres e que, atualmente, existe uma pequena parcela do sexo masculino interessando-se pelo curso. Foram movidos pelas demandas de mercado, ou seja, o setor de recursos humanos ou gestão de pessoas era o setor denominado de “patinho feio” nas organizações e tornou-se a “galinha dos ovos de ouro”, condição esta que despertou o interesse do público masculino por ser área uma estratégica nas organizações, com elevados salários, (BOTTONI, 2014). Mesmo em pequenos números, a Instituição tem a presença da cor ou raça preta, parda e amarela na composição do corpo discente.

O que me chamou a atenção foram os preconceitos existentes, citados principalmente, quanto à cor ou raça e à condição socioeconômica, segundo destacado pelos sujeitos. Ambas as situações estão presentes no curso de TGRH. Ao mesmo tempo em que os sujeitos desejam ascender pessoalmente e profissionalmente e ingressam na educação superior, em alguns momentos de suas vidas, sentem-se excluídos desta sociedade. Nakayama (2007, p. 6) diz que a “inclusão e exclusão revezam-se, então, como processos de pertencimento ou segregação, atingindo as pessoas que, em alguma situação, lugar ou ocasião, são consideradas diferentes”.

Como foi observado, a maioria dos alunos são solteiros, moram com sua família, têm casa própria ou em processo de quitação e optam por morar na área urbana. Pela primeira vez estão ingressando na graduação e são oriundos de escolas públicas. Trabalham durante o dia, principalmente no setor terciário, através do comércio e prestação de serviços (Gráfico

14) com rendimentos mensais que oscilam entre de R\$ 1.001,00 e R\$ 2.000,00 e estudam à noite. Certamente, existem alunos com baixo poder aquisitivo de acordo com os dados coletados. Estes poderão optar pelos vários tipos de incentivos financeiros que a Instituição de ensino proporciona aos acadêmicos, sejam incentivos realizados através de parcerias governamentais ou ofertados pela própria Entidade de ensino de acordo com os relatos apresentados no decorrer desta dissertação. Volto a destacar que nenhum acadêmico utilizou o FIES.

Devido aos seus rendimentos, usufruem de transporte próprio como carro e motocicleta e realizam atividades de lazer e cultura. A composição das famílias dos alunos está abaixo da média da Região da AMUREL, porém a renda domiciliar está concentrada entre R\$ 2.0001,00 a R\$ 4.000,00 por mês. Logo após, aparecem os rendimentos por família acima de R\$ 4.000,01, valores monetários que estão acima da média da Região da AMUREL que é de R\$ 2.345,32 para zona urbana e R\$ 2.625,38 para a rural. Os alunos contribuem menos de 50% do seu orçamento nas despesas domésticas.

A caracterização socioeconômica da Associação de Municípios da Região de Laguna – AMUREL demonstra a real situação dos alunos da Faculdade SENAC Tubarão, com exceção da quantidade de pessoas que compõem as famílias, ficando entre 2 e 3 pessoas por domicílios.

Podemos perceber que existem indícios através das políticas e práticas da educação inclusiva à luz da diversidade no Ensino Superior da Faculdade de Tecnologia SENAC Tubarão – Região da AMUREL, no que tange às questões socioeconômicas que sofrem interferências das categorias de gênero e das questões de cor ou raça, objeto deste estudo.

A Constituição Federal, bem como a Declaração de Salamanca abordam com fervor a inclusão de pessoas com deficiências, mas tratam com menos ênfase as categorias pertencentes à diversidade como: étnico-racial, gênero, opção sexual, social, econômico, lingüístico, dentre outras. Os resultados obtidos sobre a Instituição estudada, expressam iniciativas através de políticas e práticas que favorecem a educação inclusiva para pessoas com e sem deficiências, conseqüentemente, abrange a educação incisiva à luz da diversidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A função da escola não é unicamente a formação do estudante para o mercado de trabalho, mas, paralelamente, a formação deste sujeito nos âmbitos: histórico, psicológico, filosófico e sociológico. Os governos, nas mais diferentes esferas, e os empresários priorizam a formação do sujeito para atender às demandas impostas pelo mercado de trabalho, uma vez que são consequências da sociedade capitalista, no qual vivemos⁵⁷.

Por isso, é necessário pensar e repensar a educação inclusiva à luz da diversidade, de modo a fazer emergir outras possibilidades de inclusão no meio social, escolar e profissional.

São crianças, jovens, adultos que têm direito à educação de qualidade e que tais direitos possam ser promovidos diante do acesso à escola. É imprescindível aplicar leis incisivas à inclusão e questionar a própria Declaração de Salamanca para que possamos ter indícios da educação inclusiva nas diferentes diversidades, conforme foi exposto nesta pesquisa.

Ao longo dos anos se tem falado em inclusão, mas, efetivamente, no Brasil somente em 1988, surge como direito adquirido e respeitado na Constituição Federal. Em meados da década de 1990, aparece um discurso veemente em defesa da “educação inclusiva” de acordo com Mendes (2006) e, posteriormente, em 1994 através da Declaração de Salamanca, na Espanha, é organizada e apoiada pela UNESCO.

É importante notar que a Constituição Federal, bem como a Declaração de Salamanca abordam com fervor a inclusão de pessoas com deficiências, tratando com menos ênfase as categorias pertencentes à diversidade como: étnico-racial, gênero, opção sexual, social, econômico, linguístico, dentre outras. Neste sentido, é fundamental o questionamento. Estamos vivenciando a inclusão de pessoas na escola e na sociedade? Ou estamos brincando de faz de conta? Os discursos estão cada vez mais sedutores e manipuladores, ou seja, o cidadão acredita fielmente naquilo que vê e ouve, não buscando outros recursos para verificar a veracidade da informação, o que contribui para a manipulação em massa. Desta forma, o discurso da educação inclusiva para todos se contradiz.

Reconhecer o ser humano como diferente é aceitar a diversidade humana que existe em cada um de nós e no próximo. É pensar e repensar o significado de educação

⁵⁷ Os autores com Giovani Alves; Roberto Leme Batista e Luiz Fernandes Dourado tratam a questão da educação voltada ao mercado, perdendo de vista as possibilidades de sujeitos emancipados.

inclusiva no contexto educacional e social como mencionado na Declaração de Salamanca. É respeitar o indivíduo por inteiro, sejam quais forem suas dificuldades e diferenças sociais, culturais, econômicas, psicológicas, físicas e mentais.

Pensar a educação é entender que a educação não se restringe apenas ao ambiente escolar, mas a uma educação ampla e envolvente que contemple a formação do indivíduo. Porém, se considerarmos que a escola é um local de conhecimento e respeito mútuo, tanto para o professor quanto para o aluno na formação do ser, isso implica pensar uma escola diferente da que se tem atualmente, respeitando as diversidades culturais existentes.

A proposta desta pesquisa foi analisar a respeito dos significados sobre a educação inclusiva à luz da diversidade e como se configura no Ensino Superior da Faculdade de Tecnologia SENAC Tubarão – Região da AMUREL - Associação dos Municípios da Região de Laguna, sul do Estado de Santa Catarina, no que tange às questões socioeconômicas que sofrem interferências das categorias de gênero e das questões de cor ou raça.

Vale ressaltar que as primeiras impressões sobre a Faculdade de Tecnologia SENAC Tubarão nos levam a perceber preocupação com a educação inclusiva para pessoas com deficiências, como por exemplo, material didático adequado à pessoa com deficiência (libras), rampas de acesso, elevadores, profissionais aptos para lidar com cada tipo de deficiência, dentre outras providências.

No decorrer dos estudos, constatei que a Faculdade de Tecnologia SENAC Tubarão está atenta à inserção das pessoas com e sem deficiências e com as outras formas de inclusão, ou seja, a Faculdade SENAC vem cuidando das mais variadas formas de exclusão, sejam elas sociais e econômicas. Está, assim, possibilitando aos alunos formas de ingresso por meio de bolsas de estudos dos Artigos 170 e 171, PROUNI e a bolsa PICSENAC. Novamente reforço que nenhum discente aderiu ao Programa FIES. Também percebi que no curso de TPG há uma equivalência, um equilíbrio numérico entre homens e mulheres; diferentemente do curso de TGRH, em que a maioria dos estudantes é do sexo feminino. Em ambos os cursos predominam a cor e/ou raça branca, também comprovada pelos dados apresentados no Gráfico 4. Porém, vale citar, que embora pequena a participação em relação aos brancos, existe maior participação de pretos e pardos no curso de TGRH, sendo que estas são também do sexo feminino. De acordo com as observações feitas anteriormente, pode ser observada a questão de gênero nas profissões e no mercado de trabalho, ou seja profissões direcionadas para o sexo masculino e para o sexo feminino; a questão étnico-racial citada pelos discentes geram o preconceito, o que resulta em exclusão.

Outro ponto que merece destaque, os alunos da instituição são jovens, solteiros, moram com seus familiares, a composição da família é pequena, têm veículo próprio para locomover-se, a família possui casa própria. O ganho familiar varia de R\$ 2.0001,01 a R\$ 4.000,00. Os estudantes além de contribuir com as despesas domésticas praticam atividades de lazer e cultura. Pouquíssimos alunos registraram que não realizam atividades de lazer e cultura por não terem condições financeiras, porém saliento que existem espaços públicos, eventos gratuitos e bibliotecas, por exemplo, que poderão contribuir para realização deste tipo de atividade.

Os resultados obtidos sobre a Instituição estudada revelam indícios pela educação inclusiva para pessoas com e sem deficiências através de práticas e ações para promover os sujeitos no que se refere à educação inclusiva à luz da diversidade.

Entretanto, a Constituição Federal, bem como a Declaração de Salamanca abordam com fervor a inclusão de pessoas com deficiências, tratando com menos ênfase as categorias pertencentes à diversidade como: étnico-racial, gênero, opção sexual, social, econômico, linguístico, geográfico, cultural, dependência química, crenças, dentre outras. O que se afirma é a necessidade de uma educação para todos com o intuito de promover a educação inclusiva e erradicar a exclusão. Como promover a inclusão escolar em meio há tantas lacunas constitucionais e até na própria Declaração de Salamanca em relação à inclusão? Mas, como incluir alguns sujeitos excluindo outros? Como tratar as demais diferenças nesta inclusão? Porque desvincular educação inclusiva e diversidade? As questões ideológicas estão presentes na vida dos sujeitos e contribuem para uma sociedade desigual em relação às questões socioeconômicas, políticas, culturais, étnico-raciais, de gênero e pelas próprias necessidades do mercado de trabalho, dentre outras questões. Romper essas barreiras é um processo moroso e desafiador. São inquietações e lacunas que precisam ser discutidas exaustivamente em futuras pesquisas, tais como de gênero e étnico-racial para que seja possível vivenciarmos, efetivamente, uma educação inclusiva à luz da diversidade.

REFERÊNCIAS

AMPESC, Associação de Mantenedoras Particulares de Educação Superior de Santa Catarina. Artigo 170. 2014. Disponível em: <http://www.ampesc.org.br/inst_habil.php>. Acesso em 06 dez. 2014.

AMUREL, Associação de Municípios da Região de Laguna. Municípios associados, 2014. Disponível em: <<http://www.AMUREL.org.br/municipios/index.php>>. Acesso em: 17 dez. 2013.

ARAÚJO, Viviane. Um olhar especial sobre São José. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 27 nov. 2013. DC na sala de aula, n.º 10. p. 1-8.

BARBOSA, Maria Simara Torres. **A profissionalização do adolescente aprendiz no limiar do século XXI**. 2006. 167 f. Dissertação (Mestrado em Educação)-Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2006. Disponível em: <http://www.tedebr.ufma.br//tde_busca/arquivo.php?codArquivo=13>. Acesso em: 04 dez. 2014.

BOTTONI, Fernanda. **O RH está ficando cada vez mais masculino**. 2014. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/revista-voce-rh/edicoes/29/noticias/os-homens-do-rh>>. Acesso em: 21 jan. 2015.

BRASIL. Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013. **Diretrizes e bases da Educação Nacional**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12796.htm#art1>. Acesso em: 16 out. 2013.

_____. Ministério da Educação. FIES-Fundo de Financiamento Estudantil. 2014. Disponível em: <<http://sisfiesportal.mec.gov.br/index.html>>. Acesso em: 06 dez. 2014.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Centro de Referência da Assistência Social – CRAS**. 2012. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/assistencia-social/psb-protecao-especial-basica/cras-centro-de-referencias-de-assistencia-social/cras-institucional>>. Acesso em: 13 jan. 2015.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Centro de Referência da Assistência Social – CRAS**. 2012. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/assistencia-social/psb-protecao-especial-basica/cras-centro-de-referencias-de-assistencia-social/cras-institucional>>. Acesso em: 13 jan. 2015.

CANEN, Ana; XAVIER, Giseli Pereli de Moura. Formação continuada de professores para a diversidade cultural: ênfases, silêncios e perspectivas. **Revista Brasileira de Educação**. v. 16, n. 48, p. 641-813, set./dez. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v16n48/v16n48a07.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2013.

CARVALHO, Marília Pinto de. **O conceito de gênero: uma leitura com bases nos trabalhos do GT Sociologia da Educação da ANPEd (1999-2009)**. Rev. Bras. Educ. [online]. 2011, vol.16,

n.46, pp. 99-117. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v16n46/v16n46a06.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2013.

CAVALLARI, Juliana Santana. Entre o gozo instintivo da exclusão e o desejo cultural da inclusão. **Revista Caminhos em Linguística Aplicada**, UNITAU. v. 1, n. 1, p. 56-62, 2009. Disponível em: <<http://periodicos.unitau.br/ojs-2.2/index.php/caminhoslinguistica/article/viewFile/902/720>>. Acesso em: 04 ago. 2013.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. MINI Aurélio. In: FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **O minidicionário da língua portuguesa**. 7 ed. Curitiba: Ed. Positivo; 2008.

FONSECA, Jorge Alberto Lago; PIMENTA, Renata Waleska. **A chegada dos desiguais à escola**: novas formas de inclusão/exclusão. In: IX ANPED SUL – Seminário de Pesquisa em Educação na Região Sul. 2012.

FREITAS, Flaviane Pelloso Molina; SCHNECKENBERG, Marisa. A gestão constitucional da educação inclusiva no Brasil. In: XXVI Simpósio Brasileiro de Política e Administração da Educação da ANPAE, 2013, Recife/Pernambuco. **Comunicação Oral**. p.1-12. Disponível em: <<http://www.anpae.org.br/simposio26/1comunicacoes/FlavianePellosoMolinaFreitas-ComunicacaoOral-int.pdf>>. Acesso em: 02 out. 2013.

G1.GLOBO.com. Veja o valor do salário mínimo para 2015. G1.globo.com. 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2015/01/veja-o-valor-do-salario-minimo-em-2015.html>>. Acesso em: 27 jan. 2015.

GARCIA, Maria Cardoso. Para além da “inclusão”: crítica às políticas educacionais contemporâneas. In: Junqueira & Marin Editores: **O que revelam os slogans na política educacional**. 1. Ed. Araraquara, SP: Junqueira&Marin, 2014. p. 101-140.

GENTILI, Pablo. **O direito à educação e as dinâmicas de exclusão na América Latina**. Educ. Soc. [online]. 2009, vol.30, n.109, pp. 1059-1079. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v30n109/v30n109a07.pdf>. Acesso em: 04 dez. 2014.

GOMES, Nilma Lino. Desigualdades e diversidade na educação. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 33, n. 120, p.687-693, set. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302012000300002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 12 dez. 2013.

IBGE/Censo Demográfico, 2010. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/uf.php?lang=&coduf=42&search=santa-catarina>>. Acesso em: 17 dez. 2013.

MALUF, Luiz Augusto F. F.; MATTEI, Lauro; LINS, Hoyêdo Nunes. Contribuição aos estudos sobre desenvolvimento socioeconômico em Santa Catarina: comportamento do IDS entre 1991 e 2000. **Textos de Economia**, Florianópolis, v.9, n.1, p. 91-117, jan./jun.2006. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/economia/article/view/3289/2857>>. Acesso em: 10 nov. 2013.

MENDES, Enicéia Gonçalves. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**. v. 11, n. 33, p. 387-405, set./dez. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v11n33/a02v1133.pdf>>. Acesso em: 05 ago. 2013.

MINI Aurélio. In: FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **O minidicionário da língua portuguesa**. 7 ed. Curitiba: Ed. Positivo; 2008.

MWEWA, Christian Muleka; SCHMITT, Nayara Graciele. Aquém do atendimento educacional especializado: a perspectiva dos professores. **Cadernos de Pesquisa em Educação**. Vitória, ES. a. 9, v. 18, n. 36, p. 87-98, jul./dez. 2012. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/educacao/article/view/5378>>. Acesso em: 19 out. 2013.

NAKAYAMA, Antônia Maria. **Educação inclusiva: princípios e representação**. 2007. 364 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação/USP. São Paulo, 2007. Disponível em <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-07122007-152417/pt-br.php>> . Acesso em: 04 dez. 2014.

OMOTE Sadão. Inclusão e a questão das diferenças na educação. **Revista Perspectiva**, Florianópolis, v. 24, n. Especial, p. 251-272, jul./dez. 2006. Disponível em: <http://www.perspectiva.ufsc.br/perspectiva_2006_especial/13_Sadao.pdf> . Acesso em: 14 ago. 2013.

REGO, Thaís Cristina Figueiredo. **A educação profissional e a reestruturação produtiva no mundo do trabalho: os impactos na formação da força de trabalho do SENAC (Serviço nacional de Aprendizagem Comercial) da cidade de Montes Claros/MG**. 2011. 110f. Dissertação (Mestrado)-Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2011. Disponível em: <http://www.bdt.d.ufu.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=3737>. Acesso em 04 dez. 2014.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Terminologia sobre deficiência na era da inclusão. **Revista Nacional de Reabilitação**. São Paulo, ano 5, n. 24, p. 6-9, jan/fev, 2002.

SENAC. DN. SC. **Nossa história é sua história: SENAC em Santa Catarina**. Org. Janice da Silva Gonçalves. Florianópolis. [s/n.] 2014.

SENAC-DN. **Ações sociais, 2013: relatório**. Rio de Janeiro, 2014. 109 p. II. Tab. Título anterior: Relatório Programa SENAC de Gratuidade e outras ações sociais. Disponível em: <http://www.SENAC.br/media/55056/social_2013_bx.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2014.

_____. **Institucional**. 2013. Disponível em: <<http://www.SENAC.br/institucional/SENAC/historia.aspx>>. Acesso em: 07 nov. 2013.

_____. **Programa SENAC de Gratuidade: diretrizes**. Versão 5. Rio de Janeiro, 2012. 32 p. Disponível em: <<http://portal.sc.SENAC.br/portal/conteudo/DiretrizesPSGv5.pdf>>. Acesso em 24 nov. 2014.

SENAC-SC. **Institucional**. 2013. Disponível em: <http://portal.sc.SENAC.br/SENAC/WebForms/default.aspx?secao_id=9>. Acesso em: 12 nov. 2013.

_____. **Instrução normativa 001/14.** Florianópolis, 2014.

_____. **Lista de beneficiados do art. 170.** Florianópolis, 2013c.

_____. **Lista de beneficiados do art. 170.** Florianópolis, 2014.

_____. **Manual de orientação PICSENAC.** Florianópolis, 2011a.

_____. **Regulamento do programa de pesquisa e extensão do SENAC/SC.** Florianópolis, 2011b.

SENAC-TB. **Institucional.** 2013a. Disponível em:

<http://portal.sc.SENAC.br/SENAC/WebForms/unidade.aspx?secao_id=81&unidade=Tubar%C3%A3o>. Acesso em: 02 dez. 2013.

_____. **Plano de desenvolvimento institucional 2010/2014.** Tubarão/SC, 2009.

_____. **Relatório:** cursos ofertados, alunos matriculados e evasão geral, 2013. Tubarão/SC, 2013b.

_____. **Relatório:** perfil do(a) aluno(a) na educação superior. Tubarão/SC, 2013c.

_____. **Sistema advance 2009/2013 e sistema de educação integrada-2014.** Tubarão/SC, 2014.

SESI - Serviço Social da Indústria. Conselho Nacional. **Avaliação de Impacto Econômico Financeiro e Social do Projeto ViraVida.** Brasília, 2013. 1ª Ed. Disponível em:

<http://www.viravida.org.br/pub/up/arquivo/Avaliacao_de_%20Impacto%2029-10-2013.pdf>. Acesso em: 02 dez. 2014.

SILVA, Elizângela Samara da. As entrelinhas da inclusão/exclusão social na atualidade: uma discussão conceitual. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 5., 2011, São Luiz. **Anais eletrônicos...** São Luiz: UFMA, 2011. Disponível em:

<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/CdVjornada/JORNADA_EIXO_2011/DESIGUALDADES_SOCIAIS_E_POBREZA/AS_ENTRELINHAS_DA_INCLUSAO_EXCLUSAO_SOCIAL_NA_ATUALIDADE_UMA_DISCUSSAO_CONCEITUAL_.pdf>. Acesso em 23 out. 2014.

SILVA, Maria Odete Emygdio da. Da exclusão à inclusão: concepções e práticas. In: Revista Lusófona de Educação (Org.). **Sobre o financiamento da educação:** condicionantes globais e realidades nacionais. Lisboa, 2009. p. 135-153.

UNESCO. **Declaração de Salamanca:** sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais. Salamanca, 1994. Disponível em:

<<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em: 11 out. 2013.

UNIEDU, Programa de bolsas universitárias de Santa Catarina - 2014. **Artigo 171.**

Disponível em: <<http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/uniedu/>>. Acesso em: 06 dez. 2014.

VIEBRANTZ, Rosalir. **A qualidade da graduação na educação superior tecnológica no Brasil: impactos e desafios**. 2010. 404 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação/PUCRS. Porto Alegre, 2010. Disponível em http://tede.pucrs.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=2542>. Acesso em: 04 dez. 2014.

APÉNDICE(S)

APÊNDICE A – Formulário para os alunos

Prezado (a)s Acadêmico(a)s,

A presente pesquisa tem como objetivo conhecer o perfil do(a)s acadêmico(a)s da Faculdade de Tecnologia SENAC de Tubarão/SC. Cujas propostas serão analisar os dados empíricos e contribuir com a pesquisa científica deste país. Por favor, **não** se identifique no formulário.

1. Características gerais da população.**a) Faixa Etária:**

- Entre 18 e 22 anos.
- Entre 23 e 27 anos.
- Entre 28 e 32 anos.
- Entre 33 e 37 anos.
- 38 anos ou mais.

b) Sexo:

- Masculino.
- Feminino.

c) Qual a sua cor ou raça?

- Branca.
- Preta.
- Parda.
- Amarela.
- Indígena.

c.1) Você já sofreu preconceitos?

- SIM - Qual? _____
- NÃO

d) Estado civil:

- Solteiro (a).
- Casado (a).
- Divorciado (a).
- Separado(a) judicialmente.
- Outros.

2. Características sobre a formação escolar.**a) Possuem graduação?**

- Sim.
- Não.

a1) Se a resposta for SIM, a graduação é:

- Incompleta. Qual o curso? _____

() Completa. Qual o curso? _____

b) Tempo que ficou fora da escola antes de ingressar no Curso Superior SENAC:

- () Até 1 ano.
- () Acima de 1 ano.
- () Entre 2 a 5 anos.
- () Mais de 5 anos.

c) Antes de ingressar na Educação Superior, você estudou em escola:

- () Educação Fundamental (1.º grau): () Escola Pública. () Escola Privada.
- () Educação Média (2.º grau): () Escola Pública. () Escola Privada.

3. Interesse pela Faculdade SENAC.

a) Qual seu principal objetivo / interesse no Curso Superior de Tecnologia SENAC?

- () Ascensão profissional.
- () Formação superior rápida.
- () Obter conhecimento técnico na área.
- () Crescimento pessoal e profissional.
- () Abrir o próprio negócio.
- () Outro. Qual? _____

b) Como soube do Curso Superior de Tecnologia SENAC?

- () Indicação de professores.
- () Indicação de funcionários.
- () Pela mídia. Qual? _____
- () Por alunos.
- () Outro. Qual? _____

4. Características econômicas e sociais.

a) Porte da empresa onde trabalha:

- () Empreendedor individual.
- () Autônomo ou Profissional Liberal.
- () Familiar – Número de funcionários até 10 funcionários.
- () Familiar – Número de funcionários acima 10 funcionários.
- () Pequena – Número de funcionários até 10 funcionários.
- () Pequena – Número de funcionários de 10 a 50 funcionários.
- () Média – Número de funcionários de 50 a 100 funcionários.
- () Grande – Número de funcionários acima de 100 funcionários.

b) Ramo da Empresa

- () Indústria
- () Comércio
- () Serviços

1) O valor salarial que você recebe permite desfrutar de atividades de lazer e cultura?

Sim. Não.

11) Se você respondeu SIM. Qual(is) atividade(s) costuma fazer?

Cinema.

Teatro.

Comprar livros.

Ir parque de diversões.

Ir a danceterias.

Ir a restaurantes, lanchonetes e afins.

Ir à praia.

Frequentar shows.

Viajar com a família e/ou amigos.

Outros. Qual? _____

12) Para realizar essas atividades de lazer, qual o meio de transporte que utiliza?

Transporte coletivo (ônibus, vans).

Carro: Próprio Alugado.

Motocicleta: Próprio Alugado

Bicicleta.

Outros: Qual? _____

13) Se você respondeu Não a essa pergunta, informe o(s) motivo(s) de não fazer atividades de lazer e cultura?

Muito obrigada por sua contribuição!

ANEXO(S)

**ANEXO A: Relação dos Cursos de Formação Inicial e Continuada – Faculdade SENAC
Tubarão, 2013.**

| CURSOS FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA |
|---|
| AUTOCAD 2D E 3D: DOCUMENTAÇÃO E PROJETO |
| AUTOMAQUIAGEM |
| CABELEIREIRO |
| CÁLCULO E LEGISLAÇÃO TRABALHISTA |
| DESENVOLVIMENTO DE LIDERANÇAS |
| DESENVOLVIMENTO GERENCIAL |
| DESIGN DE SOBRANCELHAS |
| EXCEL AVANÇADO |
| EXCELÊNCIA EM VENDAS |
| GERENCIAMENTO DE PROJETOS: MS PROJECT |
| ORATÓRIA: FALAR EM PÚBLICO |
| QUALIDADE NO ATENDIMENTO |

Fonte: SENAC-SC. **Institucional**. 2013. Disponível em:

<http://portal.sc.SENAC.br/SENAC/WebForms/default.aspx?secao_id=9>. Acesso em: 12 nov. 2013.

ANEXO B: Relação de Cursos Técnicos – Faculdade SENAC – 2013.

| CURSOS TÉCNICOS |
|----------------------------|
| TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO |
| TÉCNICO EM CONTABILIDADE |
| TÉCNICO EM ENFERMAGEM |
| TÉCNICO EM FARMÁCIA |
| TÉCNICO EM GUIA DE TURISMO |
| TÉCNICO EM LOGÍSTICA |
| TÉCNICO EM MARKETING |
| TÉCNICO EM MASSOTERAPIA |
| TÉCNICO EM RADIOLOGIA |
| TÉCNICO EM SAÚDE BUCAL |
| TÉCNICO EM VENDAS |

Fonte: SENAC-SC. **Institucional**. 2013. Disponível em:

<http://portal.sc.SENAC.br/SENAC/WebForms/default.aspx?secao_id=9>. Acesso em: 12 nov. 2013.

ANEXO C: Relação de Cursos Superiores de Tecnologia – Faculdade SENAC – 2013.

| CURSOS SUPERIORES DE TECNOLOGIA |
|--|
| SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS |
| SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM PROCESSOS GERENCIAIS |

Fonte: SENAC-SC. **Institucional**. 2013. Disponível em:

<http://portal.sc.SENAC.br/SENAC/WebForms/default.aspx?secao_id=9>. Acesso em: 12 nov. 2013.

ANEXO D: Relação de Cursos de Pós-Graduação – Faculdade SENAC – 2013.

| CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU |
|--|
| PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM ESTRATÉGIAS FINANCEIRAS E CUSTOS |
| PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM GESTÃO ESTRATÉGICA DE PESSOAS |
| PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM GOVERNANÇA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO |
| PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM MARKETING ESTRATÉGICO |
| PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM MODA: GESTÃO E MARKETING |

Fonte: SENAC-SC. **Institucional**. 2013. Disponível em:

<http://portal.sc.SENAC.br/SENAC/WebForms/default.aspx?secao_id=9>. Acesso em: 12 nov. 2013.